

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL.....53

1. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....53

- 1.1. HOSPITAL PRIVADO QUE PRESTA SERVIÇOS PARA O SUS INGRESSA COM AÇÃO PEDINDO REVISÃO DOS VALORES PAGOS, HAVERÁ LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DA UNIÃO COM O ESTADO OU MUNICÍPIO QUE FIRMOU O CONTRATO/CONVÊNIO?.....53
- 1.2. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DETERMINA QUE OS HOSPITAIS FAÇAM A COLETA COMPULSÓRIA DO MATERIAL GENÉTICO DE MÃES E RECÉM-NASCIDOS NA SALA DE PARTO E O SUBSEQUENTE ARMAZENAMENTO PARA O FIM DE EVITAR A TROCA DE BEBÊS.....55
- 1.3. EM AÇÃO PEDINDO MEDICAMENTO DO PODER PÚBLICO, O JUIZ PODE EXIGIR A PRESENÇA DA UNIÃO CASO ELA NÃO FIGURE NO POLO PASSIVO?.....56
- 1.4. NÃO HÁ DEVER LEGAL DE REPOR VERBAS RECEBIDAS DE BOA-FÉ PARA CUSTEAR DIREITOS FUNDAMENTAIS DE NATUREZA ESSENCIAL.....62
- 1.5. STF ASSEGUROU O REPASSE DE RECURSOS AO SETOR CULTURAL NOS ESTADOS, MUNICÍPIOS E DISTRITO FEDERAL, CONFORME PREVISTO NA LEI PAULO GUSTAVO (LC 195/2022) ATÉ O DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2023.....63
- 1.6. É CONSTITUCIONAL A PORTARIA 314/2022, EDITADA PELO MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, QUE DISPÕE SOBRE HABILITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO PARA A OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS POR INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR (IPES).....65
- 1.7. A UNIÃO DEVE SUPLEMENTAR RECURSOS DO FUNDEF QUANDO O VALOR REPASSADO A PARTIR DO VALOR MÍNIMO ANUAL POR ALUNO ESTEJA EM DESACORDO COM A MÉDIA NACIONAL; ESSA SUPLEMENTAÇÃO DEVE OBSERVAR A SISTEMÁTICA DOS PRECATÓRIOS70
- 1.8. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE AUTORIZA O CÔMPUTO DE GASTOS PREVIDENCIÁRIOS COMO DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO..... 72
- 1.9. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE RESERVA 80% DAS VAGAS DO VESTIBULAR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PARA ESTUDANTES QUE TIVEREM CURSADO O ENSINO MÉDIO INTEGRALMENTE EM ESCOLAS, PÚBLICAS OU PRIVADAS, NO ESTADO.....73
- 1.10. LEI ESTADUAL PODE OBRIGAR AS EMPRESAS DO SETOR TÊXTIL A COLOCAREM ETIQUETAS EM BRAILE OU OUTRO MEIO ACESSÍVEL NAS PEÇAS DE VESTUÁRIO PARA ATENDER AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL75
- 1.11. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE RESTRINGE O CONCEITO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD) E CONTRARIA AS REGRAS GERAIS SOBRE O TEMA PREVISTAS NO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA76
- 1.12. STF INDEFERIU LIMINAR PARA A APLICAÇÃO IMEDIATA DAS MEDIDAS PREVISTAS NA LEI 14.275/2021.....78
- 1.13. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CRIA BOLSA ALUGUEL PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO OU ATINGIDA POR CATÁSTROFES, NÃO HAVENDO PROBLEMA QUE O SALÁRIO MÍNIMO SEJA O PARÂMETRO PARA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO79
- 1.14. NÃO É POSSÍVEL AMPLIAR, POR MEIO DE INTERPRETAÇÃO CONFORME, O PRAZO DE VIGÊNCIA DAS MEDIDAS ECONÔMICAS VOLTADAS A COMBATER OS IMPACTOS DA COVID-19, PREVISTAS NA LEI 14.020/2020 81
- 1.15. PARÂMETROS PARA NORTEAR AS DECISÕES JUDICIAIS A RESPEITO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À REALIZAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS.....83
- 1.16. STF DETERMINA QUE ENTES FEDERADOS ADOTEM PROVIDÊNCIAS PARA ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....85
- 1.17. A GESTANTE CONTRATADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR PRAZO DETERMINADO E A GESTANTE OCUPANTE DE

	CARGO EM COMISSÃO POSSUEM DIREITO À LICENÇA-MATERNIDADE E À ESTABILIDADE PROVISÓRIA.....	88		DE ARMAS DE BRINQUEDO QUE SIMULAM ARMAS DE FOGO REAIS.....	122
1.18.	VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL PODE SER RESPONSABILIZADO POR TER DIVULGADO ENTREVISTA NA QUAL O ENTREVISTADO FORNECEU INFORMAÇÕES FALSAS E OFENSIVAS À HONRA DE OUTRA PESSOA.....	91	3.7.	OS ESTADOS, NO ÂMBITO DE SUA COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL PARA COMPLEMENTAR AS NORMAS GERAIS DA UNIÃO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA PODEM EDITAR NORMAS ESPECÍFICAS QUANTO AO PORTE DE ARMA DE FOGO, DESDE QUE MAIS RESTRITIVAS.....	124
1.19.	EM RELAÇÃO AO SETOR PÚBLICO, O PISO DE ENFERMAGEM DEVE SER PAGO POR ESTADOS E MUNICÍPIOS NA MEDIDA DE REPASSES FEDERAIS.....	97	3.8.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE PORTE DE ARMA DE FOGO A AGENTES PENITENCIÁRIOS SEM OBSERVAR OS REQUISITOS FIXADOS PELO ESTATUTO DO DESARMAMENTO.....	125
1.20.	A SITUAÇÃO DE GRAVE VIOLAÇÃO EM MASSA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS PRESOS ENSEJA O RECONHECIMENTO DE UM ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.....	100	3.9.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVÊ A MODALIDADE DE VENDA DIRETA DE ARMA DE FOGO AOS MEMBROS DE SEUS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	127
1.21.	EC 131/2023: SUPRIME A PERDA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA EM RAZÃO DA MERA AQUISIÇÃO DE OUTRA NACIONALIDADE.....	103	3.10.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE RECONHECE O RISCO DA ATIVIDADE E A EFETIVA NECESSIDADE DO PORTE DE ARMAS DE FOGO PARA OS VIGILANTES DE EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA.....	129
2. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....103			3.11.	É CONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE PROÍBE A SOLTURA DE FOGOS DE ARTIFÍCIO E ARTEFATOS PIROTÉCNICOS.....	130
2.1.	OS EFEITOS TEMPORAIS DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES TRIBUTÁRIAS SUCESSIVAS SÃO IMEDIATAMENTE CESSADOS QUANDO O STF DECIDIR EM SENTIDO OPOSTO EM CONTROLE CONCENTRADO OU RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM REPERCUSSÃO GERAL.....	103	3.12.	LEI MUNICIPAL PODE ESTABELECEER DIRETRIZES PARA A PRORROGAÇÃO E RELICITAÇÃO DE CONTRATOS DE PARCERIA ENTRE O MUNICÍPIO E A INICIATIVA PRIVADA?.....	131
2.2.	É CONSTITUCIONAL A NORMA CONTIDA NO ART. 27 DA LEI Nº 9.868/99, QUE PERMITE A MODULAÇÃO DE EFEITOS, PELO STF, DA DECISÃO QUE DECLARA A INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI OU ATO NORMATIVO.....	109	3.13.	É FORMALMENTE INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBA LINGUAGEM NEUTRA NAS ESCOLAS.....	132
2.3.	A LEI Nº 9.882/99, QUE DISPÕE SOBRE A ADPF, É CONSTITUCIONAL.....	111	3.14.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E A POLÍCIA MILITAR DE DESTRUIREM E INUTILIZAREM BENS PARTICULARES APREENDIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....	134
3. COMPETÊNCIAS LEGISLATIVAS..... 114			3.15.	LEI ESTADUAL NÃO PODE EXIGIR LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA A INSTALAÇÃO DAS REDES DE TELEFONIA.....	136
3.1.	LEI ESTADUAL PODE EXIGIR ASSINATURA FÍSICA DE IDOSOS EM OPERAÇÃO DE CRÉDITO.....	114	3.16.	É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE TRATA SOBRE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES.....	138
3.2.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE CRITÉRIOS PARA A CONSTRUÇÃO E A AMPLIAÇÃO DE PRESÍDIOS.....	116	3.17.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA AS OPERADORAS DE TELEFONIA A MANTER O SINAL DE CELULAR EM TÚNEIS E METRÔ.....	140
3.3.	LEI ESTADUAL PODE INSTITUIR FERIADO COMEMORATIVO DO DIA DE SÃO JORGE.....	117	3.18.	LEI MUNICIPAL NÃO PODE CRIAR CONDICIONANTES QUE DEVERÃO SER ATENDIDAS PARA A INSTALAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE ANTENAS, POSTES, TORRES E OUTROS EQUIPAMENTOS QUE COMPÕEM AS ESTAÇÕES TRANSMISSORAS DE RADIOCOMUNICAÇÃO.....	141
3.4.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE UM PRAZO MÁXIMO PARA QUE AS EMPRESAS E ÓRGÃOS OU ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ATENDEM OS CONSUMIDORES.....	118	3.19.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE A CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES	
3.5.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA AS REFINARIAS E DISTRIBUIDORAS A FORNECEREM CERTIFICADO DE QUALIDADE DOS COMBUSTÍVEIS COMERCIALIZADOS.....	120			
3.6.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE, NO ÂMBITO DE SEU TERRITÓRIO, A FABRICAÇÃO, A VENDA E A COMERCIALIZAÇÃO				

HIDRELÉTRICAS EM TODA A EXTENSÃO DE CURSO DE ÁGUA DE DOMÍNIO DA UNIÃO	142	3.33. É INCONSTITUCIONAL LEI DISTRITAL (ESTADUAL OU MUNICIPAL) QUE PREVEJA MEDIDAS PARA QUE OS COBRADORES DE ÔNIBUS NÃO PERCAM SEUS EMPREGOS MESMO COM A AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	165
3.20. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA AS CONCESSIONÁRIAS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA A OFERECER OPÇÃO DE PAGAMENTO DA FATURA POR CARTÃO DE DÉBITO OU CRÉDITO ANTES DA SUSPENSÃO DO SERVIÇO	144	3.34. É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL OBRIGA O SHOPPING CENTER A TER AMBULATÓRIO MÉDICO OU SERVIÇO DE PRONTO-SOCORRO EQUIPADO COM MÉDICO E AMBULÂNCIA PARA ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA.....	166
3.21. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONCEDE ISENÇÃO DA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA PARA OS CONSUMIDORES ATINGIDOS POR ENCHENTES	147	4. PODER LEGISLATIVO	168
3.22. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA PRÉVIA NOTIFICAÇÃO DO CONSUMIDOR PARA QUE A CONCESSIONÁRIA POSSA FAZER A VISTORIA TÉCNICA NO MEDIDOR DE ENERGIA.....	148	4.1. DEPUTADOS ESTADUAIS GOZAM DAS MESMAS IMUNIDADES FORMAIS PREVISTAS PARA OS PARLAMENTARES FEDERAIS NO ART. 53 DA CF/88 ...	168
3.23. LEI ESTADUAL NÃO PODE OBRIGAR QUE OS HOSPITAIS CRIEM UMA SALA DE DESCOMPRESSÃO PARA A EQUIPE DE ENFERMAGEM	150	4.2. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE O SUBSÍDIO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS SERÁ UM DETERMINADO PERCENTUAL DO SUBSÍDIO DOS DEPUTADOS FEDERAIS.....	170
3.24. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS PARA AS OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE, MESMO QUE O OBJETIVO DA NORMA SEJA O DE PROTEGER PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	150	4.3. A CF/88 AFIRMA QUE O SUPLENTE DO DEPUTADO FEDERAL SERÁ CONVOCADO SE O TITULAR ESTIVER DE LICENÇA SUPERIOR A 120 DIAS; ESSA REGRA TAMBÉM SE APLICA PARA OS DEPUTADOS ESTADUAIS	171
3.25. LEI ESTADUAL (OU DISTRITAL) NÃO PODE AUTORIZAR O PAGAMENTO PARCELADO, OU COM CARTÃO DE CRÉDITO, DAS MULTAS DE TRÂNSITO	153	4.4. VAGA DE SENADOR ABERTA EM RAZÃO DE CASSAÇÃO DA CHAPA PELA JUSTIÇA ELEITORAL DEVE SER PREENCHIDA SOMENTE APÓS ELEIÇÃO SUPLEMENTAR, NÃO PODENDO ASSUMIR NEM MESMO INTERINAMENTE O CANDIDATO IMEDIATAMENTE MAIS VOTADO.....	172
3.26. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE IMPÕE NOVAS ATRIBUIÇÕES AO DETRAN, COMO, POR EXEMPLO, A OBRIGAÇÃO DE QUE A FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES SEJA FILMADA	153	5. PROCESSO LEGISLATIVO	177
3.27. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE REGULAMENTA O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	154	5.1. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR NÃO PODE CRIAR CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL PORQUE SE TRATA DE UMA AUTARQUIA FEDERAL, QUE PRECISA DE LEI DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.....	177
3.28. LEI ESTADUAL QUE INSTITUI ESTÁGIO SUPERVISIONADO, EDUCATIVO E PROFISSIONALIZANTE É INCONSTITUCIONAL QUANDO DISPENSA A PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ENSINO NA RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE O ADOLESCENTE E A EMPRESA	155	5.2. A CASA LEGISLATIVA TEM O DIREITO DE DECIDIR QUANDO USAR O RITO DE URGÊNCIA NA APRECIÇÃO DOS PROJETOS DE LEI, E O PODER JUDICIÁRIO NÃO DEVE INTERFERIR NISSO POR SE TRATAR DE MATÉRIA INTERNA CORPORIS.....	180
3.29. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DISPÕE SOBRE ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO MÚTUO E ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE AUTOGESTÃO DE PLANOS DE PROTEÇÃO CONTRA RISCOS PATRIMONIAIS.....	158	5.3. NÃO É PERMITIDA EMENDA PARLAMENTAR EM PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO SE PROVOCAR AUMENTO DE DESPESA OU NÃO TIVER PERTINÊNCIA ESTRITA COM A PROPOSTA ORIGINAL.....	180
3.30. LEI ESTADUAL NÃO PODE ESTABELECEER NORMAS DE PROTEÇÃO AOS CONSUMIDORES FILIADOS ÀS ASSOCIAÇÕES DE SOCORRO MÚTUO	160	6. TRIBUNAL DE CONTAS	181
3.31. LEI ESTADUAL QUE PROÍBE A ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS AGRUPADAS EM CAIXAS POSTAIS COMUNITÁRIAS E QUE PROÍBE O ENVIO DE BOLETOS DE PAGAMENTO NESSAS CAIXAS É INCONSTITUCIONAL.....	161	6.1. SÃO CONSTITUCIONAIS AS NORMAS DO TCE QUE REGULAMENTAM PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS REPASSADOS A ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS, POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE TRANSFERÊNCIAS.....	181
3.32. LEI ESTADUAL NÃO PODE CRIAR UM CADASTRO DE PESSOAS QUE USAM DROGA	164		

6.2.	A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO TCU É REGULADA INTEGRALMENTE PELA LEI 9.873/99, QUE FIXA O PRAZO DE 5 ANOS A CONTAR DA DATA DA PRÁTICA DO ATO OU, NO CASO DE INFRAÇÃO PERMANENTE OU CONTINUADA, DO DIA EM QUE TIVER CESSADO.....	184
6.3.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DISTRITAL QUE PREVEJA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO CONSELHEIRO PELO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF).....	186
6.4.	É INCONSTITUCIONAL LEI QUE ESTABELEÇA QUE OS RECURSOS DO FUNPEN SOMENTE PODEM SER REPASSADOS PARA ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SE HOUVER PRÉVIA APROVAÇÃO DO TCE.....	187
6.5.	É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE PREVEJA QUE OS AUDITORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS EMITAM PARECERES OPINATIVOS.....	189
6.6.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE VEDA A PARTICIPAÇÃO CONCOMITANTE DE MAIS DE UM AUDITOR SUBSTITUTO NO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.....	192
6.7.	A LEI ESTADUAL NÃO É OBRIGADA A EXIGIR A FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA A ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DO MPTC.....	192
7. PODER EXECUTIVO195		
7.1.	É INCONSTITUCIONAL DECRETO PRESIDENCIAL QUE EXTINGA CARGOS E FUNÇÕES QUE ESTEJAM OCUPADOS.....	195
7.2.	É INCONSTITUCIONAL NORMA DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL (OU DE LEI ORGÂNICA DO DF) QUE ATRIBUI À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (OU À CÂMARA DISTRITAL) O JULGAMENTO DO GOVERNADOR POR CRIME DE RESPONSABILIDADE.....	196
7.3.	É INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE CE QUE PREVEJA QUE, ESTANDO VAGO O CARGO DE VICE-GOVERNADOR, SERÁ REALIZADA ELEIÇÃO AVULSA, NA PRÓPRIA ALE, PARA A ESCOLHA DO NOVO VICE-GOVERNADOR.....	198
7.4.	REGRAS PARA ELEIÇÕES INDIRETAS EM CASO DE DUPLA VACÂNCIA POR RAZÕES NÃO ELEITORAIS.....	199
8. PODER JUDICIÁRIO..... 203		
8.1.	A REVOGAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO ATO NORMATIVO EM QUE SE FUNDOU A EDIÇÃO DE ENUNCIADO DE SÚMULA VINCULANTE ACARRETA, EM REGRA, A NECESSIDADE DE SUA REVISÃO OU CANCELAMENTO PELO STF, CONFORME O CASO.....	203
8.2.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PERMITA QUE UM JUIZ ESTADUAL SEJA REMOVIDO PARA OUTRO ESTADO.....	206
8.3.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CONSIDERA AS PROMOÇÕES ENTRE ENTRÂNCIAS PARA O ESCALONAMENTO DOS SUBSÍDIOS DA CARREIRA DA MAGISTRATURA.....	207
8.4.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE GARANTE A PRECEDÊNCIA DA REMOÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE NA CARREIRA DA MAGISTRATURA LOCAL.....	208
8.5.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE OBRIGA O JUDICIÁRIO A COLABORAR COM OS DEMAIS PODERES NO FINANCIAMENTO DO RPPS E NO PAGAMENTO DO ABONO DE PERMANÊNCIA DE SEUS MEMBROS E SERVIDORES..	211
8.6.	SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS INCLuíDOS PELA EC 20/98 E PELA EC 41/2003, QUE SUBMETERAM OS MAGISTRADOS AO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMUM AOS SERVIDORES PÚBLICOS.....	211
8.7.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CRIA BENEFÍCIO PECUNIÁRIO AOS MAGISTRADOS SEM QUE ESTEJA PREVISTO NA LOMAN.....	213
8.8.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE PREVÊ ADICIONAL DE AUXÍLIO-APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL AOS MAGISTRADOS.....	214
8.9.	DETERMINADO JUIZ ESTADUAL PEDIU EXONERAÇÃO PARA TOMAR POSSE COMO JUIZ FEDERAL; ELE TERÁ DIREITO DE AVERBAR AS FÉRIAS ADQUIRIDAS E NÃO GOZADAS NO EXERCÍCIO DA MAGISTRATURA ESTADUAL.....	215
8.10.	NÃO É O TJDF (E SIM O STJ) QUEM JULGA HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA ATO DO: I) PRESIDENTE E MEMBROS DO TJDF; II) PRESIDENTE E MEMBROS DO TCDF; III) PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.....	215
8.11.	SE, APÓS ELABORAR A LISTA SÊXTUPLA PARA O QUINTO CONSTITUCIONAL, A OAB PERCEBER QUE UM DOS INDICADOS NÃO PREENCHEU OS REQUISITOS, ELA NÃO PODERÁ PEDIR A DESCONSIDERAÇÃO DA LISTA JÁ ENVIADA.....	216
8.12.	O TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO PODE SER CONSIDERADO AUTORIDADE COATORA QUANDO MERO EXECUTOR DE DECISÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	218
8.13.	É CONSTITUCIONAL O ART. 11 DA RESOLUÇÃO 125/2010 DO CNJ, QUE PREVÊ COMO FACULTATIVA A PRESENÇA DE ADVOGADOS NOS CENTROS DE CONCILIAÇÃO.....	219
8.14.	É CONSTITUCIONAL A LC 152/2015 QUE AUMENTOU PARA 75 ANOS A IDADE DA APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DOS MAGISTRADOS; NÃO HÁ RESERVA DE INICIATIVA DO STF PARA REGULAMENTAÇÃO DA IDADE DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA DOS MAGISTRADOS.....	220
8.15.	RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PODE ALTERAR O HORÁRIO DE EXPEDIENTE	

	FORENSE; NÃO PODE, CONTUDO, MODIFICAR A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO	223
8.16.	A CRIAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA MILITAR NO ESTADO EXIGEM PREVISÃO EM LEI.....	225

9. MINISTÉRIO PÚBLICO.....226

9.1.	A VINCULAÇÃO ENTRE OS SUBSÍDIOS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO, OU DE FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA, E A REMUNERAÇÃO DA MAGISTRATURA É VEDADA PELO ART. 37, XIII, DA CF/88.....	226
9.2.	É CONSTITUCIONAL A VINCULAÇÃO DO MP AO RPPS DO ESTADO E A SUA PARTICIPAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL; É INCONSTITUCIONAL A RETENÇÃO NA FONTE PELA SECRETARIA DE FAZENDA DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELO MP.....	228
9.3.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA O NÚMERO DE FILHOS OU O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIOS DE DESEMPATE PARA A PROMOÇÃO E A REMOÇÃO DE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	228
9.4.	A NORMA DO ART. 36, III, "B", DA LEI 8.112/90 (REMOÇÃO POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA) NÃO PODE SER APLICADA DE MANEIRA SUBSIDIÁRIA AOS MEMBROS DO MPU.....	229
9.5.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PERMITA QUE MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE UM ESTADO SEJAM REMOVIDOS, MEDIANTE PERMUTA, PARA MINISTÉRIOS PÚBLICOS DE OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO.....	231
9.6.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CRIA GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL CONTRA O CRIME ORGANIZADO (GAECO), NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	233
9.7.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL, DE INICIATIVA PARLAMENTAR, QUE EXIJA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NAS OPERAÇÕES POLICIAIS DE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS POSSESSÓRIAS DE CARÁTER COLETIVO.....	235
9.8.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL ORDINÁRIA QUE DISCIPLINE O MP (É NECESSÁRIO QUE SEJA LEI COMPLEMENTAR); É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE AUTORIZA MEMBRO DO MP A INTEGRAR SINDICÂNCIA OU PAD FORA DA INSTITUIÇÃO.....	237
9.9.	É INCONSTITUCIONAL A INCORPORAÇÃO DE VANTAGENS PESSOAIS DO EXERCÍCIO PRETÉRITO DE FUNÇÃO, ALÉM DO ACRÉSCIMO DE PERCENTUAL AOS PROVENTOS DE APOSENTARIA PARA AQUELES QUE SE APOSENTAM NO ÚLTIMO NÍVEL DA CARREIRA.....	239
9.10.	É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO 36/2009 DO CNMP, QUE DISPÕE SOBRE O PEDIDO E A UTILIZAÇÃO DAS INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	242

10. DEFENSORIA PÚBLICA..... 244

10.1.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE CONFERE À DEFENSORIA PÚBLICA O PODER DE REQUISICÃO PARA INSTAURAR INQUÉRITO POLICIAL.....	244
10.2.	PODER JUDICIÁRIO NÃO PODE DETERMINAR A LOTAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO EM DESACORDO COM OS CRITÉRIOS PREVIAMENTE DEFINIDOS PELA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO, DESDE QUE CUMPRIDOS OS PARÂMETROS DO ART. 98, CAPUT E § 2º, DO ADCT.....	246
10.3.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE FIXA O TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE NA AFERIÇÃO DA ANTIGUIDADE PARA A PROMOÇÃO E A REMOÇÃO DE DEFENSORES PÚBLICOS.....	248
10.4.	FOI FORMADA UMA LISTA TRÍPLICE PARA PROMOÇÃO POR MERECEMENTO; O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL ESCOLHEU O MAIS ANTIGO DA LISTA, MESMO ELE NÃO SENDO O MAIS VOTADO; ESSE CRITÉRIO DE ESCOLHA NÃO É ILEGAL.....	249
10.5.	É ASSEGURADO O PAGAMENTO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS À DEFENSORIA PÚBLICA, INDEPENDENTEMENTE DO ENTE PÚBLICO COM QUE LITIGA.....	250
10.6.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL E O SUB SÃO CARGOS DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, EQUIPARADOS A SECRETÁRIO DE ESTADO.....	254
10.7.	A DP PODE SER INTIMADA, DE OFÍCIO, PELO JUÍZO PARA PRESTAR ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA, NOS PROCEDIMENTOS DE ESCUTA ESPECIALIZADA, SEM REPRESENTAR SOBREPOSIÇÃO INCONSTITUCIONAL ÀS FUNÇÕES DO MP.....	256

11. ADVOCACIA PÚBLICA.....261

11.1.	É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA ESTADUAL COM COMPETÊNCIA PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL, CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO, AINDA QUE SEJA VINCULADA À PGE.....	261
11.2.	É CONSTITUCIONAL A INSTITUIÇÃO DE ÓRGÃOS, FUNÇÕES OU CARREIRAS ESPECIAIS VOLTADAS À CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICOS DOS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO ESTADUAIS?.....	264
11.3.	É INCONSTITUCIONAL CRIAR ÓRGÃO JURÍDICO PARALELO À PGE, POR VIOLAR A UNICIDADE ORGÂNICA DA ADVOCACIA PÚBLICA ESTADUAL.....	267
11.4.	PROCURADORIA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: LIMITES À SUA ATUAÇÃO, PROIBIÇÃO DE EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA.....	

COM A PGE E AUSÊNCIA DE FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO.....	269	RESERVA REMUNERADA PARA A REALIZAÇÃO DE TAREFAS POR PRAZO CERTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA; NÃO CONFIGURA ACÚMULO DE CARGOS.....	295
11.5. É CONSTITUCIONAL A PREVISÃO LEGAL DE QUE EXIGE PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO PARA QUE O MEMBRO DA CARREIRA POSSA SE MANIFESTAR SOBRE ASSUNTOS PERTINENTES À SUA FUNÇÃO?.....	271	12.10. AS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DE DELEGACIAS INTERATIVAS DE POLÍCIA DO INTERIOR SÃO DE COMPETÊNCIA DOS DELEGADOS DE POLÍCIA, NÃO PODENDO SER EXERCIDAS POR OUTROS SERVIDORES.....	297
11.6. É CONSTITUCIONAL — QUANDO CARACTERIZADA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DA VERBA — A CONCESSÃO DE AUXÍLIO DESTINADO AO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE MEMBROS DE PROCURADORIA ESTADUAL, REMUNERADOS SOB A FORMA DE SUBSÍDIO.....	272	12.11. É INCONSTITUCIONAL LEI QUE OBRIGA AS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS A INSTALAR LACRES NOS TANQUES DE COMBUSTÍVEIS, CASO VENDAM A SUA PRÓPRIA MARCA, SENDO ESSA EXIGÊNCIA DISPENSADA NO CASO DE POSTOS DE BANDEIRA BRANCA.....	299
11.7. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PODE EXIGIR QUE O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO SEJA OBRIGATORIAMENTE UM MEMBRO DA CARREIRA....	274	12.12. LEI ESTADUAL PODE AUTORIZAR A EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS OU DO USO DE ÁREAS PARA ECOTURISMO E EXPLORAÇÃO DE MADEIREIRA, RESPEITADA A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E QUE NÃO INCIDA SOBRE ÁREAS INDÍGENAS OU DE QUILOMBOLAS.....	301
12. OUTROS TEMAS.....	274	12.13. É INCONSTITUCIONAL VEDAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PRIVADAS CONSTITUÍDAS NO PAÍS SOB CONTROLE ESTRANGEIRO, NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL.....	304
12.1. SÃO INCONSTITUCIONAIS OS §§ 3º E 4º DO ART. 28 DO ESTATUTO DA OAB, INCLuíDOS PELA LEI 14.365/2022, QUE AUTORIZAVAM QUE OS POLICIAIS E OS MILITARES PUDESSEM ADVOGAR EM CAUSA PRÓPRIA.....	274	12.14. A LEI 14.431/2022, QUE AMPLIOU A MARGEM DE CRÉDITO CONSIGNADO, É CONSTITUCIONAL.....	305
12.2. LEI ESTADUAL PODE PROIBIR QUE OS POLICIAIS CIVIS PROMOVAM OU PARTICIPEM DE MANIFESTAÇÕES DE APREÇO OU DESAPREÇO ÀS AUTORIDADES OU CONTRA ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	277	12.15. STF DETERMINOU QUE FOSSEM ADOTADAS PROVIDÊNCIAS PARA EVITAR E REPARAR FALHAS E OMISSÕES NA PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS ISOLADOS E DE RECENTE CONTATO (PIIRC).....	306
12.3. NORMA ESTADUAL NÃO PODE AUTORIZAR QUE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS REALIZEM AS ATRIBUIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR..	279	12.16 O DIREITO ÀS TERRAS TRADICIONALMENTE OCUPADAS PELOS INDÍGENAS NÃO DEPENDE DO MARCO TEMPORAL DA PROMULGAÇÃO DA CF (5/10/1988) NEM À PRESENÇA DE CONFLITO FÍSICO OU CONTROVÉRSIA JUDICIAL EXISTENTES NESSA MESMA DATA.....	309
12.4. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL PODE DIZER QUE O CORPO DE BOMBEIROS TERÁ COMPETÊNCIA PARA REALIZAR PERÍCIAS DE INCÊNDIOS E EXPLOSÕES; ESSA COMPETÊNCIA NÃO É, CONTUDO, EXCLUSIVA.....	280	12.17. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE ESTABELECE PRAZO FINAL PARA GRUPOS TRADICIONAIS DE PASTOREIO EM ÁREAS RURAIS SOLICITAREM CERTIFICAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE SUAS TERRAS.....	319
12.5. É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE INSTITUI PROGRAMA DE JORNADA EXTRA DE SEGURANÇA (PJS) COM ADESÃO NÃO OBRIGATÓRIA E CUJO SERVIÇO É PRESTADO EM PERÍODO PRÉ-DETERMINADO E COM CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA PRÉ-DEFINIDA.....	283	12.18. A DECISÃO UNIPESSOAL QUE VERSE SOBRE A ADMISSIBILIDADE DO AMICUS CURIAE NÃO É IMPUGNÁVEL POR AGRAVO INTERNO (NA VERDADE, É UMA DECISÃO IRRECORRÍVEL).....	320
12.6. O ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS (LEI FEDERAL 13.022/2014) É CONSTITUCIONAL.....	284	12.19. ENQUANTO NÃO HOUVER A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL DO ART. 18, § 4º, DA CF, OS ESTADOS NÃO PODEM PERMITIR A CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS, RESSALVADA A HIPÓTESE DE CONVALIDAÇÃO DO ART. 96 DO ADCT.....	322
12.7. AS GUARDAS MUNICIPAIS SÃO RECONHECIDAMENTE ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E AQUELAS DEVIDAMENTE CRIADAS E INSTITUÍDAS INTEGRAM O SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP).....	290		
12.8. STF DETERMINOU AO EXECUTIVO A INCLUSÃO DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE FEMINICÍDIOS E MORTES CAUSADAS POR AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL.....	294		
12.9. É POSSÍVEL QUE LEI ESTADUAL PREVEJA A DESIGNAÇÃO DE POLICIAIS MILITARES DA			

DIREITO ADMINISTRATIVO 325**1. PRINCÍPIOS 325**

- 1.1. NO REGIME DE TRANSPARÊNCIA BRASILEIRO, VIGE O PRINCÍPIO DA MÁXIMA DIVULGAÇÃO, EM QUE A PUBLICIDADE É REGRA, E O SÍGILIO, EXCEÇÃO..... 325
- 1.2. É NULO ATO QUE ESTABELECE, GENERICAMENTE E SEM FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA, QUE TODOS OS PROCESSOS DO SISTEMA ELETRÔNICO DA POLÍCIA FEDERAL DEVERÃO SER CADASTRADOS COM ACESSO RESTRITO..... 326
- 1.3. AS RECEITAS E DESPESAS BRUTAS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NÃO CONFIGURAM DADOS PESSOAIS A SEREM PROTEGIDOS SOB O ARGUMENTO DE GARANTIR O DIREITO AO SÍGILIO E À PRIVACIDADE..... 327
- 1.4. É POSSÍVEL A ANULAÇÃO DO ATO DE ANISTIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EVIDENCIADA A VIOLAÇÃO DIRETA DO ART. 8º DO ADCT, MESMO QUANDO DECORRIDO O PRAZO DECADENCIAL CONTIDO NA LEI 9.784/99 328
- 1.5. O ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF NO TEMA 839 NÃO SE APLICA PARA OUTROS CASOS QUE NÃO ENVOLVAM A PORTARIA 1.104/1964 OU EVENTUAL ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO..... 332
- 1.6. O RACIOCÍNIO DO ART. 5º, XL, DA CF, QUE PREVÊ A POSSIBILIDADE DE RETROATIVIDADE DA LEI PENAL BENEFÍCA, TAMBÉM SE APLICA PARA O DIREITO SANCIONATÓRIO 333

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 334

- 2.1. É DA ANATEL A COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR E REGULAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFÔNICOS, DETERMINANDO QUAIS SERVIÇOS PODEM SER CONSIDERADOS EMERGENCIAIS PARA O FIM DE SE OBTER CÓDIGO TELEFÔNICO PARA LIGAÇÕES GRATUITAS ... 334
- 2.2. SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS DA LEI 10.871/2004 QUE PROÍBEM QUE OS SERVIDORES EFETIVOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS EXERÇAM OUTRA ATIVIDADE PROFISSIONAL OU QUE OCUPEM CARGOS DE DIREÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA..... 335
- 2.3. É CONSTITUCIONAL A COMPETÊNCIA DA ANTT PARA DEFINIR INFRAÇÕES E IMPOR SANÇÕES E MEDIDAS ADMINISTRATIVAS, SENDO PORTANTO CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO ANTT 233/2003..... 336
- 2.4. O ADVOGADO INADIMPLENTE NÃO PODE VOTAR NEM SER VOTADO NAS ELEIÇÕES INTERNAS DA OAB, PORÉM PODE CONTINUAR EXERCENDO NORMALMENTE A ADVOCACIA..... 340

- 2.5. OS CONSELHOS SECCIONAIS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL NÃO PODEM INSTITUIR E COBRAR ANUIDADE DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS..... 343
- 2.6. A OAB NÃO SE SUJEITA À PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS NEM A QUALQUER OUTRA ENTIDADE EXTERNA 344
- 2.7. TREINADOR OU INSTRUTOR DE TÊNIS NÃO PRECISA SER INSCRITO NO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA; ESSA ATIVIDADE NÃO É EXCLUSIVA DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO FÍSICA..... 346
- 2.8. O ÓRGÃO DE CLASSE SÓ PODE COBRAR ANUIDADE DAS FILIAIS QUE TIVEREM CAPITAL SOCIAL DESTACADO EM RELAÇÃO AO DE SUA MATRIZ..... 348
- 2.9. LEI ESTADUAL PODE AUTORIZAR A CRIAÇÃO DE FUNDAÇÃO PÚBLICA DE DIREITO PRIVADO PARA ATUAR NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO DE SAÚDE..... 348
- 2.10. SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, COMO O METRÔ-DF, POR PRESTAREM SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL EM REGIME DE EXCLUSIVIDADE E SEM INTUITO LUCRATIVO, SUBMETEM-SE AO REGIME CONSTITUCIONAL DE PRECATÓRIOS PARA O ADIMPLENTO DE SEUS DÉBITOS 351
- 2.11. LEI ESTADUAL NÃO PODE AUTORIZAR QUE ATO INFRALEGAL TRANSFORME CARGOS EM COMISSÃO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA OU FUNÇÕES DE CONFIANÇA EM CARGO EM COMISSÃO..... 354

3. SERVIÇOS PÚBLICOS 356

- 3.1. É POSSÍVEL A COBRANÇA DA TARIFA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO AINDA QUE NÃO HAJA O CUMPRIMENTO DE TODAS AS ETAPAS DO SERVIÇO 356
- 3.2. OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO TERRESTRE DE PASSAGEIROS, DESVINCULADOS DA EXPLORAÇÃO DA INFRAESTRUTURA, PODEM SER OUTORGADOS SEM LICITAÇÃO PRÉVIA, MEDIANTE SIMPLES AUTORIZAÇÃO..... 357
- 3.3. SÃO CONSTITUCIONAIS OS DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE RENOVARAM A CONCESSÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO ENTRE A CAPITAL E CIDADES DO ABC E EXIGIRAM CONTRAPARTIDAS PARA A PRORROGAÇÃO ANTECIPADA 358
- 3.4. NÃO EXISTE OBRIGAÇÃO DE CONFERIR PASSE LIVRE AOS AUDITORES-FISCAIS DO TRABALHO NAS PRAÇAS DE PEDÁGIOS QUE ESTÃO SOB ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL..... 366

4. RESPONSABILIDADE CIVIL 367

- 4.1. SE UMA PESSOA É ATINGIDA POR BALA PERDIDA DURANTE CONFRONTO ENTRE POLICIAIS E CRIMINOSOS, O ESTADO PODE SER CONDENADO A INDENIZAR, MESMO SEM

	PROVA DA ORIGEM DA BALA; O ESTADO PODE APRESENTAR PROVAS DE EXCLUDENTE DE NEXO CAUSAL.....	367
4.2.	O BANCO CENTRAL POSSUI RESPONSABILIDADE OBJETIVA PELOS DANOS QUE O LIQUIDANTE CAUSE DURANTE O PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL....	368
4.3.	NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS MOVIDAS EM DESFAVOR DE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, NA CONDIÇÃO DE PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO, A PRESCRIÇÃO ERA REGIDA PELO CÓDIGO CIVIL, ATÉ A ENTRADA EM VIGOR DO ART. 19-C DA LEI 9.494/97, EM 28/8/2001.....	370
5.	CONCURSOS PÚBLICOS.....	371
5.1.	A PRERROGATIVA DA ESCOLHA DO MOMENTO PARA A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO, APROVADO DENTRO DAS VAGAS OFERTADAS EM CONCURSO PÚBLICO, É DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME.....	371
5.2.	O PROFESSOR ESTRANGEIRO APROVADO EM CONCURSO PARA INSTITUIÇÃO DE ENSINO FEDERAL TEM DIREITO DE SER NOMEADO, SALVO SE HOUVER RESTRIÇÃO EXPRESSA NO EDITAL, DEVIDAMENTE JUSTIFICADA E PASSÍVEL DE CONTROLE JUDICIAL.....	372
5.3.	SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS POR CONDENAÇÃO CRIMINAL (ART. 15, III, DA CF) NÃO IMPEDE NOMEAÇÃO E POSSE DE APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, DESDE QUE O CRIME NÃO SEJA INCOMPATÍVEL COM O CARGO E HAJA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.....	373
5.4.	É INCONSTITUCIONAL DISPOSITIVO DE CONSTITUIÇÃO ESTADUAL QUE PERMITE A TRANSPOSIÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO PARA O QUADRO ESTATUTÁRIO ESTADUAL SEM CONCURSO PÚBLICO.....	375
5.5.	A TRANSFORMAÇÃO DE CARREIRA DE NÍVEL MÉDIO EM OUTRA DE NÍVEL SUPERIOR, COM ATRIBUIÇÕES DISTINTAS, CONSTITUI FORMA DE PROVIMENTO DERIVADO VEDADA PELO ART. 37, II, DA CF/88.....	377
5.6.	A APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE RESERVA DE VAGAS PARA CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA QUE RESULTA EM NÚMERO FRACIONÁRIO ENSEJA O SEU ARREDONDAMENTO PARA O INTEIRO IMEDIATAMENTE SUPERIOR.....	380
5.7.	O STF CONCEDEU LIMINAR JULGANDO INCONSTITUCIONAL A DESTINAÇÃO DE APENAS 10% DAS VAGAS PARA AS CANDIDATAS DO SEXO FEMININO NO CONCURSO DE SOLDADO DA POLÍCIA MILITAR.....	380
5.8.	É INCONSTITUCIONAL PROIBIR A POSSE DE CANDIDATO APROVADO QUE TEVE UMA DOENÇA GRAVE, MAS QUE ATUALMENTE NÃO APRESENTA SINTOMAS INCAPACITANTES NEM RESTRIÇÕES PARA O TRABALHO.....	382
5.9.	AS REGRAS EDITALÍCIAS NOS CONCURSOS PÚBLICOS VINCULAM TANTO A ADMINISTRAÇÃO COMO OS CANDIDATOS PARTICIPANTES.....	382
5.10.	É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE OS CANDIDATOS QUE NASCERAM E MORAM NO ESTADO TERÃO UM PERCENTUAL DE BÔNUS (ACRÉSCIMO) NA NOTA QUE OBTIVEREM NOS CONCURSOS ESTADUAIS.....	383
5.11.	LEI 14.768/2023: DEFINE DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	385
6.	SERVIDORES PÚBLICOS.....	385
6.1.	SE O SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL TRABALHA EXPOSTO À RADIAÇÃO, SUA JORNADA SEMANAL MÁXIMA SERÁ DE 24 HORAS; TODAS AS HORAS QUE ULTRAPASSAREM ESSE LIMITE DEVERÃO SER PAGAS COMO HORAS EXTRAS.....	385
6.2.	SERVIDOR PÚBLICO RESPONSÁVEL POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA TEM DIREITO A JORNADA REDUZIDA.....	387
6.3.	LEI QUE PROÍBE O PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS AOS POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS É INCONSTITUCIONAL; LEI QUE PROÍBE O PAGAMENTO DE ADICIONAL NOTURNO A ESSES SERVIDORES É CONSTITUCIONAL.....	387
6.4.	SE O SERVIDOR POSSUI 45 DIAS DE FÉRIAS POR ANO, O PAGAMENTO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS DEVERÁ INCIDIR SOBRE 45, E NÃO APENAS SOBRE 30 DIAS.....	389
6.5.	O ABONO PERMANÊNCIA INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DO TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS E DA GRATIFICAÇÃO NATALINA.....	390
6.6.	NÃO É DEVIDA FÉRIAS-PRÊMIO AOS SERVIDORES ESTADUAIS QUE TIVERAM SEU VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FIRMADO COM FUNDAMENTO NA LC 100/2007 DO ESTADO DE MG, ANULADO EM VIRTUDE DO JULGAMENTO DA ADI 4.876/MG PELO STF.....	391
6.7.	NÃO HÁ QUALQUER OBSTÁCULO AO RECEBIMENTO ACUMULADO DE DOIS BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE SE ELES DECORREREM DE CARGOS ACUMULÁVEIS, EXPRESSAMENTE PREVISTOS NO ART. 37, XVI, DA CF/88.....	392
6.8.	O PAGAMENTO DE 'SALÁRIO-ESPOSA' A TRABALHADORES URBANOS E RURAIS, E A SERVIDORES PÚBLICOS, VIOLA O ART. 7º, XXX C/C ART. 39, § 3º, DA CF/88, ALÉM DE AFRONTAR OS PRINCÍPIOS REPUBLICANO, DA IGUALDADE, DA MORALIDADE E DA RAZOABILIDADE.....	393
6.9.	A GAT É UMA VANTAGEM PERMANENTE RELATIVA AO CARGO DE AUDITOR FISCAL DA RFB E QUE INTEGRA OS VENCIMENTOS DO TITULAR DO CARGO, NÃO SE CONFUNDINDO COM O VENCIMENTO BÁSICO.....	394

6.10.	A GDAJ TEM CARÁTER PROPTER LABOREM E, PORTANTO, NÃO É DEVIDA AOS SERVIDORES INATIVOS.....	395	EM SINDICÂNCIA FICARÁ SEM RECEBER SUA REMUNERAÇÃO	415	
6.11.	O ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL NÃO PODE SER INCLUÍDO NA BASE DE CÁLCULO DA VPNI.....	396	6.23.	É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE IMPEDE A EXONERAÇÃO A PEDIDO E A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA DE SERVIDOR QUE RESPONDE A PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.....	416
6.12.	NÃO HÁ PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO NAS AÇÕES EM QUE SE BUSCA A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE.....	397	6.24.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVE DESCONTAR OS DIAS DE PARALISAÇÃO EM RAZÃO DE GREVE PELOS SERVIDORES PÚBLICOS, APÓS PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NO QUAL SE DEMONSTRE OS DIAS NÃO TRABALHADOS	417
6.13.	ANTES DA LC 152/2015, OS ESTADOS NÃO PODIAM EDITAR NORMAS PREVENDO APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AOS 75 ANOS.....	400	6.25.	NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, SOB O FUNDAMENTO DE ISONOMIA, CONCEDER RETRIBUIÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO A ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS EM HIPÓTESES NÃO PREVISTAS EM LEI.....	418
6.14.	OS SERVIDORES QUE REÚNEM AS CONDIÇÕES, SOB A ÉGIDE DO REGIME ANTERIOR (ART. 3º DA EC 20/98) PODEM SE APOSENTAR, MESMO QUE SEU VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO TENHA CESSADO ANTES DO PEDIDO DE APOSENTADORIA.....	402	6.26.	É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO DE PENSÃO MENSAL VITALÍCIA PARA DEPENDENTES DE PREFEITOS E VICE-PREFEITOS EM RAZÃO DO MERO EXERCÍCIO DO MANDATO ELETIVO	419
6.15.	SERVIDORES CUJA ESTABILIDADE FOI ADQUIRIDA PELA REGRA EXCEPCIONAL DO ART. 19 DO ADCT NÃO POSSUEM O DIREITO DE SE APOSENTAREM NO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS).....	403	6.27.	É INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO CONTIDA NA CE NO SENTIDO DE QUE SOMENTE LEI COMPLEMENTAR PODERIA DISPOR SOBRE AS CARREIRAS EXCLUSIVAS DO ESTADO; ISSO PORQUE ESSA EXIGÊNCIA NÃO ENCONTRA PARALELO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	420
6.16.	O RECEBIMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, POR SI SÓ, NÃO É SUFICIENTE PARA COMPROVAÇÃO DO EFETIVO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ESPECIAL.....	404	6.28.	CADA ENTE DEVE ESTABELECEER POR LEI O PERCENTUAL MÍNIMO DE CARGOS EM COMISSÃO PARA SERVIDORES DE CARREIRA; NÃO HÁ OMISSÃO DO PRESIDENTE OU CONGRESSO NACIONAL EM REGULAMENTAR O ART. 37, V, DA CF	421
6.17.	O POLICIAL CIVIL QUE PREENCHEU OS REQUISITOS PARA A APOSENTADORIA ESPECIAL DA LC 51/85 TEM DIREITO AO CÁLCULO DE SEUS PROVENTOS COM INTEGRALIDADE E, QUANDO TAMBÉM PREVISTO EM LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL, COM PARIDADE	405	6.29.	É CONSTITUCIONAL A LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE A LICENÇA DO SERVIDOR PARA EXERCER MANDATO SINDICAL DEVERÁ SER SEM REMUNERAÇÃO	423
6.18.	A CF EXIGE QUE LEI ESTADUAL ESPECÍFICA DISPONHA SOBRE O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES ESTADUAIS, MESMO SE A LEI ENGLOBAL TAMBÉM OS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS	408	6.30.	É INCONSTITUCIONAL A VINCULAÇÃO DE REMUNERAÇÕES DE CARREIRAS PERTENCENTES A ENTES FEDERATIVOS DISTINTOS AO SUBSÍDIO DE MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	424
6.19.	LEI ESTADUAL NÃO PODE ESTENDER A APOSENTADORIA ESPECIAL DE PROFESSORES PARA ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, TÉCNICO-PEDAGÓGICAS E OUTRAS QUE NÃO PROPRIAMENTE A DE PROFESSOR.....	409	6.31.	NÃO É POSSÍVEL FAZER A EQUIPARAÇÃO DE UMA CARREIRA DE NÍVEL MÉDIO COM OUTRA DE NÍVEL SUPERIOR.....	426
6.20.	O TRIBUNAL DE CONTAS TEM O PRAZO DE 5 ANOS PARA JULGAR A LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO, PRAZO ESSE CONTADO DA CHEGADA DO PROCESSO À CORTE DE CONTAS...411		6.32.	OS ANTIGOS ASSISTENTES JURÍDICOS DA UNIÃO POSSUEM DIREITO À TRANSPOSIÇÃO AO CARGO DE ASSISTENTE JURÍDICO DO QUADRO DA AGU, MESMO QUE TENHAM SE APOSENTADO ANTES DA LEI 9.028/95; ISSO POR FORÇA DO PRINCÍPIO DA PARIDADE.....	428
6.21.	FILMAR, POR MEIO DE CÂMERA ESCONDIDA, ALUNAS, SERVIDORAS E FUNCIONÁRIAS TERCEIRIZADAS CARACTERIZA A INFRAÇÃO DE CONDUTA ESCANDALOSA, PREVISTA NO ART. 132, V, PARTE FINAL, DA LEI Nº 8.112/90, O QUE ATRAI A PENA DE DEMISSÃO DO SERVIDOR	414	6.33.	A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TEM O PODER DISCRICIONÁRIO DE DEFINIR QUANTOS SERVIDORES PÚBLICOS PODEM SER DISPENSADOS DO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DO CARGO PÚBLICO POR ESTAREM EXERCENDO MANDATO CLASSISTA.....	430
6.22.	É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE PREVEJA QUE O POLICIAL INVESTIGADO				

6.34. É PRESCINDÍVEL A EXIGÊNCIA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA A ASCENSÃO FUNCIONAL DE SERVIDORES NO PERÍODO EM QUE ESTIVEREM AFASTADOS DO CARGO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO FEDERAL.....	431	6.45. AS VERBAS RELATIVAS AO FGTS COBRADAS DO ESTADO DO PARANÁ POR SEUS EX-SERVIDORES TEMPORÁRIOS TÊM NATUREZA FUNDIÁRIA.....	449
6.35. SERVIDORA QUE PEDE EXONERAÇÃO E, DEPOIS DE 3 ANOS, INGRESSA COM AÇÃO ANULATÓRIA DO ATO, PODE ATÉ TER DIREITO À REINTEGRAÇÃO, MAS NÃO RECEBERÁ OS VALORES RETROATIVOS.....	432	6.46. SÚMULA 663-STJ.....	451
6.36. É CONSTITUCIONAL A LEI 13.026/2014, QUE TRANSFORMOU DE CELETISTA PARA ESTATUTÁRIO O REGIME DE TRABALHO DOS AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS.....	433	6.47. NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	452
6.37. OS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E OS DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DOS MUNICÍPIOS, ESTADOS E DO DF FAZEM JUS AO PISO SALARIAL FIXADO EM LEI FEDERAL, DEVENDO A UNIÃO ARCAR COM OS ÔNUS DA DIFERENÇA PARA O PISO NACIONAL.....	435	7. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA.....	452
6.38. A ADMISSÃO ADMINISTRATIVA DO DIREITO REIVINDICADO PELO INTERESSADO NÃO IMPLICA RENÚNCIA TÁCITA À PRESCRIÇÃO, NÃO GERANDO O PAGAMENTO RETROATIVO DE PARCELAS ANTERIORES À ALTERAÇÃO DE ENTENDIMENTO JURÍDICO.....	438	7.1. SE O AUTOR DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO NÃO FAZ O DEPÓSITO DA QUANTIA ARBITRADA, O JUIZ DEVERÁ NEGAR A IMISSÃO PROVISÓRIA NA POSSE, MAS NÃO PODE, POR ESSA RAZÃO, EXTINGUIR O PROCESSO.....	452
6.39. O ART. 23-A, III, DA LEI 12.781/13 DEVE AMPARAR OS MÉDICOS QUE PERMANECERAM NO BRASIL APÓS O TÉRMINO DA COOPERAÇÃO COM CUBA NO PROGRAMA MAIS MÉDICOS.....	440	7.2. UM DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DA PETIÇÃO INICIAL DA AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS É A DEMONSTRAÇÃO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DA MEDIDA E DA COMPATIBILIDADE DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA COM AS LEIS ORÇAMENTÁRIAS.....	453
6.40. É APLICÁVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS INATIVOS E A SEUS PENSIONISTAS O ÍNDICE DO RGPS NO INTERVALO ENTRE O FIM DO INSTITUTO DA PARIDADE (EC 41/2003) E A EDIÇÃO DA LEI QUE ESTABELECEU OS ÍNDICES DE REAJUSTE (LEI 11.784/2008).....	441	7.3. NAS DESAPROPRIAÇÕES, NA EXECUÇÃO DA SENTENÇA, SEGUEM-SE AS REGRAS DO ART. 27, § 1º, DO DL 3.365/41, INCLUINDO LIMITES PARA HONORÁRIOS COM BASE NO PROVEITO ECONÔMICO.....	455
6.41. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE O VALOR RECEBIDO A TÍTULO DE RETRIBUIÇÃO PELO DESEMPENHO DE CARGO COMISSIONADO TERÁ NATUREZA INDENIZATÓRIA, ESTANDO FORA DO TETO REMUNERATÓRIO.....	443	7.4. O CUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL É REQUISITO PARA QUE UM IMÓVEL PRODUTIVO NÃO POSSA SER DESAPROPRIADO PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.....	456
6.42. O VALOR RECEBIDO POR MINISTROS DE ESTADO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS DE EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA SUBMETE-SE AO TETO REMUNERATÓRIO CONSTITUCIONAL?.....	445	7.5. O PAGAMENTO DAS DIFERENÇAS ENTRE OS VALORES DE AVALIAÇÃO INICIAL E FINAL DO BEM DESAPROPRIADO DEVE SER FEITO MEDIANTE DEPÓSITO JUDICIAL DIRETO AO PROPRIETÁRIO SE O PODER PÚBLICO NÃO ESTIVER EM DIA COM OS PRECATÓRIOS.....	458
6.43. É CONSTITUCIONAL O ART. 55 DA LEI 11.440/2006 QUE ESTABELECE CRITÉRIOS ETÁRIOS PARA A TRANSFERÊNCIA DE DIPLOMATAS PARA O QUADRO ESPECIAL DO SERVIÇO EXTERIOR BRASILEIRO.....	446	7.6. NÃO INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE A INDENIZAÇÃO RECEBIDA PELA INSTITUIÇÃO DE SERVIÇO ADMINISTRATIVO.....	460
6.44. PARA A REMOÇÃO POR MOTIVO DE SAÚDE, PREVISTA NO ART. 36, PAR. ÚN., III, B, DA LEI 8.112/90, É NECESSÁRIO COMPROVAR A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DO PARENTE COM O SERVIDOR, NÃO SENDO SUFICIENTE EVENTUAL DEPENDÊNCIA FÍSICA OU AFETIVA.....	448	7.7. EM REGRA, NÃO CABE INDENIZAÇÃO EM FAVOR DOS PROPRIETÁRIOS DOS IMÓVEIS ABRANGIDOS POR ATO ADMINISTRATIVO QUE INSTITUA LIMITAÇÃO ADMINISTRATIVA, A NÃO SER QUE COMPROVEM EFETIVO PREJUÍZO, OU LIMITAÇÃO ALÉM DAS JÁ EXISTENTES.....	460
		7.8. O REGISTRO DO LOTEAMENTO IMPLICA PERDA DA POSSE E DO DOMÍNIO DO ESPAÇO LIVRE, COM TRANSFERÊNCIA IRREVERSÍVEL PARA O PODER PÚBLICO.....	461
		8. PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	462
		8.1. NO EXERCÍCIO DE DIREITO SANCIONADOR, A NEGATIVA DA PROVA TÉCNICA REQUERIDA PELO ACUSADO PODE AFRONTAR O DEVIDO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	462
		8.2. NO PROCESSO ADMINISTRATIVO MESMO QUE JÁ ASSEGURADO CONTRADITÓRIO E AMPLA	

DEFESA, EM CASO DE PROCESSO DE REVISÃO DA PUNIÇÃO ANTERIORMENTE IMPOSTA, DEVERÁ NOVAMENTE SER GARANTIDO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	463	IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, SEM PREJUÍZO DA RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA E CRIMINAL ESTABELECIDAS NO DL 201/1967.....	481
8.3. A PRORROGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, POR SI, NÃO PODE SER RECONHECIDA COMO CAUSA APTA A ENSEJAR NULIDADE.....	464	10.3. É POSSÍVEL O USO DA COLABORAÇÃO PREMIADA EM AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO SE A PESSOA JURÍDICA INTERESSADA PARTICIPAR COMO INTERVENIENTE E SE FOREM OBSERVADAS AS DIRETRIZES FIXADAS PELO STF.....	483
8.4. O SERVIDOR PROCESSADO NO PAD NÃO PRECISA SER INTIMADO APÓS O RELATÓRIO FINAL FEITO PELA COMISSÃO PROCESSANTE.....	465	10.4. SÃO CONSTITUCIONAIS OS ARTS. 2º, 12, 13, 15 E 21, DA LEI 8.429/92.....	485
8.5. SÚMULA 665-STJ.....	466	11. TEMAS DIVERSOS.....	489
8.6. É POSSÍVEL A APLICAÇÃO ANALÓGICA DA TEORIA DA CONTINUIDADE DELITIVA (ART. 71 DO CP) NO ÂMBITO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	467	11.1. É CABÍVEL A COBRANÇA DE TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO (ART. 24 DA LEI 4.545/64), AINDA QUE NÃO HAJA PRÉVIA FORMALIZAÇÃO DE ATO OU NEGÓCIO JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	489
9. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	468	11.2. AINDA QUE CELEBRADO NO EXTERIOR, ATO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS SEMENTES DE MILHO GENETICAMENTE MODIFICADAS IMPACTA MERCADO RELEVANTE DE ABRANGÊNCIA MUNDIAL, SUBMETENDO-SE AO CADE.....	491
9.1. É INCONSTITUCIONAL LEI MUNICIPAL QUE AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE PPP PARA A EXECUÇÃO DE OBRA PÚBLICA DESVINCULADA DE QUALQUER SERVIÇO PÚBLICO OU SOCIAL.....	468	11.3. A PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA DECORRENTE DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL USO É RECEITA PATRIMONIAL E, POR SE TRATAR DE COBRANÇA DE DÍVIDA DE NATUREZA REAL, APLICA-SE O PRAZO PRESCRICIONAL DE 10 ANOS (ART. 205 DO CC).....	492
9.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DEVERÁ PAGAR ÀS EMPRESAS PELOS SERVIÇOS EXECUTADOS, BEM COMO PELOS SUBCONTRATADOS, MESMO QUE ESSAS CONTRATAÇÕES TENHAM SIDO FEITAS DE FORMA VERBAL, SEM LICITAÇÃO E SEM OBSERVÂNCIA DA LEI?.....	468	11.4. É IMPRESCRITÍVEL A PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO DECORRENTE DA EXPLORAÇÃO IRREGULAR DO PATRIMÔNIO MINERAL DA UNIÃO, PORQUANTO INDISSOCIÁVEL DO DANO AMBIENTAL CAUSADO.....	493
9.3. LEI MUNICIPAL PODE PROIBIR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE REALIZAR CONTRATOS COM PARENTES ATÉ O TERCEIRO GRAU DE AGENTES PÚBLICOS ELETIVOS OU EM CARGOS DE COMISSÃO.....	470	11.5. O § 3º DO ART. 148 DO CTB É CONSTITUCIONAL E SE APLICA MESMO QUE A INFRAÇÃO COMETIDA TENHA SIDO MERAMENTE ADMINISTRATIVA.....	496
9.4. É POSSÍVEL A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS DECORRENTES DA AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS EM CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE EMPRESA PÚBLICA E PARTICULAR, MESMO SEM AUTORIZAÇÃO DESTA.....	471	11.6. EMPRESAS HABILITADAS MEDIANTE CREDENCIAMENTO PODEM REALIZAR SERVIÇOS DE FABRICAÇÃO E DE ESTAMPAGEM DE PLACAS DE VEÍCULOS.....	497
9.5. É CONSTITUCIONAL O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (RDC), INSTITUÍDO PELA LEI 12.462/2011.....	472	11.7. O ART. 1º, ALÍNEA “C”, DO DL 9.760/46 PREVÊ QUE SÃO BENS IMÓVEIS DA UNIÃO AS ZONAS ONDE SE FAÇA SENTIR A INFLUÊNCIA DAS MARÉS; ESSE DISPOSITIVO FOI RECEPCIONADO PELA CF/88.....	500
9.6. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É OBRIGADA A DIVULGAR, PERMANENTEMENTE, EDITAL DE CREDENCIAMENTO EM SÍTIO ELETRÔNICO SOMENTE APÓS A VIGÊNCIA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	476	11.8. NO PERÍODO ENTRE A LEI Nº 11.481/2007 (PUBLICADA EM 31/05/2007) E A DECISÃO DO STF NA ADI 4264 (CUJA ATA DE JULGAMENTO FOI PUBLICADA EM 28/3/2011), OS CHAMAMENTOS FEITOS POR EDITAL DEVEM SER CONSIDERADOS VÁLIDOS.....	502
10. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	479	11.9. A INEXISTÊNCIA DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DA TRANSAÇÃO (CONTRATOS DE GAVETA)	
10.1. EM ATENÇÃO AO TEMA 1199/STF, DEVE-SE CONFERIR INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA ÀS HIPÓTESES DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA LEI Nº 14.230/2021, ADSTRINGINDO-SE AOS ATOS ÍMPROBOS CULPOSOS NÃO TRANSITADOS EM JULGADO.....	479		
10.2. OS AGENTES POLÍTICOS MUNICIPAIS SE SUBMETEM AOS DITAMES DA LEI DE			

NÃO IMPEDE A CARACTERIZAÇÃO DO FATO GERADOR DO LAUDÊMIO.....	504
11.10. SÃO CONSTITUCIONAIS AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI 13.954/2019 NO ESTATUTO DOS MILITARES.....	508
11.11. O MILITAR TEMPORÁRIO INCAPAZ PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES MILITARES, MAS NÃO INVÁLIDO, DEVE SER COLOCADO EM ENCOSTAMENTO, SEM DIREITO A SOLDADO.....	510
11.12. A ALTERAÇÃO DA FORMA DE CÁLCULO DO AUXÍLIO-INVALIDEZ DEVIDO AOS SERVIDORES MILITARES NÃO VIOLA OS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS, DESDE QUE O VALOR GLOBAL DA REMUNERAÇÃO NÃO SOFRA REDUÇÃO.....	512
11.13. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PODE INSCREVER EM CADASTROS DE RESTRIÇÃO DE CRÉDITO OS SEUS INADIMPLENTES, AINDA QUE NÃO HAJA INSCRIÇÃO PRÉVIA EM DÍVIDA ATIVA.....	513
11.14. DEMANDA PROPOSTA CONTRA O BANCO DO BRASIL DISCUTINDO SAQUES INDEVIDOS DE PASEP.....	515
11.15. A CMED ATUOU DENTRO DE SEU PODER REGULAMENTAR AO FIXAR MARGEM ZERO DE SOBREPREGO PARA OS MEDICAMENTOS FORNECIDOS POR HOSPITAIS.....	517
11.16. CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NÃO TEM PODER DE POLÍCIA PARA APLICAR MULTAS.....	519
11.17. A ANP ADOTA, COMO REGRA EM ATIVIDADES FISCALIZATÓRIAS, A DUPLA VISITA; A CONDUTA DE ARMAZENAR, NO MESMO AMBIENTE, RECIPIENTES DE GLP CHEIOS E VAZIOS NÃO É PREVISTA COMO SITUAÇÃO DE RISCO A EXCEPCIONAR A REGRA DA DUPLA VISITA.....	520

DIREITO ELEITORAL..... 523

1. OUTROS TEMAS..... 523

1.1. AS REGRAS DA LEI 14.356/2022, QUE PERMITEM O AUMENTO DE GASTOS COM PUBLICIDADE DOS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS EM ANO ELEITORAL, NÃO PODEM SER APLICADAS ANTES DO PLEITO 2022.....	523
1.2. É CONSTITUCIONAL A DISPENSA DE VOTAÇÃO NOMINAL MÍNIMA PARA DEFINIÇÃO DOS SUPLENTE, PREVISTA NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 112 DO CÓDIGO ELEITORAL.....	530
1.3. STF FIXOU ATÉ 30/06/2025 PARA QUE O CONGRESSO NACIONAL EDITE LC, PREVISTA NO § 1º DO ART. 45 DA CF, REVISANDO A DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE CADEIRAS DE DEPUTADOS FEDERAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO DE CADA UNIDADE DA FEDERAÇÃO.....	533

1.4. A FRAUDE À COTA DE GÊNERO, QUE PODE SER APURADA MEDIANTE AIJE, ENSEJA A CASSAÇÃO DE TODAS AS CANDIDATURAS BENEFICIADAS PELA FRAUDE.....	536
1.5. VOTOS DE CANDIDATO COM REGISTRO NEGADO APÓS ELEIÇÃO DEVE SER COMPUTADOS PARA O PARTIDO.....	541
1.6. AS ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES AO REGISTRO DA CANDIDATURA QUE AFASTEM A INELEGIBILIDADE DE CANDIDATO (§ 10 DO ART. 11 DA LEI 9.504/97) DEVEM SER AFERIDAS ATÉ A DATA DA ELEIÇÃO; A SÚMULA 70 DO TSE É CONSTITUCIONAL.....	546
1.7. CONFIGURA OMISSÃO INCONSTITUCIONAL DO PODER PÚBLICO A FALTA DE OFERTA, COM A MESMA FREQUÊNCIA E REGULARIDADE DOS DIAS ÚTEIS, DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO GRATUITO NAS ZONAS URBANAS EM DIA DE ELEIÇÕES.....	549

DIREITO CIVIL 553

1. PARTE GERAL 553

1.1. O NEGÓCIO JURÍDICO FEITO PELO DIRETOR-GERAL DE UM CLUBE DE FUTEBOL É VÁLIDO PELA TEORIA DA APARÊNCIA, MESMO SEM PODERES FORMAIS, SE BENEFICIAR O CLUBE.....	553
1.2. A FLUÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO INDENIZATÓRIA FUNDADA NA IMPUTAÇÃO DE CRIMES DOS QUAIS SE VENHA A SER POSTERIORMENTE ABSOLVIDO TEM INÍCIO COM O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA NA AÇÃO PENAL.....	554
1.3. QUANDO UMA PESSOA RECEBE VALORES DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS COMPLEMENTARES POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE REVOGADA, A ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA TERÁ O PRAZO DE 10 ANOS PARA PLEITEAR A RESTITUIÇÃO.....	555
1.4. A INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO, NA FORMA PREVISTA NO § 1º DO ART. 240 DO CPC, RETROAGIRÁ À DATA EM QUE PETIÇÃO INICIAL REUNIR CONDIÇÕES DE SE DESENVOLVER DE FORMA VÁLIDA E REGULAR DO PROCESSO.....	557
1.5. O RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO IMPEDE A COBRANÇA JUDICIAL E A EXTRAJUDICIAL DO DÉBITO; ASSIM, SE UMA DÍVIDA ESTÁ PRESCRITA, O CREDOR NÃO PODE FICAR LIGANDO OU MANDANDO MENSAGENS PARA COBRAR O DEVEDOR.....	558
1.6. A MUDANÇA TOTAL DO NOME REGISTRAL NÃO É POSSÍVEL POR FALTA DE PREVISÃO LEGAL E RESPEITO À SEGURANÇA JURÍDICA.....	559
1.7. SE O CONTRATO SOCIAL NÃO INCLUIR O LUCRO FUTURO DA SOCIEDADE NA APURAÇÃO	

DOS HAVERES, O SÓCIO RETIRANTE NÃO TERÁ DIREITO.....	560	4.4. CONDENAÇÃO DA REDE GLOBO POR EXIBIÇÃO DE SUSPEITOS NO PROGRAMA LINHA DIRETA.....	576
1.8. O SÓCIO DE PESSOA JURÍDICA NÃO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA PARA PLEITEAR INDENIZAÇÃO, EM NOME PRÓPRIO, POR DANOS AO PATRIMÔNIO DA EMPRESA.....	563	4.5. A TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR NÃO PODE SER ADOTADA NAS RELAÇÕES JURÍDICAS REGIDAS EXCLUSIVAMENTE PELO DIREITO CIVIL.....	577
2. BEM DE FAMÍLIA.....	563	4.6. A EXISTÊNCIA DE OUTROS BENEFICIÁRIOS NÃO RETIRA A LEGITIMIDADE DO AUTOR DE BUSCAR A COBERTURA SECURITÁRIA NEM O DEVER DA SEGURADORA DE INDENIZAR; CASO OUTRO HERDEIRO APAREÇA, DEVERÁ PLEITEAR SEUDIREITO POR MEIO DE AÇÃO PRÓPRIA.....	579
2.1. NÃO É POSSÍVEL A PENHORA DO BEM DE FAMÍLIA DO DEVEDOR SOLIDÁRIO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO; ISSO PORQUE DEVEDOR SOLIDÁRIO NÃO É O MESMO QUE FIADOR, NÃO SE ADMITINDO INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA.....	563	4.7. O VAZAMENTO DE DADOS PESSOAIS NÃO GERA DANO MORAL PRESUMIDO.....	580
2.2. O FATO DE O BEM IMÓVEL TER SIDO ADQUIRIDO NO CURSO DA DEMANDA EXECUTIVA NÃO AFASTA A IMPENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA.....	564	4.8. A IGREJA CATÓLICA POSSUI RESPONSABILIDADE OBJETIVA POR ABUSO SEXUAL PRATICADO POR PADRE, BASTANDO QUE SEJA PROVADA A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA DO RELIGIOSO.....	583
2.3. MESMO QUANDO O DEVEDOR ALIENA O IMÓVEL QUE LHE SIRVA DE RESIDÊNCIA, DEVE SER MANTIDA A CLÁUSULA DE IMPENHORABILIDADE.....	565	4.9. A IMPRESCRITIBILIDADE NÃO SE APLICA ÀS AÇÕES EM QUE SE PRETENDE A RESPONSABILIZAÇÃO DIRETA DO AGENTE PÚBLICO QUE PRATICOU ATO DE TORTURA DURANTE O REGIME MILITAR.....	583
2.4. A OFERTA VOLUNTÁRIA DE SEU ÚNICO IMÓVEL RESIDENCIAL EM GARANTIA A UM CONTRATO DE MÚTUO, FAVORECEDOR DE PESSOA JURÍDICA EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, NÃO CONTA COM A PROTEÇÃO IRRESTRITA DO BEM DE FAMÍLIA.....	566	4.10. A B3 (BOLSA DE VALORES), AO DISPONIBILIZAR UMA PLATAFORMA VIRTUAL PARA OS INVESTIDORES ACOMPANHAREM SEUS INVESTIMENTOS, ESTÁ SUJEITO ÀS NORMAS DA LGPD E DO MARCO CIVIL DA INTERNET; ALÉM DISSO, FORNECE UM SERVIÇO QUE É REGIDO PELO CDC.....	585
2.5. IMÓVEL EM NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA PODE SER CONSIDERADO BEM DE FAMÍLIA SE O SÓCIO NELE RESIDIR; CONTUDO, SERÁ POSSÍVEL PENHORAR BENS PESSOAIS DO SÓCIO JÁ QUE SE TRATA DE UMA VIA DE MÃO DUPLA.....	567	5. CONTRATOS.....	588
3. OBRIGAÇÕES.....	570	5.1. EM CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA, A QUITAÇÃO, QUANDO CONSIDERADA FICTA, EXARADA PARA FINS DE TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE, EXIGE PROVA DO PAGAMENTO PARA QUE SE ATESTE CONSUMADA.....	588
3.1. BENEFICIÁRIO DE FRAUDE EM DEPÓSITO PRIVADO DEVE RESSARCIR INTEGRALMENTE VALOR PAGO PELO BANCO À VÍTIMA.....	570	5.2. O SEGURADO QUE AGIR DE MÁ-FÉ AO FAZER DECLARAÇÕES INEXATAS OU OMITIR CIRCUNSTÂNCIAS QUE POSSAM INFLUIR NA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA PELA SEGURADORA OU NA TAXA DO PRÊMIO ESTÁ SUJEITO À PERDA DA GARANTIA SECURITÁRIA.....	589
3.2. REALIZADA A CONSIGNAÇÃO EXTRAJUDICIAL E DIANTE DA DISCORDÂNCIA DO CREDOR, O DEVEDOR DEVE INICIAR A AÇÃO EM 30 DIAS; O NÃO CUMPRIMENTO DESSE PRAZO INVALIDA O DEPÓSITO, DESFAZENDO A EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO E LEVANDO À RESCISÃO CONTRATUA.....	571	5.3. OS ENCARGOS MORATÓRIOS ATINENTES AO CRÉDITO SUB-ROGADO DEVEM COMPOR A CONDENAÇÃO DA AÇÃO DE REGRESSO, SOB PENA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA DO DEVEDOR.....	591
3.3. LEI 14.711/2023: MARCO LEGAL DAS GARANTIAS.....	573	5.4. NOS CONTRATOS DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO, A OBRIGAÇÃO DE PRESTAR INFORMAÇÕES AOS SEGURADOS RECAI SOBRE O ESTIPULANTE.....	592
4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	573	5.5. É IMPUTÁVEL À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL A MORA CONSUBSTANCIADA NO ATRASO DOS REPASSES DAS PARCELAS DE FINANCIAMENTO CONTRATADO COM COMPANHIA DE HABITAÇÃO.....	594
4.1. A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NÃO AUTORIZADA DE IMAGEM DE PACIENTE VIOLA DIREITOS DE INTIMIDADE E A ÉTICA MÉDICA, GERANDO RESPONSABILIZAÇÃO SOLIDÁRIA ENTRE OS MÉDICOS AUTORES DO ARTIGO E A EDITORA.....	573		
4.2. A PENSÃO POR ATO ILÍCITO SOMENTE É DEVIDA QUANDO O AUTOR DO FATO CAUSA A MORTE OU A DEBILIDADE FÍSICA DA VÍTIMA.....	574		
4.3. CASO BAND X SBT (DANILO GENTILI).....	574		

5.6.	CONTRATO COM CLÁUSULA DE ARBITRAGEM, MAS LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL, PODE SER EXECUTADO NO JUÍZO ESTATAL; EXECUTADA NÃO PODE, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS AO CONTRATO, SENDO ESSA MATÉRIA DO JUÍZO ARBITRAL.....	595	5.16.	OS CUSTOS DECORRENTES DA CONTRATAÇÃO DE ADVOGADO PARA O AJUIZAMENTO DE AÇÃO, POR SI SÓ, NÃO SÃO INDENIZÁVEIS, SOB PENA DE ATRIBUIR ILICITUDE A QUALQUER PRETENSÃO QUESTIONADA JUDICIALMENTE.....	608
5.7.	A CIÊNCIA PRÉVIA DA SEGURADORA A RESPEITO DE CLÁUSULA ARBITRAL PACTUADA NO CONTRATO OBJETO DO SEGURO RESULTA NA SUA SUBMISSÃO À JURISDIÇÃO ARBITRAL.....	595	5.17.	O COMPARTILHAMENTO DE DIREITOS ECONÔMICOS RELATIVOS A ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL POR MEIO DE CESSÃO CIVIL POR ENTIDADE DE PRÁTICA DESPORTIVA NÃO É VEDADO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	610
5.8.	EXISTINDO CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA ARBITRAL, A PRETENSÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS (SEM DEMONSTRAÇÃO DE URGÊNCIA), DEVE SER PROMOVIDA DIRETAMENTE PERANTE O TRIBUNAL ARBITRAL.....	597	5.18.	O PENHOR SOBRE OS FRUTOS OUTORGADO EM BENEFÍCIO DE TERCEIRO PREVALECE SOBRE O DIREITO DA PARCEIRA OUTORGANTE.....	611
5.9.	A VIA PROCESSUAL ADEQUADA PARA A RETOMADA, PELO PROPRIETÁRIO, DA POSSE DIRETA DE IMÓVEL LOCADO É A AÇÃO DE DESPEJO, NÃO SERVINDO PARA ESSE PROPÓSITO O AJUIZAMENTO DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	597	5.19.	A INDENIZAÇÃO POR DESTRUIÇÃO, PERDA, AVARIA OU ATRASO DE CARGA EM TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL SERÁ REGIDA PELOS LIMITES DA CONVENÇÃO DE MONTREAL.....	613
5.10.	O FIADOR DO CONTRATO DE LOCAÇÃO, MESMO NÃO TENDO PARTICIPADO DA FASE DE CONHECIMENTO NA AÇÃO RENOVATÓRIA, PODE SER INCLUÍDO NO POLO PASSIVO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	598	5.20.	FERE A BOA-FÉ OBJETIVA E GERA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA A PRETENSÃO DE RECEBER, TOTAL DO PRECATÓRIO INDICADO POR CLIENTE, QUANDO NÃO RECEBIDO NA INTEGRALIDADE, EM RAZÃO DE NEGOCIAÇÃO DO CRÉDITO COM DESÁGIO.....	616
5.11.	PARA ATENDER A DETERMINABILIDADE DO PREÇO, EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA COM ELEIÇÃO DE COTAÇÃO EM OPERAÇÃO EM BOLSA DE VALORES, É IMPRESCINDÍVEL A INDICAÇÃO DE DATA E LOCAL DE AFERIMENTO DA COTAÇÃO.....	601	6. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA..... 617		
5.12.	O COMODATÁRIO TEM A OBRIGAÇÃO DE PAGAR O IPTU DO IMÓVEL, SALVO SE HOUVE COMBINAÇÃO EXPRESSA EM SENTIDO CONTRÁRIO (VALE RESSALTAR QUE ISSO NÃO IMPEDE O MUNICÍPIO DE COBRAR DO COMODANTE E ELE DEPOIS EXIGIR DO COMODATÁRIO).....	601	6.1.	O JUIZ NÃO PODE REDUZIR O PERCENTUAL DE 1% DA TAXA DE OCUPAÇÃO PREVISTA NO ART. 37-A DA LEI 9.514/97 ALEGANDO QUE, NA PRÁTICA MERCADOLÓGICA, O ALUGUEL DOS IMÓVEIS CORRESPONDE NORMALMENTE A 0,5% DO VALOR DO BEM.....	617
5.13.	NO CONTRATO DE COMODATO POR PRAZO INDETERMINADO, APÓS O TRANSCURSO DO INTERVALO SUFICIENTE À UTILIZAÇÃO DO BEM, É DEVIDA A SUA RESTITUIÇÃO, PELO COMODATÁRIO, BASTANDO PARA TANTO A SUA NOTIFICAÇÃO.....	604	6.2.	NA CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA PELO DL 911/69, COMPETE AO CREDOR FIDUCIÁRIO, APÓS A CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE DECORRENTE DA MORA DO DEVEDOR, O ÔNUS DE COMPROVAR A VENDA DO BEM E O VALOR AUFERIDO COM A ALIENAÇÃO.....	618
5.14.	OS PAIS, DETENTORES DO PODER FAMILIAR, NÃO RESPONDEM SOLIDARIAMENTE POR CONTRATO ONEROSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESCOLARES CELEBRADO ENTRE A INSTITUIÇÃO DE ENSINO E TERCEIRO ESTRANHO À ENTIDADE FAMILIAR.....	606	6.3.	PARA A CONSTITUIÇÃO EM MORA DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO É SUFICIENTE QUE HAJA O ENVIO DA NOTIFICAÇÃO COM AR PARA O ENDEREÇO DO DEVEDOR INFORMADO NO CONTRATO, NÃO SENDO NECESSÁRIO COMPROVAR QUE ELE RECEBEU A NOTIFICAÇÃO....	620
5.15.	É NULO O CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE CARACTERIZAM ATIVIDADES PRIVATIVAS DE ADVOCACIA, CELEBRADO POR SOCIEDADE EMPRESÁRIA, AINDA QUE UM DOS SÓCIOS DESSA SOCIEDADE SEJA ADVOGADO.....	607	6.4.	SEM REGISTRO, CONTRATO DE PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA MANTÉM VALIDADE, MAS REGISTRO É REQUISITO PARA ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO IMÓVEL.....	622
			6.5.	POSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO POR EDITAL CASO O DEVEDOR ESTEJA SE OCULTANDO (§ 4º DO ART. 26 DA LEI 9.514/97).....	625
			6.6.	É CONSTITUCIONAL A EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DA CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA, PREVISTA NA LEI 9.514/97.....	627

- 6.7. A CONCESSÃO DE LIMINAR EM AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM JUÍZO COMPETENTE NÃO ALTERA A JURISDIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO, QUE PERMANECE NA CAUSA DE ORIGEM.....629
- 7. PROPRIEDADE INTELECTUAL..... 630**
- 7.1. O SERVIÇO DE CLIPPING SEM AUTORIZAÇÃO DO TITULAR DO CONTEÚDO EDITORIAL OU REMUNERAÇÃO POR SEU USO, VIOLA DIREITOS AUTORAIS DO TITULAR DA OBRA.....630
- 7.2. OBRA ARTÍSTICA REPRESENTADA PELA FOTOGRAFIA É PROTEGIDA PELA LEI DE DIREITOS AUTORAIS, EVENTUAL EXPOSIÇÃO EM REDE SOCIAL SEM CONSENTIMENTO, REMUNERAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO, LESIONAM OS DIREITOS PATRIMONIAIS E MORAIS DO AUTOR.....631
- 7.3. A COBRANÇA DE DIREITOS AUTORAIS PELA EXECUÇÃO DE OBRAS MUSICAIS PROTEGIDAS EM EVENTOS PÚBLICOS NÃO ESTÁ CONDICIONADA AO OBJETIVO OU OBTENÇÃO DE LUCRO633
- 8. DIREITOS REAIS..... 634**
- 8.1. EM AÇÃO DEMOLITÓRIA, NÃO HÁ OBRIGATORIEDADE DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO DOS COPROPRIETÁRIOS DO IMÓVEL.....634
- 8.2. NÃO CONFIGURA DECISÃO EXTRA PETITA A SENTENÇA QUE, RECONHECENDO A USUCAPIÃO, DETERMINA A LIQUIDAÇÃO PARA INDIVIDUALIZAR A ÁREA USUCAPIDA, AINDA QUE NÃO HAJA PEDIDO EXPRESSO NA INICIAL..... 636
- 8.3. PRESCRIÇÃO AQUISITIVA COMEÇA DO EXERCÍCIO DA POSSE AD USUCAPIONEM 638
- 8.4. NÃO É POSSÍVEL APROVEITAR O TEMPO ANTERIOR DE POSSE DE TERCEIROS PARA COMPLEMENTAÇÃO DO QUINQUÊNIO NECESSÁRIO À DECLARAÇÃO DE PRESCRIÇÃO AQUISITIVA NO CASO DE USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA.....639
- 8.5. O DIREITO DE TAPAGEM DISPOSTO DO ART. 1.297 DO CC PREVÊ O DIREITO AO COMPARTILHAMENTO DE GASTOS DA CONSTRUÇÃO DE MURO COMUM AOS PROPRIETÁRIOS LINDEIROS, DESNECESSÁRIO PRÉVIO ACORDO PARA SE EXIGIR A DIVISÃO DAS DESPESAS.....641
- 8.6. EM AÇÃO REIVINDICATÓRIA, CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE DOIS TÍTULOS DE PROPRIEDADE PARA O MESMO BEM IMÓVEL, PREVALECE O PRIMEIRO TÍTULO AQUISITIVO REGISTRADO642
- 8.7. EM EXECUÇÃO POR DÍVIDA CONDOMINIAL MOVIDA PELO CONDOMÍNIO EDILÍCIO, É POSSÍVEL A PENHORA DO PRÓPRIO IMÓVEL QUE DÁ ORIGEM AO DÉBITO AINDA QUE ESTEJA ALIENADO FIDUCIARIAMENTE?.....643
- 8.8. É DE 10 ANOS O PRAZO PRESCRICIONAL APLICÁVEL À PRETENSÃO DE REEMBOLSO DE DESPESAS EFETUADAS POR CONDÔMIO COM A MANUTENÇÃO DA COISA EM ESTADO DE INDIVISÃO..... 646
- 8.9. EM SE TRATANDO DE USUFRUTO ESTABELECIDO POR ATO INTER VIVOS, O USUFRUTUÁRIO SOBREVIVENTE NÃO TEM O DEVER DE PRESTAR CONTAS DOS FRUTOS REFERENTES AO QUINHÃO DE USUFRUTUÁRIO FALECIDO.....647
- 9. CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL..... 648**
- 9.1. OS EFEITOS DA MODIFICAÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO TOTAL PARA O DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS, NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO, RETROAGEM À DATA DO MATRIMÔNIO (EFICÁCIA EX TUNC) 648
- 9.2. APÓS A EC 66/2010, A SEPARAÇÃO JUDICIAL NÃO É MAIS REQUISITO PARA O DIVÓRCIO NEM EXISTE MAIS COMO FIGURA AUTÔNOMA NO ORDENAMENTO JURÍDICO..... 649
- 9.3. LEI 14.713/2023: SE HOUVER RISCO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA OU FAMILIAR NÃO SERÁ POSSÍVEL A GUARDA COMPARTILHADA 652
- 10. ALIMENTOS 653**
- 10.1. NÃO É POSSÍVEL APLICAR POR ANALOGIA AS DISPOSIÇÕES ACERCA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA, BASEADA NA FILIAÇÃO E REGIDA PELO DIREITO DE FAMÍLIA, AOS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO ADQUIRIDOS DURANTE UNIÃO ESTÁVEL.....653
- 10.2. OS ADVOGADOS TÊM O DIREITO DE, CASO SEJAM PRESOS, FICAREM RECOLHIDOS EM SALA DE ESTADO MAIOR (ART. 7º, V, DO ESTATUTO DA OAB); ESSA REGRA NÃO SE APLICA PARA OS CASOS DE PRISÃO CIVIL655
- 10.3. NÃO CABE HABEAS CORPUS PARA DISCUTIR AFASTAR A PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS SOB O ARGUMENTO DE QUE ELE NÃO TEM CONDIÇÕES DE ARCAR COM A OBRIGAÇÃO657
- 10.4. A PRISÃO CIVIL DA DEVEDORA DE ALIMENTOS PODE SER CONVERTIDA, DO REGIME FECHADO PARA A PRISÃO DOMICILIAR, CASO ELA TENHA FILHO DE ATÉ 12 ANOS DE IDADE, APLICANDO-SE, POR ANALOGIA, O ART. 318, V, CPP..... 658
- 10.5. O PAI FOI OBRIGADO POR SENTENÇA JUDICIAL, A PAGAR AS DESPESAS DA FILHA; COMO NÃO PAGOU, A MÃE DA CRIANÇA TEVE QUE QUITAR A DÍVIDA; NÃO SE ADMITE QUE ESTA DÍVIDA SEJA COBRADA NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....659
- 10.6. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PELO RITO DA PENHORA PERMITE INCLUSÃO DE PRESTAÇÕES VENCIDAS NO CURSO DO PROCESSO660
- 10.7. HAVENDO INEQUÍVOCA CIÊNCIA DO DEVEDOR DE DÉBITO ALIMENTAR OBJETO DE EXECUÇÃO,

NÃO É ILEGAL A INTIMAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE UM SEGUNDO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA NA PESSOA DO SEU ADVOGADO REFERENTE AO MESMO TÍTULO JUDICIAL	661	INGRESSO NO ESTACIONAMENTO, AINDA EM VIA PÚBLICA.....	673
10.8. EM UMA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS A MÃE DA CRIANÇA PODE FAZER TRANSAÇÃO COM O PAI DEVEDOR, DISPENSANDO QUE ELE PAGUE UMA PARTE DOS VALORES ATRASADOS.....	663	1.2. O HOSPITAL RESPONDE, OBJETIVAMENTE, PELOS DANOS DECORRENTES DA PRESTAÇÃO DEFEITUOSA DOS SERVIÇOS RELACIONADOS AO EXERCÍCIO DA SUA PRÓPRIA ATIVIDADE.....	676
11. SUCESSÕES.....	664	1.3. SE FICAR DEMONSTRADO QUE A INFECÇÃO HOSPITALAR TEM LIAME CAUSAL COM OS DANOS SOFRIDOS POR RECÉM-NASCIDO, O HOSPITAL DEVERÁ INDENIZAR MESMO QUE O BEBÊ JÁ TENHA NASCIDO PREMATURO E COM BAIXO PESO	678
11.1. OS VALORES DEPOSITADOS EM PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA – NO CASO, O VGBL – DEVEM COMPOR O ACERVO HEREDITÁRIO?.....	664	1.4. NÃO É POSSÍVEL RESPONSABILIZAR O FABRICANTE DE MEDICAMENTO POR REAÇÃO ADVERSA DESCRITA NA BULA, RISCO INERENTE OU INTRÍNSECO À SUA PRÓPRIA UTILIZAÇÃO	680
11.2. É LÍCITO AO JUIZ PROFERIR NOVA DECISÃO PARA AJUSTAR QUESTÃO SUCESSÓRIA, EXISTENTE EM INVENTÁRIO AINDA NÃO CONCLUÍDO, À ORIENTAÇÃO VINCULANTE EMANADA DO STF	665	1.5. RESPONSABILIDADE CIVIL NO CASO DO ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO COM O CANTOR SERTANEJO JOÃO PAULO.....	681
11.3. APÓS PARTILHA, HERDEIROS COMPARTILHANDO UM IMÓVEL SÃO RESPONSÁVEIS SOLIDÁRIOS POR DÍVIDAS CONDOMINIAIS; MESMO SEM DOCUMENTO OFICIAL DE DIVISÃO, QUEM PAGAR PODE COBRAR DOS DEMAIS SUA PARTE.....	667	1.6. O BANCO RESPONDE CIVILMENTE AO DESCUMPRIR O DEVER DE SEGURANÇA QUANDO PERMITE COMPRAS FRAUDULENTAS COM CARTÃO DE CRÉDITO EM ESTABELECIMENTO SUSPEITO, IGNORANDO O PERFIL DO CONSUMIDOR.....	682
11.4. É ÔNUS DO CREDOR NÃO ADMITIDO NO INVENTÁRIO O AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE CONHECIMENTO, NÃO COMPETINDO AO JUIZ A CONVERSÃO DO PEDIDO DE HABILITAÇÃO DE CRÉDITO EM AÇÃO DE COBRANÇA, EM SUBSTITUIÇÃO ÀS PARTES	668	1.7. O BANCO NÃO É RESPONSÁVEL EM CASO DE TRANSAÇÕES REALIZADAS COM CARTÃO FÍSICO COM CHIP E A SENHA PESSOAL DO CORRENTISTA, SEM INDÍCIOS DE FRAUDE.....	685
11.5. O RIGOR FORMAL DO TESTAMENTO DEVE SER FLEXIBILIZADO, CONSIDERANDO-O VÁLIDO QUANDO REPRESENTAR A VERDADEIRA VONTADE DO TESTADOR, EXPRESSA DE MANEIRA LIVRE E CONSCIENTE.....	669	1.8. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONDE OBJETIVAMENTE POR FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS AO PERMITIR A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO POR ESTELIONATÁRIO	687
11.6. É LEGÍTIMA A CLÁUSULA TESTAMENTÁRIA QUE NOMEIA FILHA CO-HERDEIRA COMO CURADORA ESPECIAL DOS BENS DESTINADOS À IRMÃ INCAPAZ, REFERENTES À PARTE DISPONÍVEL DA HERANÇA, MESMO SE ESTA ESTIVER SOB PODER FAMILIAR OU TUTELA.....	671	1.9. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RESPONDE POR DEFEITO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO AO TRATAR INADEQUADAMENTE DADOS PESSOAIS BANCÁRIOS, FACILITANDO GOLPES CONTRA O CONSUMIDOR.....	688
11.7. LEI 14.661/2023: INDIGNIDADE AUTOMÁTICA COM O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	672	1.10. A EMISSÃO, POR TERCEIRO, DE BOLETO FRAUDADO, CONFIGURA FATO EXCLUSIVO DE TERCEIRO SOMENTE QUANDO EVIDENCIADO O NEXO CAUSAL ENTRE AS ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E O DANO VIVENCIADO PELO CONSUMIDOR.....	690
DIREITO DO CONSUMIDOR.....	673	1.11. A VENDEDORA DE PASSAGEM AÉREA NÃO RESPONDE SOLIDARIAMENTE COM A COMPANHIA AÉREA PELOS DANOS MORAIS E MATERIAIS EXPERIMENTADOS PELO PASSAGEIRO EM RAZÃO DO CANCELAMENTO DO VOO	691
1. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO.....	673	1.12. A EMPRESA DE INTERMEDIÇÃO IMOBILIÁRIA RESPONDE PELA VENDA FRAUDULENTA REALIZADA POR UMA DAS CORRETORAS QUE PRESTAVA SERVIÇO NA SOCIEDADE.....	692
1.1. O SHOPPING CENTER E A EMPRESA ADMINISTRADORA DO ESTACIONAMENTO SÃO RESPONSÁVEIS POR INDENIZAR O CONSUMIDOR VÍTIMA DE ROUBO À MÃO ARMADA OCORRIDO NA CANCELA PARA		2. PLANO DE SAÚDE	692
		2.1. NA ANÁLISE DO QUE SEJA A REDE CREDENCIADA DO PLANO DE SAÚDE PARA	

	FINIS DE TRATAMENTO/ATENDIMENTO, DEVE-SE ANALISAR OS TERMOS DO CONTRATO692		OFERECER O TRATAMENTO NECESSÁRIO PARA O USUÁRIO DO PLANO DE SAÚDE, A OPERADORA DEVERÁ CUSTEAR O SERVIÇO EM UM HOSPITAL NÃO CREDENCIADO.....712
2.2.	ASSEGURA-SE AO EX-EMPREGADO, O DIREITO DE MANUTENÇÃO PREVISTO NO ART. 30 DA LEI 9.656/98, NA HIPÓTESE DE PLANO COLETIVO CONTRATADO POR UMA ASSOCIAÇÃO, EM BENEFÍCIO DE SEUS ASSOCIADOS, MAS CUSTEADO PARCIALMENTE PELA EMPREGADORA..... 694	2.15.	CONFIGURADA A OMISSÃO DA OPERADORA NA INDICAÇÃO DE PRESTADOR DE SERVIÇO DE SAÚDE DA REDE CREDENCIADA, O BENEFICIÁRIO FAZ JUS AO REEMBOLSO INTEGRAL DAS DESPESAS ASSUMIDAS COM O TRATAMENTO DE SAÚDE 713
2.3.	NÃO É POSSÍVEL A RESILIÇÃO UNILATERAL DE CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE DURANTE O CURSO DE TRATAMENTO MÉDICO.....696	2.16.	É ILÍCITA A CONDUTA DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE QUE NEGA A INSCRIÇÃO DE RECÉM-NASCIDO NO PLANO DE SAÚDE DE TITULARIDADE DE AVÔ, SENDO A GENITORA DEPENDENTE/BENEFICIÁRIA DESSE PLANO..... 715
2.4.	O STJ DECIDIU MANTER O ENTENDIMENTO FIXADO NO TEMA 610, QUE TRATA SOBRE O PRAZO PRESCRICIONAL DE 3 ANOS PARA REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PREVÊ REAJUSTE DE PLANO DE SAÚDE E RESPECTIVA REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A MAIOR.....697	2.17.	O SIMPLES FATO DE O CONSUMIDOR REGISTRAR NEGATIVAÇÃO NOS CADASTROS DE CONSUMIDORES NÃO PODE BASTAR, POR SI SÓ, PARA VEDAR A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE PRETENDIDO717
2.5.	PLANO DE SAÚDE DEVE COBRIR TERAPIA ABA PARA TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)699	2.18.	A COBRANÇA DE COPARTICIPAÇÃO ESTÁ LIMITADA AO PERCENTUAL DE 50% DO VALOR PAGO PELO PLANO DE SAÚDE; ALÉM DISSO, O VALOR MENSAL PAGO PELO USUÁRIO DO PLANO, A TÍTULO DE COPARTICIPAÇÃO, NÃO PODE SER MAIOR QUE A MENSALIDADE PAGA..... 718
2.6.	SE O PLANO DE SAÚDE NEGAR O TRATAMENTO MULTIDISCIPLINAR AO PACIENTE COM AUTISMO E ELE BUSCAR POR CONTA PRÓPRIA FORA DA REDE CREDENCIADA, ELE TERÁ DIREITO AO REEMBOLSO INTEGRAL DAS DESPESAS?700		
2.7.	OS PLANOS DE SAÚDE SÃO OBRIGADOS A FORNECER TRATAMENTO PARA COMBATE AO CÂNCER.....702	3. PRÁTICAS COMERCIAIS.....719	
2.8.	PLANO DE SAÚDE DEVE CUSTEAR CONGELAMENTO DE ÓVULO CRIOPRESERVAÇÃO PARA A PACIENTE EM TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER COMO MEDIDA PREVENTIVA À INFERTILIDADE.....703	3.1.	A SELIC PODE SER UTILIZADA COMO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA DAS PRESTAÇÕES DO CONTRATO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL719
2.9.	O PLANO DE SAÚDE É OBRIGADO A CUSTEAR CIRURGIAS PLÁSTICAS EM PACIENTE PÓS-CIRURGIA BARIÁTRICA?704	3.2.	CONSUMIDOR COMPROU UMA UNIDADE DE UM FUTURO APART-HOTEL EM CONSTRUÇÃO OM O CONTRATO INDICANDO A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO; SE HOUVE ATRASO, A EMPRESA HOTELEIRA NÃO TEM RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA POR ISSO.....721
2.10.	É OBRIGATÓRIA A COBERTURA, PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE, DE CIRURGIAS DE TRANSGENITALIZAÇÃO E DE PLÁSTICA MAMÁRIA COM IMPLANTAÇÃO DE PRÓTESES EM MULHER TRANSEXUAL706	3.3.	É POSSÍVEL A CUMULAÇÃO DA MULTA FIXADA EM CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA, EM MONTANTE ÚNICO, COM A TAXA DE OCUPAÇÃO NA HIPÓTESE DE EXTINÇÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL POR CULPA DO COMPRADOR.....721
2.11.	PLANO DE SAÚDE NÃO PODE RECUSAR O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO REGISTRADO NA ANVISA E PRESCRITO PELO MÉDICO DO PACIENTE UNICAMENTE SOB O ARGUMENTO DE QUE SE TRATA DE USO OFF-LABEL, OU EM CARÁTER EXPERIMENTAL707	3.4.	EM CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE SALA COMERCIAL, A DIFERENÇA ÍNFIMA A MENOR NA METRAGEM, QUE NÃO IMPACTA SIGNIFICATIVAMENTE O USO PREVISTO NÃO JUSTIFICA A RESCISÃO CONTRATUAL, MESMO SE A RELAÇÃO ESTIVER SUJEITA AO CDC.....725
2.12.	O PLANO DE SAÚDE NÃO ESTÁ OBRIGADO A CUSTEAR BOMBA DE INSULINA PORQUE SE TRATA DE MEDICAMENTO DE USO DOMICILIAR.....709	3.5.	É DEVIDA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS NA HIPÓTESE DE ATRASO NA ENTREGA DA OBRA QUANDO ISSO IMPLICAR OFENSA A DIREITOS DE PERSONALIDADE728
2.13.	O TRATAMENTO POR HOME CARE DEVE ABRANGER TODOS OS INSUMOS QUE O PACIENTE TERIA CASO ESTIVESSE INTERNADO NO HOSPITAL711	3.6.	É LÍCITA A PEÇA PUBLICITÁRIA EM QUE O FABRICANTE OU O PRESTADOR DE SERVIÇO SE AUTOAVALIA COMO O MELHOR NAQUILO QUE FAZ, PRÁTICA CARACTERIZADA COMO PUFFING..... 729
2.14.	SE NÃO HOUVER, NO MUNICÍPIO, NENHUM HOSPITAL CREDENCIADO QUE POSSA		

- 3.7. A PUBLICIDADE PUFFING DE UM AR CONDICIONADO COMO SILENCIOSO, NÃO TEM APTIDÃO PARA SER FONTE DE DANO DIFUSO, POIS NÃO OSTENTA QUALQUER GRAVIDADE INTOLERÁVEL EM PREJUÍZO DOS CONSUMIDORES EM GERAL.....731
- 3.8. O ART. 38 DO CDC, QUE TRATA SOBRE O ÔNUS PROBATÓRIO DA VERACIDADE E CORREÇÃO DA INFORMAÇÃO OU COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA, A PRINCÍPIO, NÃO SE APLICA EM DEMANDA ENVOLVENDO CONCORRÊNCIA DESLEAL732
- 3.9. DISTRIBUIDORA DE GÁS PODE COBRAR TARIFA PELA MEDIÇÃO INDIVIDUALIZADA EM UM CONDOMÍNIO.....734
- 3.10. COM O AJUIZAMENTO, PELO CONSUMIDOR, DE AÇÃO PERANTE O PODER JUDICIÁRIO, PRESUME-SE A DISCORDÂNCIA DELE EM SUBMETTER-SE AO JUÍZO ARBITRAL, SENDO NULA A CLÁUSULA QUE DETERMINA A UTILIZAÇÃO COMPULSÓRIA DA ARBITRAGEM736

4. OUTROS TEMAS.....737

- 4.1. NAS HIPÓTESES DE DANOS MORAIS DECORRENTES DE CONTRATO DE TRANSPORTE AÉREO INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, O CDC PREVALECE SOBRE AS CONVENÇÕES DE VARSÓVIA E MONTREAL.....737
- 4.2. O PROCESSO DE REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS DO SUPERENDIVIDADO (ART. 104-A DO CDC) É DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL MESMO QUE TAMBÉM ENVOLVA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....739
- 4.3. ANTES DO CONSUMIDOR SER INSCRITO NOS CADASTROS RESTRITIVOS DE CRÉDITO (EXS: SPC/SERASA), ELE PRECISA SER PREVIAMENTE NOTIFICADO; ESSA NOTIFICAÇÃO DEVE SER POR CARTA, NÃO PODENDO SER POR E-MAIL OU SMS.....739
- 4.4. PODE-SE RECONHECER O CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO EM CASO DE DANOS INDIVIDUAIS CAUSADOS PELO EXERCÍCIO DA EXPLORAÇÃO DE POTENCIAL HIDROENERGÉTICO COM IMPACTO AMBIENTAL, DEVIDO À CARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE DE CONSUMO.....741
- 4.5. EM REGRA, O CDC NÃO É APLICADO PARA OS EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS POR EMPRESA PARA CAPITAL DE GIRO.....743
- 4.6. MESMO NA TEORIA MENOR DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, O SÓCIO NÃO GESTOR, EM REGRA, NÃO RESPONDE PESSOALMENTE, A MENOS QUE SUA CULPA NA PRÁTICA DE ATOS ADMINISTRATIVOS FIQUE COMPROVADA.....744
- 4.7. EM UMA EXECUÇÃO PROPOSTA CONTRA A EMPRESA A, SOMENTE SERÁ POSSÍVEL PENHORAR BENS DA EMPRESA B (INTEGRANTE DO MESMO GRUPO ECONÔMICO), SE HOUVER A INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....747

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL.....749

1. REGIME JURÍDICO749

- 1.1. TRIBUNAL DE JUSTIÇA POSSUI COMPETÊNCIA PARA FIXAR DATA LIMITE PARA A OBTENÇÃO DOS TÍTULOS749
- 1.2. APENAS OS DELEGATÁRIOS DO SERVIÇO NOTARIAL E DE REGISTRO PODEM CONCORRER EM PROCESSO DE REMOÇÃO PARA SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS; ASSIM, O TITULAR DO OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR NÃO PODE PARTICIPAR DESSA REMOÇÃO750
- 1.3. O CONCURSO DE REMOÇÃO, NOS SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO, DEVE SER DE PROVAS E TÍTULOS, SENDO INCONSTITUCIONAL A PREVISÃO LEGAL DE QUE PODERIA SER APENAS POR AVALIAÇÃO DE TÍTULOS752
- 1.4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO QUE CONSIDEROU INCONSTITUCIONAL A INTERPRETAÇÃO QUE PERMITE PREPOSTOS INDICADOS POR TITULARES DE CARTÓRIOS OU TRIBUNAIS FAZEREM SUBSTITUIÇÕES ININTERRUPTAS POR MAIS DE 6 MESES754
- 1.5. O SUBSTITUTO MAIS ANTIGO DE SERVENTIA CARTORÁRIA NÃO TEM DIREITO DE SUBSTITUIR O TITULAR, NA HIPÓTESE DE VACÂNCIA, SE ESTA OCORREU EM RAZÃO DO RECONHECIMENTO DA NULIDADE DA INVESTIDURA DAQUELE.....759
- 1.6. AS RECEITAS E DESPESAS BRUTAS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NÃO CONFIGURAM DADOS PESSOAIS A SEREM PROTEGIDOS SOB O ARGUMENTO DE GARANTIR O DIREITO AO SIGILO E À PRIVACIDADE.....759
- 1.7. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PREVEJA QUE OS OCUPANTES DAS SERVENTIAS MISTAS QUE ERAM TITULARES DAS SERVENTIAS JUDICIAIS NA PROMULGAÇÃO DA CF/88, PODEM OPTAR ENTRE SERVENTIA EXTRAJUDICIAL E CARGO DE SERVIDOR.....760
- 1.8. O REGISTRADOR PODE IMPETRAR MANDADO DE SEGURANÇA QUESTIONANDO A ORDEM DO JUIZ DIRETOR DO FORO, QUE DETERMINOU UMA RETIFICAÇÃO NO REGISTRO QUE O OFICIAL ENTENDE INDEVIDA.....762

2. TEMAS DIVERSOS763

- 2.1. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE FIXA REGRAS PARA OS CONCURSOS DE CARTÓRIO763

- 2.2. SÃO CONSTITUCIONAIS OS DISPOSITIVOS DA LEI 6.739/79, QUE CONFEREM AO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA E AO JUIZ FEDERAL A ATRIBUIÇÃO DE REALIZAR O CANCELAMENTO DE MATRÍCULA E DE REGISTRO DE IMÓVEL.....765

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE..... 767

1. ADOÇÃO.....767

- 1.1. A DESISTÊNCIA DE ADOÇÃO DE CRIANÇA NA FASE DO ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA CONFIGURA ABUSO DE DIREITO? 767

2. TEMAS DIVERSOS768

- 2.1. É POSSÍVEL A MODIFICAÇÃO DO LAR DE REFERÊNCIA DE CRIANÇA SOB GUARDA COMPARTILHADA PARA O EXTERIOR, DISTINTO DAQUELE EM QUE RESIDE UM DOS GENITORES.....768
- 2.2. O MENOR SOB GUARDA JUDICIAL DO TITULAR DE PLANO DE SAÚDE DEVE SER EQUIPARADO A FILHO NATURAL, IMPONDO-SE À OPERADORA A OBRIGAÇÃO DE INSCREVÊ-LO COMO DEPENDENTE NATURAL - E NÃO COMO AGREGADO - DO GUARDIÃO..... 772
- 2.3. TENDO A MEDIDA SOCIOEDUCATIVA ATINGIDO A SUA FINALIDADE, É INVIÁVEL MANTER A EXECUÇÃO APENAS ELA MENCÃO GENÉRICA À INSUFICIÊNCIA DO TEMPO DE ACAUTELAMENTO DO ADOLESCENTE..... 772
- 2.4. A OITIVA DO REPRESENTADO DEVE SER O ÚLTIMO ATO DA INSTRUÇÃO NO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL..... 774
- 2.5. A CIRCUNSTÂNCIA DE AINDA NÃO TER SIDO PROFERIDA SENTENÇA NOS AUTOS DA AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR NÃO VEDA QUE SEJA INICIADA A COLOCAÇÃO DA CRIANÇA EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.....776
- 2.6. ARMAZENAR E DISPONIBILIZAR A OUTRA PESSOA CENAS DE SEXO EXPLÍCITO ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES PELA INTERNET (ARTS. 241-B E 241-A) PODE LEVAR A ACUSAÇÃO PELOS DOIS CRIMES EM CONCURSO MATERIAL..... 777

DIREITO EMPRESARIAL 779

1. PROPRIEDADE INDUSTRIAL.....779

- 1.1. NÃO HÁ COISA JULGADA ENVOLVENDO AÇÃO COMINATÓRIA E INDENIZATÓRIA POR

USO INDEVIDO, DECIDIDA NA JF, COM AÇÃO DE NULIDADE DE REGISTRO DE MARCA, PROPOSTA PELA MESMA AUTORA CONTRA IDÊNTICA EMPRESA E CONTRA O INPI, DECIDIDA NA JF..... 779

- 1.2. MARCAS COMPOSTAS POR ELEMENTOS DESCRITIVOS, EVOCATIVOS OU SUGESTIVOS PODEM SER OBRIGADAS A COEXISTIR COM OUTRAS DE DENOMINAÇÃO SEMELHANTE.....780

- 1.3. NO CONTEXTO DE PROPAGANDA COMPARATIVA OFENSIVA, NÃO É VIÁVEL IMPOR A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS SEM A DEVIDA DEMONSTRAÇÃO DE PREJUIZO 782

- 1.4. CASO VOGUE X VOGUE SQUARE 783

- 1.5. RESPONDE SOLIDARIAMENTE COM O CONTRAFATOR QUEM UTILIZA OBRA REPRODUZIDA COM FRAUDE, COM A FINALIDADE DE OBTER GANHO, VANTAGEM, PROVEITO, LUCRO DIRETO OU INDIRETO, PARA SI OU PARA OUTREM 785

- 1.6. QUANDO A CONTRATAÇÃO DE LINKS PATROCINADOS PODE CARACTERIZAR CONCORRÊNCIA DESLEAL? 787

- 1.7. A PREVISÃO DO ART. 210 DA LEI 9.279/96, DE QUE O CÁLCULO DOS LUCROS CESSANTES SERÁ REALIZADO PELO CRITÉRIO MAIS FAVORÁVEL AO PREJUDICADO, NÃO PODE LEVAR À ADOÇÃO DE MÉTODOS ARBITRÁRIOS 788

- 1.8. NO CASO DE ATO ILÍCITO CONTINUADO, A PRESCRIÇÃO NÃO AFETA AS OCORRÊNCIAS POSTERIORES AO MARCO TEMPORAL PRESCRICIONAL PARA A TUTELA REPARATÓRIA E INIBITÓRIA, ABRANGENDO APENAS O PERÍODO ANTERIOR..... 790

2. CONTRATOS EMPRESARIAIS.....792

- 2.1. IMPORTADOR NACIONAL RESPONDE PELOS PAGAMENTOS DO BANCO CONFIRMADOR AO EXPORTADOR EM CASO DE INSOLVÊNCIA DO BANCO EMISSOR DA CARTA DE CRÉDITO INTERNACIONAL (LETTER OF CREDIT) EMITIDA AO AMPARO DE OPERAÇÃO DE IMPORTAÇÃO 792

- 2.2. NA DEVOLUÇÃO DE DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA RELATIVAS A CDB, RESULTANTES DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS, OS JUROS REMUNERATÓRIOS SOMENTE SÃO DEVIDOS ATÉ O VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO 793

- 2.3. SE NÃO RENOVAR CONTRATO DE CONCESSÃO COMERCIAL DE VEÍCULOS, O PRÉDIO CONSTRUÍDO EM TERRENO ALHEIO, EM RAZÃO DA CONCESSÃO, NÃO SE INSERE NO CONCEITO DE “INSTALAÇÕES”, PARA RESSARCIMENTO PELA CONCEDENTE À CONCESSIONÁRIA.....794

- 2.4. NÃO É RAZOÁVEL EXIGIR PRESTAÇÃO DE CONTAS DETALHADAS SOBRE INVESTIMENTOS DO EXTINTO FUNDO 157 QUANDO AUSENTE A

ESPECIFICAÇÃO DO VALOR INVESTIDO E DO PERÍODO EM QUESTÃO	796
2.5. O ICMS INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO DEVIDA AO REPRESENTANTE COMERCIAL PELA RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA DO CONTRATO.....	797
3. TÍTULOS DE CRÉDITO	799
3.1. NA HIPÓTESE DE DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, OS EMITENTES E AVALISTAS DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO NÃO POSSUEM DIREITO DE PREFERÊNCIA EM SUA AQUISIÇÃO EM LEILÃO REALIZADO NO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO.....	799
3.2. A EXISTÊNCIA DE CLÁUSULA/CONTRATO DE SEGURO RELACIONADO À CÉDULA DE CRÉDITO RURAL NÃO RETIRA OS ATRIBUTOS DE EXEQUIBILIDADE PRÓPRIOS DO TÍTULO	801
3.3. NA EXECUÇÃO DE CPR, MESMO EM FORMATO CARTULAR, EM REGRA, NÃO É NECESSÁRIO QUE O CREDOR APRESENTE O TÍTULO ORIGINAL....	802
3.4. A RESPONSABILIDADE PELA MANUTENÇÃO DO NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES APÓS A QUITAÇÃO DO DÉBITO DO CREDOR ORIGINÁRIO PODE SER ATRIBUÍDA AO ENDOSSATÁRIO SE FOR COMPROVADO QUE ELE TINHA CONHECIMENTO SOBRE TAIS FATOS.....	804
3.5. POSTO DE GASOLINA, COM MÁQUINAS DE CARTÃO DE CRÉDITO DE UMA INSTITUIÇÃO, FOI ALVO DE GOLPE COM MÁQUINA ADULTERADA POR TERCEIRO; POSTO EMITIU DUPLICATA CONTRA A INSTITUIÇÃO COBRANDO O PREJUÍZO; O STJ DECIDIU QUE ISSO NÃO É POSSÍVEL	806
3.6. O AVAL NÃO SE EQUIPARA À FIANÇA NO QUE DIZ RESPEITO À POSSIBILIDADE DE USUFRUIR DO BENEFÍCIO DE ORDEM, UMA VEZ QUE O AVALISTA É UM RESPONSÁVEL AUTÔNOMO E SOLIDÁRIO.....	807
3.7. OCORRIDA A PRESCRIÇÃO CAMBIAL, O CHEQUE PERDE OS ATRIBUTOS CAMBIÁRIOS	808
4. FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL	811
4.1. NÃO CABE A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DO ADMINISTRADOR JUDICIAL EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL OU FALÊNCIA.....	811
4.2. A REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL É CRÉDITO EXTRACONCURSAL, NÃO SE SUBMETENDO AOS EFEITOS DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	813
4.3. O JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL NÃO PODE ANULAR OU SIMPLEMENTE DESCONSIDERAR OU SUSPENDER OS ATOS DE CONSTRICÇÃO DETERMINADOS PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL	814
4.4. COMPETE AO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO MANIFESTAR-SE ACERCA DA NATUREZA DO CRÉDITO, DEFININDO SE ESTÁ OU NÃO SUBMETIDO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL; SE DEVOLVER O CRÉDITO AO JUÍZO DE ORIGEM, CABE A ESTE EFETUAR O PAGAMENTO.816	
4.5. OS VALORES DOS PRÊMIOS SECURITÁRIOS NÃO REPASSADOS À EMPRESA SEGURADORA SUJEITAM-SE À RECUPERAÇÃO JUDICIAL?	817
4.6. SE EM UMA AÇÃO DE COBRANÇA CONTRA O CONSÓRCIO, VERIFICAR-SE QUE UMA DAS CONSORCIADAS ESTÁ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, DEVE-SE ANALISAR SE EXISTE SOLIDARIEDADE E, SE NÃO HOUVER, PARTE DA COBRANÇA SE EXTINGUE DEVIDO À NOVAÇÃO	819
4.7. SE O JUÍZO TRABALHISTA NÃO É INFORMADO DA CLÁUSULA NEGOCIAL DE EXONERAÇÃO DOS COBRIGADOS, APLICA-SE A REGRA GERAL DE PRESERVAÇÃO DO DIREITO DOS CREDORES CONTRA OS COBRIGADOS	821
4.8. O DEPÓSITO DA INDENIZAÇÃO, PELA SEGURADORA, NO CURSO DE EXECUÇÃO TRABALHISTA, SOMENTE PODE SER EXIGIDO NA HIPÓTESE DE O SINISTRO TER OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA EXECUTADA.....	822
4.9. O DEFERIMENTO DE PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM CONSOLIDAÇÃO PROCESSUAL NÃO IMPEDE A POSTERIOR ANÁLISE DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO EM RELAÇÃO A CADA UM DOS LITISCONSORTES.....	823
4.10. PLANO PREVIA A ALIENAÇÃO DA UPI PELO VALOR X; A UPI FOI VENDIDA POR 6X; DIANTE DESSE CENÁRIO, É POSSÍVEL QUE OS CREDORES CONVOQUEM NOVA ASSEMBLEIA GERAL PARA REDISCUTIR A FORMA DE PAGAMENTO DAS DÍVIDAS	824
4.11. O PROCURADOR DO BANCO ESTEVE NA ASSEMBLEIA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, MAS NÃO ASSINOU A LISTA NO ESPAÇO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ISSO É UMA SIMPLES IRREGULARIDADE QUE NÃO IMPEDIRÁ A PARTICIPAÇÃO NAS OUTRAS VOTAÇÕES.....	825
4.12. A ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES PODE ESTABELECEER UM NOVO LIMITE PARA ATUALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS, DESDE QUE CONSTE DE FORMA EXPRESSA NO PLANO DE SOERGIMENTO.....	826
4.13. O QUE OCORRE COM A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL PELO CREDOR CONTRA A EMPRESA EM RECUPERAÇÃO E COBRIGADOS, QUANDO O TITULAR DO CRÉDITO CONCORDA COM A CLÁUSULA DE SUPRESSÃO DAS GARANTIAS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO?.....	827
4.14. É POSSÍVEL A CONVOCAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA APÓS O TRANSCURSO DO PRAZO BIENAL DE SUPERVISÃO JUDICIAL,	

ENQUANTO NÃO HOUVER DECISÃO JUDICIAL DE ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO.....	829	TEMPO INDETERMINADO CORRESPONDE AO MOMENTO EM QUE O SÓCIO RETIRANTE DEIXA DE CONTRIBUIR PARA A ATIVIDADE.....	846
4.15. NÃO É POSSÍVEL CONVOLAR A RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA COM BASE EM CONFISSÃO DA EMPRESA RECUPERANDA DE INCAPACIDADE DE CUMPRIR O PLANO, A MENOS QUE HAJA DESCUMPRIMENTO EFETIVO.....	831	5.5. ALTERAÇÕES NOS ATOS CONSTITUTIVOS DE UMA PESSOA JURÍDICA TÊM EFEITOS INTERNOS E EXTERNOS, NECESSITANDO DE REGISTRO FORMAL PARA EFICÁCIA PERANTE TERCEIROS.....	847
4.16. EXIGIBILIDADE DO PROTESTO DA DUPLICATA MERCANTIL PARA A INSTRUÇÃO DO PROCESSO DE FALÊNCIA.....	832		
4.17. DEPOIS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA, O DEVEDOR FALIDO NÃO SE CONVOLA EM MERO EXPECTADOR NO PROCESSO FALIMENTAR, PODENDO PRATICAR ATOS PROCESSUAIS EM DEFESA DOS SEUS INTERESSES PRÓPRIOS.....	834		
4.18. A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E A EXTENSÃO DOS EFEITOS DA FALÊNCIA AO SÓCIO DIRETOR DA SOCIEDADE SOMENTE SÃO ADMITIDAS SE FICAR RECONHECIDO, EM PROCESSO AUTÔNOMO, QUE ELE PRATICOU ATOS QUE TENHAM RESULTADO NA FALÊNCIA.....	835		
4.19. SE EMPRESAS DE UM MESMO GRUPO ECONÔMICO ESTÃO EM FALÊNCIA, OS PROCESSOS DEVERÃO SER REUNIDOS PARA JULGAMENTO EM CONJUNTO.....	837		
4.20. A DECISÃO DO JUIZ DO TRABALHO DESCONSTITUINDO A PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA NÃO SIGNIFICA, POR SI SÓ, USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR.....	838		
4.21. A CERTIDÃO EXPEDIDA EM FEITO EXECUTIVO, NA FORMA DO ART. 94, § 4º, DA LEI 11.101/2005 ENSEJA A PRESUNÇÃO LEGAL DA INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR E NÃO CABE EXIGIR DO CREDOR A PROVA DESSA CIRCUNSTÂNCIA FÁTICO-JURÍDICA.....	839		
4.22. É POSSÍVEL A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS CONSTITUÍDOS ANTERIORMENTE À DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	840		
5. SOCIEDADES EMPRESÁRIAS.....	842		
5.1. O SIMPLES INGRESSO DE TERCEIRO NO GRUPO CONTROLADOR DE SOCIEDADE ANÔNIMA É INSUFICIENTE PARA, POR SI SÓ, CONFIGURAR A ALIENAÇÃO DE CONTROLE DE QUE TRATA O ART. 254-A DA LSA.....	842		
5.2. AS SOCIEDADES LIMITADAS DE GRANDE PORTE NÃO SÃO OBRIGADAS A SEGUIR AS REGRAS DA LEI 6.404/76 SOBRE PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	843		
5.3. O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COBRANDO A APURAÇÃO DOS HAVERES PODE SER PROPOSTO CONTRA A SOCIEDADE EMPRESÁRIA, MESMO QUE ELA NÃO TENHA FIGURADO NO POLO PASSIVO DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....	845		
5.4. A DATA-BASE DA APURAÇÃO DE HAVERES EM DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE POR			
		DIREITO AMBIENTAL.....	849
		1. COMPETÊNCIA.....	849
		1.1. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE OS ÓRGÃOS AMBIENTAIS E A POLÍCIA MILITAR DE DESTRUIREM E INUTILIZAREM BENS PARTICULARES APREENDIDOS EM OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL.....	849
		1.2. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE VEDA A PULVERIZAÇÃO AÉREA DE AGROTÓXICOS NA AGRICULTURA NO ESTADO.....	849
		2. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANO AMBIENTAL.....	850
		2.1. O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE REPARAR INTEGRALMENTE O DANO AMBIENTAL (IN NATURA OU PECUNIARIAMENTE) NÃO AFASTA A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR OS DANOS AMBIENTAIS INTERINOS.....	850
		2.2. O ANTERIOR TITULAR NÃO ESTARÁ OBRIGADO A REPARAR DANO AMBIENTAL SUPERVENIENTE À CESSAÇÃO DE SUA PROPRIEDADE OU POSSE, EXCETO SE TIVER CONCORRIDO PARA SUA CAUSAÇÃO.....	853
		2.3. A SÚMULA 652/STJ TAMBÉM PODE SER APLICADA PARA A TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	854
		3. OUTROS TEMAS.....	856
		3.1. A MULTA APLICADA PELA CAPITANIA DOS PORTOS, EM DECORRÊNCIA DE DERRAMAMENTO DE ÓLEO, NÃO EXCLUI A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MULTA PELO IBAMA.....	856
		3.2. PARA A APLICAÇÃO VÁLIDA DE MULTA ADMINISTRATIVA AMBIENTAL NÃO SE EXIGE QUE O ÓRGÃO AMBIENTAL TENHA PREVIAMENTE APLICADO A PENA DE ADVERTÊNCIA; É POSSÍVEL APLICAR A MULTA COMO PRIMEIRA SANÇÃO.....	858
		3.3. O ART. 15 DA LEI 12.651/2012 (CÓDIGO FLORESTAL) PODE SER APLICADO PARA SITUAÇÕES CONSOLIDADAS ANTES DE SUA VIGÊNCIA.....	859
		3.4. NÃO VIOLA A CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (ART. 97 DA CF/88) ACÓRDÃO	

QUE, BASEADO NAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO, AFASTA A APLICABILIDADE RETROATIVA DO ART. 15 DO CÓDIGO FLORESTAL.....	862
3.5. A PROPRIETÁRIA DE UMA POUSADA QUE EXISTIA NO MOMENTO DA CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DE JERICOACOARA DEVE SER INDENIZADA PORQUE ISSO REPRESENTOU UMA DESAPROPRIAÇÃO.....	863
3.6. O ART. 39, § 4º, DA LEI 12.844/2013, QUE PRESUME A BOA-FÉ DO ADQUIRENTE DO OURO, VIOLA O DEVER DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR FRAGILIZAR A EFETIVIDADE DO CONTROLE DO GARIMPO.....	863
3.7. É INCONSTITUCIONAL O DECRETO 9.806/2019 QUE ALTEROU A REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS DO CONAMA.....	865
3.8. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE PROÍBE A ATIVIDADE DE PESCA DE ARRASTO NA FAIXA MARÍTIMA DA ZONA COSTEIRA DE SEU TERRITÓRIO.....	866
3.9. STF DETERMINOU A REATIVAÇÃO DO FUNDO AMAZÔNIA.....	868
3.10. A LEI 11.105/2005 (LEI DE BIOSSEGURANÇA) É CONSTITUCIONAL.....	869
3.11. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE EXIJA INDENIZAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS, MAS SERÁ INCONSTITUCIONAL SE O CRITÉRIO SE CONFUNDIR COM A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DO ART. 20, § 1º DA CF OU COM TAXAS DE PODER DE POLÍCIA.....	870
3.12. STF JULGOU CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE CRIOU NOVAS MODALIDADES DE LICENÇAS AMBIENTAIS, SIMPLIFICADAS, PARA ATIVIDADES DE BAIXO E MÉDIO POTENCIAL POLUIDOR, DISPENSANDO, INCLUSIVE, PRÉVIAS CONSULTAS PÚBLICAS.....	872
DIREITO PROCESSUAL CIVIL..... 877	
1. COMPETÊNCIA..... 877	
1.1. O PROCESSO DE REACTUAÇÃO DE DÍVIDAS DO SUPERENDIVIDADO (ART. 104-A DO CDC) É DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL MESMO QUE TAMBÉM ENVOLVA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	877
1.2. CABE À JUSTIÇA BRASILEIRA JULGAR AÇÃO DE RESCISÃO QUANDO OS AUTORES, CONSUMIDORES FINAIS, FIRMAM CONTRATO DE ADESÃO DE SERVIÇOS HOTELEIROS COM EMPRESA ESTRANGEIRA, ENQUANTO ELES RESIDEM NO BRASIL.....	879
1.3. COMPETE À JUSTIÇA COMUM O JULGAMENTO DE AÇÃO NA QUAL SERVIDOR CELETISTA DEMANDA PARCELA DE NATUREZA ADMINISTRATIVA CONTRA O PODER PÚBLICO.....	881
1.4. A COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DECORRENTE DE OFENSAS PROFERIDAS EM REDE SOCIAL, É DO FORO DO DOMÍLIO DA VÍTIMA, EM RAZÃO DA AMPLA DIVULGAÇÃO DO ATO ILÍCITO.....	882
1.5. COMPETE ÀS TURMAS QUE COMPÕEM A PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ O JULGAMENTO DE QUESTÕES QUE ENVOLVAM OS CONTRATOS DE MÚTUO HABITACIONAL QUE IMPLIQUEM COMPROMETIMENTO DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DAS VARIAÇÕES SALARIAIS – FCVS883	
1.6. COMPETE À 1ª OU A 2ª TURMA DO STJ JULGAR RECURSO ESPECIAL DISCUTINDO A INDENIZAÇÃO DO ART. 59, I, DA LEI 8.630/93 (ATUALMENTE REVOGADA).....	885
2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E PERICIAIS 886	
2.1. SE O TRIBUNAL NÃO CONHECEU DO RECURSO SOB O ARGUMENTO DE QUE O CONSÓRCIO NÃO TINHA PERSONALIDADE JURÍDICA E, PORTANTO, NÃO PODIA RECORRER, NÃO HAVERÁ CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.....	886
2.2. NÃO SÃO CABÍVEIS HONORÁRIOS RECURSAIS NA HIPÓTESE DE RECURSO QUE MANTÉM ACÓRDÃO QUE RECONHECEU ERROR IN PROCEDENDO E ANULOU A SENTENÇA.....	887
2.3. QUANDO DEVIDA A VERBA HONORÁRIA RECURSAL, E O RELATOR DEIXAR DE APLICÁ-LA EM DECISÃO MONOCRÁTICA, PODERÁ O COLEGIADO ARBITRÁ-LA, INCLUSIVE DE OFÍCIO.....	889
2.4. A SÚMULA 111 DO STJ CONTINUA EFICAZ E APLICÁVEL.....	890
2.5. NAS AÇÕES EM QUE SE BUSCA O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, OS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS PODEM SER ARBITRADOS POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA?.....	892
2.6. INCIDE A REGRA GERAL DO ART. 85, § 1º, DO CPC, QUE AUTORIZA O CABIMENTO DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA NA FASE DE CUMPRIMENTO, QUANDO A LIQUIDAÇÃO OSTENTAR CARÁTER LITIGIOSO.....	893
2.7. SE O AUTOR INDICA, NA PETIÇÃO INICIAL, VALOR DA CAUSA INCOMPATÍVEL COM O PROVEITO ECONÔMICO PRETENDIDO, NÃO PODE, APÓS A PROCEDÊNCIA, PEDIR A ALTERAÇÃO DA QUANTIA POR ELE MESMO FIXADA, PARA AUMENTAR OS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	894
2.8. EM EMBARGOS DE TERCEIRO EXTINTOS SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, APLICA-SE O TEMA 1076, COM A FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS AO PATRONO DO VENCEDOR ENTRE 10% E 20% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA.....	895

2.9. É INCONSTITUCIONAL O EMPREGO DE VERBAS DO FUNDEF/FUNDEB PARA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS; É POSSÍVEL USAR OS JUROS DE MORA DA CONDENAÇÃO RELATIVA A REPASSES DE VERBA DO FUNDEF PARA ESSE PAGAMENTO.....	899	CONDENOU O BANCO A PAGAR O VALOR DO CHEQUE; ESSA DECISÃO É EXTRA PETITA.....	914
2.10. PARA QUE O SINDICATO POSSA RETER OS HONORÁRIOS CONTRATUAIS SOBRE O MONTANTE DA CONDENAÇÃO É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO EXPRESSA DOS FILIADOS OU BENEFICIÁRIOS.....	902	4.5. NÃO VIOLA O PRINCÍPIO DA ADSTRICÇÃO O DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR QUE DIVERGE OU ULTRAPASSA OS LIMITES DO PEDIDO FORMULADO PELA PARTE, CASO O JUIZ CONSIDERE QUE ESSA MEDIDA CONTRIBUI PARA A EFICÁCIA DA PROTEÇÃO JURISDICIONAL.....	915
2.11. O ART. 85, § 3º, DO CPC/2015 DEVE SER APLICADO NÃO APENAS QUANDO A FAZENDA PÚBLICA FOR SUCUMBENTE, MAS TAMBÉM QUANDO SE SAGRAR VENCEDORA.....	903	4.6. O AUTOR PEDIU A SUBSTITUIÇÃO DO POLO PASSIVO; NA ÉPOCA, VIGORAVA O CPC/1973, QUE PROIBIA ESSA PROVIDÊNCIA; ENTROU EM VIGOR O CPC/2015, QUE PERMITE; SE O PEDIDO AINDA NÃO FOI APRECIADO, ELE DEVE SER DEFERIDO COM BASE NO CPC/2015.....	916
2.12. NO CASO CONCRETO NÃO HAVIA VALOR DA CONDENAÇÃO NEM PROVEITO ECONÔMICO; ALÉM DISSO, O VALOR DA CAUSA ABRANGIA OUTRAS PARCELAS; DIANTE DESSE CENÁRIO, CORRETA A FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUBSIDIARIAMENTE POR EQUIDADE.....	905	4.7. PRAZO PARA RECORRER CONTRA DECISÃO DE SANEAMENTO COMEÇA APÓS O JUIZ DELIBERAR SOBRE EVENTUAIS ESCLARECIMENTOS/AJUSTES (ART. 357, § 1º DO CPC) OU APÓS PASSAR O PRAZO DE 5 DIAS SEM QUE A PARTE TENHA PEDIDO ESCLARECIMENTOS/ AJUSTES.....	917
3. CITAÇÃO E INTIMAÇÃO.....	906	4.8. SE O RÉU FALECEU ANTES DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO, NÃO HAVENDO CITAÇÃO VÁLIDA, DEVE SER FACULTADA AO AUTOR A EMENDA À PETIÇÃO INICIAL, PARA INCLUIR NO POLO PASSIVO O ESPÓLIO OU OS HERDEIROS.....	919
3.1. SE O RÉU REVEL NÃO TEM ADVOGADO CONSTITUÍDO NO PROCESSO E CADASTRADO NO PORTAL ELETRÔNICO, O RÉU REVEL DEVE SER INTIMADO POR PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DE JUSTIÇA, NÃO BASTANDO A INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PELO SISTEMA ELETRÔNICO.....	906	4.9. HIPÓTESE EM QUE O VÍCIO INDICADO PELA PARTE CONFIGURA A DENOMINADA “NULIDADE DE ALGIBEIRA”, QUE NÃO É ACEITA PELA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.....	920
3.2. A PRERROGATIVA DE INTIMAÇÃO PESSOAL CONFERIDA À DEFENSORIA PÚBLICA SE APLICA AOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO, PÚBLICAS OU PRIVADAS.....	908	4.10. A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO NA MODALIDADE VIRTUAL, AINDA QUE HAJA EXPRESSA E TEMPESTIVA OPOSIÇÃO DE PARTE NO PROCESSO, NÃO ACARRETA A SUA NULIDADE.....	921
3.3. A PRÉVIA EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARA FINS DE LOCALIZAÇÃO DO RÉU, ANTES DE SE AUTORIZAR A CITAÇÃO POR EDITAL, É FACULTATIVA.....	910	4.11. NÃO CABE A COBRANÇA DE CUSTAS PROCESSUAIS COMPLEMENTARES APÓS HOMOLOGAÇÃO DE PEDIDO DE DESISTÊNCIA, FORMULADO ANTES DA CITAÇÃO DA PARTE ADVERSA, POR OCASIÃO DE SUA INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAR AS CUSTAS INICIAIS.....	922
4. OUTROS TEMAS.....	911	4.12. SE O AUTOR RECOLHEU AS CUSTAS INICIAIS EM VALOR INSUFICIENTE, O JUIZ DEVE INTIMÁ-LO PESSOALMENTE PARA COMPLEMENTAR; SE NÃO PAGOU NENHUM VALOR, BASTA INTIMAÇÃO DO ADVOGADO PARA O PAGAMENTO.....	924
4.1. NÃO CONSTITUI CONDIÇÃO DA AÇÃO O PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PARA AJUIZAR AÇÃO REQUERENDO ANULAÇÃO DE DÉBITO FISCAL FUNDAMENTADA NA OCORRÊNCIA DE ERRO MATERIAL NO PREENCHIMENTO DA DCTF.....	911	4.13. NÃO OFENDE O ART. 10 DO CPC/2015 O PROVIMENTO JURISDICIONAL QUE DÁ CLASSIFICAÇÃO JURÍDICA À QUESTÃO CONTROVERTIDA APRECIADA EM SEDE DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	925
4.2. NÃO CABE MULTA DIÁRIA PARA FORÇAR O CUMPRIMENTO DE UMA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA.....	912	4.14. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA NÃO SURPRESA, É VEDADO AO JULGADOR DECIDIR COM BASE EM FUNDAMENTOS JURÍDICOS NÃO SUBMETIDOS AO CONTRADITÓRIO NO DECORRER DO PROCESSO.....	926
4.3. NÃO CONFIGURA JULGAMENTO ULTRA PETITA O ACOLHIMENTO DOS CÁLCULOS ELABORADOS POR CONTADOR JUDICIAL EM VALOR SUPERIOR AO APRESENTADO PELO EXEQUENTE.....	913	4.15. O QUE ACONTECE SE A DECISÃO DA TURMA RECURSAL DISSER RESPEITO À INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL E	
4.4. EMPRESA PEDIU PARA QUE O BANCO FOSSE CONDENADO A RESSARCIR O PREJUÍZO COM PROCESSO INICIADO POR EMITENTE DE CHEQUE INDEVIDAMENTE COMPENSADO; JUIZ			

- CONTRARIAR ENTENDIMENTO CONSOLIDADO OU MESMO SUMULADO DO STJ? 927
- 4.16. A PARTE, AO ESCOLHER DEMANDAR JUNTO AO JUIZADO ESPECIAL, RENUNCIA O CRÉDITO EXCEDENTE, INCLUINDO OS PEDIDOS INTERDEPENDENTES (PRINCIPAL E ACESSÓRIO) QUE DECORREM DA MESMA CAUSA DE PEDIR, E NÃO SÓ O LIMITE QUANTITATIVO LEGAL 931
- 4.17. A LEI 9.099/95 NÃO PREVIU PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CONTRA ACÓRDÃO DA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS..... 932
- 4.18. A LOCUÇÃO 'JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE', PARA FINS DE PUIL, DEVE ABRANGER AS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 927, III, DO CPC, E TAMBÉM OS ACÓRDÃOS DO STJ PROFERIDOS EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA E EM PEDIDOS DE UNIFORMIZAÇÃO DE LEI FEDERAL 933
- 4.19. É CABÍVEL A CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NA HIPÓTESE DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO INOMINADO 934
- 4.20. EXCEPCIONALMENTE, ADMITE-SE O CONHECIMENTO DA IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA PARA FINS DE EXERCÍCIO DO CONTROLE DE COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS..... 935
- 4.21. PODEM SER INVALIDADAS DECISÕES DEFINITIVAS DE JUIZADOS ESPECIAIS SE FUNDAMENTADAS EM NORMA, APLICAÇÃO OU INTERPRETAÇÃO JURÍDICAS DECLARADAS INCONSTITUCIONAIS PELO STF (EM CONTROLE DIFUSO OU CONCENTRADO) 936
- 4.22. NÃO É CABÍVEL A INSTAURAÇÃO DE INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA (IAC) ENQUANTO A QUESTÃO DE DIREITO NÃO TIVER SIDO OBJETO DE DEBATES, COM A FORMAÇÃO DE UM ENTENDIMENTO FIRME E SEDIMENTADO, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 927 DO CPC..... 939
- 4.23. O ART. 382, § 4º, DO CPC NÃO PODE SER INTERPRETADO EM SUA ACEPTÃO LITERAL, DE MODO A OBSTAR QUALQUER MANIFESTAÇÃO DA PARTE ADVERSA NO PROCEDIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DE PROVAS 941
- 4.24. A CONCESSÃO DA SEGURANÇA NA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS CONTRA DECISÃO DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS REQUER A APRECIÇÃO DA EVENTUAL TERATOLOGIA, DA MANIFESTA ILEGALIDADE OU DO ABUSO DE PODER NO ATO JUDICIAL ATACADO 943
- 4.25. O IMÓVEL PENHORADO PARA PAGAMENTO DA DÍVIDA DEVE SER AVALIADO POR PERÍCIA, NÃO SENDO POSSÍVEL QUE SEU VALOR SEJA FIXADO PELO PRÓPRIO JULGADOR COM BASE NAS REGRAS DE EXPERIÊNCIA COMUM PREVISTAS NO ART. 375 DO CPC 945
- 4.26. EM EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS, PRESUME-SE RELATIVA A VERACIDADE DOS FATOS QUE A PARTE ADVERSA BUSCA COMPROVAR COM O DOCUMENTOS, COM AS CONSEQUÊNCIAS SENDO AVALIADAS JUNTAMENTE COM OUTRAS PROVAS APRESENTADAS 946
- 4.27. A HIPÓTESE DE IMPEDIMENTO DE MAGISTRADO PREVISTA NO ART. 144, IX, DO CPC É APLICÁVEL NO CASO DE LITÍGIO ENTRE O JUIZ E O MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO BASEADA EM SUPOSTA PERSEGUIÇÃO..... 947
- 4.28. É INCONSTITUCIONAL O INCISO VIII DO ART. 144 DO CPC 948
- 4.29. A RECONVENÇÃO PROMOVIDA EM LITISCONSÓRCIO COM TERCEIRO NÃO ACARRETA A INCLUSÃO DESTA NO POLO PASSIVO DA AÇÃO PRINCIPAL..... 949
- 4.30. DISCUSSÃO QUANTO À CONSTITUCIONALIDADE DE DIVERSOS DISPOSITIVOS DO CPC 951
- 4.31. DESCUMPRIDO O PRAZO LEGAL DE 30 DIAS PARA FORMULAÇÃO DO PEDIDO PRINCIPAL EM TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE, A MEDIDA CONCEDIDA PERDERÁ EFICÁCIA E O PROCEDIMENTO SERÁ EXTINTO SEM EXAME DO MÉRITO 958
- 4.32. O FATO DE O REPRESENTANTE LEGAL DA CRIANÇA AUTORA DA AÇÃO AUFERIR RENDA NÃO PODE, POR SI SÓ, SERVIR DE EMPECILHO À CONCESSÃO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA..... 960
- 4.33. OS LIMITES SUBJETIVOS E OBJETIVOS DA COISA JULGADA NÃO PODEM SER ANALISADOS PELO STJ EM RESP 962
- 4.34. SE A PARTE NÃO PEDIU TUDO O QUE PODERIA, POR OPÇÃO OU POR EQUÍVOCO, SUA PRETENSÃO AINDA SUBSISTE, AINDA PODE BUSCAR A COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM OUTRA AÇÃO, SALVO PRECLUSÃO 963
- 4.35. JUIZ PODE AUTORIZAR A AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA EM PROCESSO DE CONHECIMENTO, COM BASE NO PODER GERAL DE CAUTELA 963
- 4.36. É POSSÍVEL À DEFENSORIA PÚBLICA, NA QUALIDADE DE CURADORA ESPECIAL DE RÉU REVEL, ALEGAR IMPENHORABILIDADE DE VALORES CONSTRITOS NO BOJO DE EXECUÇÃO DEFLAGRADA CONTRA O CURATELADO 966
- 4.37. O JUIZ, AO RECONHECER A ILEGITIMIDADE AD CAUSAM DE UM DOS LITISCONSORTES PASSIVOS E EXCLUÍ-LO DA LIDE, DEVERÁ FIXAR OS HONORÁRIOS COM BASE NO ART. 338, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC 967
- 4.38. NÃO É CABÍVEL A DENUNCIAÇÃO DA LIDE EM DEMANDA QUE BUSCA A DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO, POIS NÃO HAVERÁ UMA CONDENAÇÃO QUE JUSTIFIQUE

A INTRODUÇÃO DE UMA NOVA LIDE DENTRO DAQUELE PROCESSO PRINCIPAL.....	968	5.11. O EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA ACÓRDÃO PROFERIDO PELO COLEGIADO AMPLIADO (ART. 942 DO CPC) DEVERÃO SER JULGADOS PELO MESMO ÓRGÃO COM COLEGIADO AMPLIADO.....	982
4.39. SÃO CABÍVEIS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA REJEIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ARBITRAL, NA HIPÓTESE EM QUE SE PLEITEIA ANULAÇÃO DA SENTENÇA COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 26 E 32 DA LEI 9.307/96.....	969	5.12. O ART. 942 DO CPC DEVE SER APLICADO NO JULGAMENTO NÃO UNÂNIME DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CASO OPOSTOS CONTRA O ACÓRDÃO DE APELAÇÃO UNÂNIME, SURGE DIVERGÊNCIA QUE ALTERA O RESULTADO INICIAL.....	985
5. TEORIA GERAL DOS RECURSOS, TÉCNICA DO JULGAMENTO AMPLIADO E OUTROS TEMAS.....	971	5.13. REQUISITOS PARA QUE O ART. 1.025 DO CPC/2015 SEJA APLICADO.....	986
5.1. A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DO RESPECTIVO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DEVE SER AFERIDA DE ACORDO COM OS PRAZOS EM CURSO NA CORTE DE ORIGEM.....	971	5.14. OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERROMPEM O PRAZO APENAS PARA A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, NÃO CONFERINDO INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA AO ART. 1.026 DO CPC A FIM DE ESTENDER O SIGNIFICADO DE RECURSO A QUAISQUER DEFESAS APRESENTADAS.....	987
5.2. É, EM REGRA, IRRECORRÍVEL DECISÃO DE MINISTRO DO STJ DETERMINA RETORNO DOS AUTOS AO TJ/TRF PARA QUE ALI FIQUE AGUARDANDO A TESE A SER FIXADA PELO STF EM REPERCUSSÃO GERAL.....	973	5.15. STJ NÃO ANALISA OS FUNDAMENTOS QUE LEVARAM O TRIBUNAL DE ORIGEM A APLICAR MULTA PROTETATÓRIA DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO; TAL ANÁLISE, EM RECURSO ESPECIAL, EXIGIRIA REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO, O QUE É PROIBIDO PELA SÚMULA 7.....	988
5.3. DECISÃO DE MINISTRO DO STJ QUE DETERMINA RETORNO DOS AUTOS AO TJ/TRF PARA QUE ALI FIQUE AGUARDANDO A TESE A SER FIXADA PELO STF EM REPERCUSSÃO GERAL: IRRECORRÍVEL.....	974	5.16. DIA DO SERVIDOR PÚBLICO, SEGUNDA-FEIRA DE CARNAVAL, QUARTA-FEIRA DE CINZAS, QUARTA E QUINTA DA PAIXÃO E CORPUS CHRISTI SÃO FERIADOS LOCAIS, PARA FINS DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, DEVENDO SER COMPROVADOS POR DOCUMENTO IDÔNEO.....	991
5.4. NÃO CABEM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONTRA DECISÃO DE PRESIDENTE DO TRIBUNAL QUE NÃO ADMITE RECURSO ESPECIAL.....	975	5.17. A CÓPIA DE CALENDÁRIO OBTIDO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO TRIBUNAL DE ORIGEM PODE SER CONSIDERADA DOCUMENTO IDÔNEO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE INTERRUPÇÃO OU SUSPENSÃO DE PRAZO PROCESSUAL.....	993
5.5. AGRAVO INTERNO É ÚNICO RECURSO CABÍVEL CONTRA A NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO RESP OU RE, QUANDO O ACÓRDÃO RECORRIDO SE ALINHA À TESE FIXADA EM RECURSOS REPETITIVOS OU REPERCUSSÃO GERAL.....	977	5.18. NÃO É POSSÍVEL RESTABELECEM PRAZO PARA APELAÇÃO, SOB ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO, APÓS O DECURSO DE MAIS DE DOIS ANOS DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA.....	994
5.6. NÃO CABE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO QUE, AO CONSTATAR A TOTAL REFUTAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE ORIGINÁRIO, ORDENA SUA REAUTUAÇÃO COMO RECURSO ESPECIAL.....	977	5.19. NÃO HÁ PRORROGAÇÃO DO TÉRMINO DO PRAZO RECURSAL SE OCORRER EVENTUAL INDISPONIBILIDADE DO SISTEMA ELETRÔNICO NO TRIBUNAL NO CURSO DO PERÍODO PARA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.....	995
5.7. EM EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO É SUFICIENTE QUE O RECORRENTE APENAS INDIQUE O DIÁRIO DA JUSTIÇA EM QUE FOI PUBLICADO O ACÓRDÃO PARADIGMA.....	978	5.20. A AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE FORENSE NO DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA DEVE SER COMPROVADA PELA PARTE, NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.....	996
5.8. ARGUMENTOS EM OBITER DICTUM NÃO SE PRESTAM A CARACTERIZAR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL PARA FINS DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....	980	5.21. INTERPOSTO RESP OU RE CONTRA O ACÓRDÃO QUE JULGOU O IRDR, OS EFEITOS DESTES FICAM SUSPENSOS ENQUANTO NÃO JULGADO O RECURSO EXCEPCIONAL (ART. 982, § 5º, DO CPC), HIPÓTESE EM QUE NÃO CABE RECLAMAÇÃO.....	997
5.9. É POSSÍVEL A OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA FUNDADO EM ACÓRDÃO PARADIGMA DO MESMO ÓRGÃO JULGADOR QUE PROFERIU A DECISÃO EMBARGADA?.....	981	5.22. É DESNECESSÁRIO AGUARDAR O TRÂNSITO EM JULGADO PARA A APLICAÇÃO DO PARADIGMA FIRMADO EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO.....	1001
5.10. SE A PARTE QUE OPÕS OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESISTIU DESSE RECURSO, SIGNIFICA DIZER QUE OS EMBARGOS NÃO INTERROMPERAM O PRAZO PARA A INTERPOSIÇÃO DE OUTROS RECURSOS.....	982		

5.23.	O JUIZ TEM O DEVER DE PROVOCAR A PARTE PARA A REGULARIZAÇÃO DO PREPARO, INDICANDO, INCLUSIVE, QUAL O EQUÍVOCO DEVERÁ SER SANADO.....	1002	DO RECURSO INTERPOSTO PELA PARTE CONTRÁRIA É SEMPRE PREJUDICIAL AO RECORRIDO, SENDO CABÍVEL O MANEJO DE AÇÃO RESCISÓRIA.....	1017	
5.24.	O RECORRENTE DEVE COMPROVAR O RECOLHIMENTO DO PREPARO E DO PORTE DE REMESSA E RETORNO DE ACORDO COM OS VOLUMES EXISTENTES NOS AUTOS NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO.....	1004	7.7.	A BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS DEVE TER COMO PARÂMETRO A PRÓPRIA AÇÃO RESCISÓRIA, E NÃO A AÇÃO ORIGINÁRIA CUJA DECISÃO SE PRETENDE RESCINDIR.....	1018
5.25.	SE A PARTE INTERPÕE O RECURSO ERRADO, PERCEBE O EQUÍVOCO E, AINDA DENTRO DO PRAZO, MANEJA O RECURSO CORRETO, AMBOS OS RECURSOS NÃO SERÃO CONHECIDOS.....	1005	7.8.	SE NÃO FOR POSSÍVEL ADOTAR A TEORIA DA ENCAMPAÇÃO, O JUÍZO DEVERÁ DETERMINAR QUE O IMPETRANTE FAÇA A EMENDA DA INICIAL, NOS TERMOS DOS ARTS. 338 E 339 DO CPC?	1020
5.26.	SE A PARTE INTERPÕE AGRAVO INTERNO SEM IMPUGNAR, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA, ESSE AGRAVO NÃO SERÁ CONHECIDO, COM APLICAÇÃO DE MULTA.....	1007	7.9.	PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO OU NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DELEGADA PELO PODER PÚBLICO POSSUEM LEGITIMIDADE PARA PEDIR A SUSPENSÃO DE LIMINAR, DESDE QUE O FAÇAM NA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO	1023
5.27.	NÃO HAVERÁ PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS SE, NO JULGAMENTO DO RECURSO, HOUVE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA.....	1008	7.10.	PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO OU NO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DELEGADA PELO PODER PÚBLICO TÊM LEGITIMIDADE REQUERER A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA, DESDE QUE NA DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO.....	1025
6. AGRAVO..... 1009			7.11.	EM AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES PRETÉRITOS AO AJUIZAMENTO DE ANTERIOR MANDADO DE SEGURANÇA, OS JUROS DE MORA DEVEM SER CONTADOS A PARTIR DA CITAÇÃO DA AÇÃO DE COBRANÇA OU A PARTIR DA NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA NO WRIT?.....	1026
6.1.	EM REGRA, DESCABE A IMPOSIÇÃO DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC EM RAZÃO DO NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO EM VOTAÇÃO UNÂNIME, POIS É NECESSÁRIA A CONFIGURAÇÃO DA MANIFESTA INADMISSIBILIDADE OU IMPROCEDÊNCIA.....	1009	7.12.	NÃO CABE RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL EM SEDE DE EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA.....	1028
7. AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 1011			8. EXECUÇÃO 1029		
7.1.	NA AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA NO INCISO V DO ART. 966 DO CPC, É INDISPENSÁVEL QUE O AUTOR INDIQUE, NA PETIÇÃO INICIAL, A NORMA JURÍDICA VIOLADA.....	1011	8.1.	INEXISTE OBRIGAÇÃO LEGAL DE QUE A REMUNERAÇÃO DO DEPOSITÁRIO SEJA DETERMINADA COM BASE NA TABELA DE CUSTAS DA CORTE ESTADUAL.....	1029
7.2.	O ADQUIRENTE DE BEM USUCAPIDO, COMO SUCESSOR, DEVE SER CITADO NA AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA A SENTENÇA DE USUCAPIÃO, SOB RISCO DE NULIDADE	1011	8.2.	É POSSÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA EM DINHEIRO POR SEGURO GARANTIA JUDICIAL, MESMO CONTRA A VONTADE DO EXEQUENTE, RESSALVADOS OS CASOS DE INSUFICIÊNCIA, DEFEITO FORMAL OU INIDONEIDADE DA GARANTIA OFERECIDA	1030
7.3.	A APRESENTAÇÃO DE NOVA PROVA É UM VÍCIO RESCISÓRIO QUANDO, APESAR DE PREEXISTENTE AO JULGADO, NÃO FOI JUNTADA AO PROCESSO ORIGINÁRIO PELO INTERESSADO POR DESCONHECIMENTO OU POR IMPOSSIBILIDADE.....	1013	8.3.	NA HIPÓTESE DE EXECUÇÃO DE DÍVIDA DE NATUREZA NÃO ALIMENTAR, É POSSÍVEL A PENHORA DE SALÁRIO, AINDA QUE ESTE NÃO EXCEDA 50 SM, QUANDO GARANTIDO O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA A SUBSISTÊNCIA DIGNA DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA	1032
7.4.	TERCEIRO, DISTINTO DA PARTE RÉ ORIGINAL, NÃO TEM LEGITIMIDADE PARA PROPOR AÇÃO RESCISÓRIA CONTRA O TÍTULO JUDICIAL CONDENATÓRIO, QUANDO INCLUÍDO INDEVIDAMENTE NO POLO PASSIVO NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1014	8.4.	É POSSÍVEL, NO BOJO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, A PENHORA DE VALORES NA CONTA CORRENTE DA ESPOSA DO DEVEDOR, CASADA EM REGIME DA COMUNHÃO	
7.5.	É CABÍVEL O AJUIZAMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA EM FACE DE ACÓRDÃO PROFERIDO PELO STF EM PROCESSO DE EXTRADIÇÃO.....	1015			
7.6.	A AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA DECISÃO QUE IMPLICOU O PROVIMENTO PARCIAL				

UNIVERSAL DE BENS, OBSERVANDO-SE A RESPECTIVA MEAÇÃO.....	1033	INCIDENTAL DE EMBARGOS SE TORNARÁ OBRIGATÓRIA.....	1048
8.5. CABE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO QUE DECLARA A INEXIGIBILIDADE PARCIAL DA EXECUÇÃO.....	1035	8.16. CONTRATO COM CLÁUSULA DE ARBITRAGEM, MAS LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL, PODE SER EXECUTADO NO JUÍZO ESTATAL; EXECUTADA NÃO PODE, EM EMBARGOS À EXECUÇÃO, DISCUTIR QUESTÕES RELACIONADAS AO CONTRATO, SENDO ESSA MATÉRIA DO JUÍZO ARBITRAL.....	1050
8.6. É NECESSÁRIA A INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA NA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, MESMO QUE ELA TENHA SIDO CITADA NA FASE DE CONHECIMENTO E NÃO TENHA CONSTITUÍDO PROCURADOR, VERIFICANDO-SE A REVELIA.....	1036	8.17. A RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELA CORREÇÃO E JUROS APÓS DEPÓSITO JUDICIAL NÃO ISENTA O DEVEDOR DE PAGAR POSSÍVEIS DIFERENÇAS SOBRE ENCARGOS, CALCULADOS CONFORME O TÍTULO, ATÉ O PAGAMENTO EFETIVO.....	1052
8.7. SE A EXECUTADA, EM VEZ DE PAGAR INTEGRALMENTE O VALOR, EFETUOU O DEPÓSITO DE 30% E PEDIU O PARCELAMENTO DO RESTANTE, ELA DEVERÁ PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS REFERENTES AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....	1037	8.18. BANCO INGRESSOU COM EXECUÇÃO CONTRA A EMPRESA E JOÃO (FIADOR); A ESPOSA DE JOÃO APRESENTOU EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE PROVANDO INVÁLIDA A FIANÇA POR FALTA DE OUTORGA UXÓRIA; OS HORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SERÃO FIXADOS POR EQUIDADE.....	1053
8.8. A AUSÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE EXECUÇÃO, POR LONGO PERÍODO E SEM DILIGÊNCIA DO CREDOR, NÃO CONFIGURA SUPRESSÃO NA SUSPENSÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, PERMITINDO A CONTINUIDADE DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA.....	1038	8.19. A RESISTÊNCIA DO EXEQUENTE AO RECONHECIMENTO DE PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NÃO É CAPAZ DE AFASTAR O PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE NA FIXAÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS, MESMO APÓS A EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO PELA PRESCRIÇÃO.....	1054
8.9. NA IMPUGNAÇÃO PARCIAL AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, É DIREITO DA PARTE EXEQUENTE PROSSEGUIR COM OS ATOS EXECUTÓRIOS SOBRE A PARTE INCONTROVERSA DA DÍVIDA, INCLUSIVE COM REALIZAÇÃO DE PENHORA.....	1039	8.20. O EXEQUENTE RESPONDE OBJETIVAMENTE PELA REPARAÇÃO DE EVENTUAIS PREJUÍZOS CAUSADOS AO EXECUTADO, TENDO EM VISTA O RISCO DA EXECUÇÃO.....	1058
8.10. NO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, CASO O CREDOR SE OPOSSA AOS TERMOS DO REQUERIMENTO DE CUMPRIMENTO ESPONTÂNEO APRESENTADO PELO DEVEDOR, CABE AO JUIZ DECLARAR SATISFEITA A OBRIGAÇÃO E EXTINGUIR O PROCESSO EM RAZÃO DA PRECLUSÃO.....	1041	8.21. A FAZENDA PÚBLICA NÃO É OBRIGADA A ACEITAR A EXECUÇÃO INVERTIDA NO PROCEDIMENTO COMUM.....	1059
8.11. A EXISTÊNCIA DE HIPOTECA JUDICIÁRIA NÃO ISENTA O DEVEDOR DO PAGAMENTO DA MULTA E DOS HONORÁRIOS DE ADVOGADO PREVISTOS NO ART. 523, § 1º, DO CPC/2015.....	1042	9. IMPENHORABILIDADE..... 1062	
8.12. É RELATIVA A NULIDADE ADVINDA DA NÃO SUSPENSÃO DO FEITO EM VIRTUDE DA MORTE DE COEXECUTADO, SENDO IMPRESCINDÍVEL A COMPROVAÇÃO DO PREJUÍZO PROCESSUAL SOFRIDO PELA PARTE A QUEM A NULIDADE APROVEITARIA.....	1043	9.1. EM REGRA, É INADMISSÍVEL A PENHORA DE BEM JÁ HIPOTECADO POR FORÇA DE CÉDULA DE CRÉDITO RURAL.....	1062
8.13. É CONSTITUCIONAL O ART. 138, IV, DO CPC, QUE PREVÊ MEDIDAS ATÍPICAS DESTINADAS A ASSEGURAR A EFETIVAÇÃO DOS JULGADOS.....	1044	9.2. A AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO, PELA PARTE EXECUTADA, DE QUE O IMÓVEL PENHORADO É EXPLORADO PELA FAMÍLIA AFASTA A INCIDÊNCIA DA PROTEÇÃO DA IMPENHORABILIDADE.....	1063
8.14. A RESPONSABILIDADE PELO ADIMPLENTO DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS QUE RECAIAM SOBRE O BEM IMÓVEL É DO ARREMATANTE HAVENDO EXPRESSA MENÇÃO NO EDITAL DE HASTA PÚBLICA NESSE SENTIDO.....	1047	9.3. OS CERTIFICADOS EM PODER DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO, RECOMPRADOS PELO FIES E QUE EXCEDEREM OS DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS E TRIBUTÁRIOS DESTAS, ESTÃO SUJEITOS À PENHORA.....	1064
8.15. QUANDO A APRECIÇÃO DO EXCESSO DE EXECUÇÃO OU DA INEXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO EXIGIR DILAÇÃO PROBATÓRIA ALÉM DO SIMPLES DOCUMENTO, A OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO DA AÇÃO		9.4. O VEÍCULO ADAPTADO PARA PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA PODE TER SUA IMPENHORABILIDADE RECONHECIDA.....	1066
		10. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E PRECATÓRIOS.....1067	
		10.1. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE TRANSFERE AO CREDOR A RESPONSABILIDADE	

POR ENCAMINHAR AO ÓRGÃO PÚBLICO A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA PAGAMENTO DO RPV, E QUE DETERMINA A SUSPENSÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO	1067	LIMITADA À METADE DO NUMERÁRIO DO TOTAL ENCONTRADO, NA HIPÓTESE DE EXECUÇÃO MOVIDA POR TERCEIRO	1093
10.2. ATRASO NO PAGAMENTO DAS PARCELAS DE PRECATÓRIO AUTORIZA DETERMINAÇÃO DE SEQUESTRO DE VERBAS.....	1071	11.3. O TETO MÍNIMO PARA AJUIZAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL INDEPENDE DO VALOR ESTABELECIDO COMO ANUIDADE PELOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL	1094
10.3. É POSSÍVEL A RENEGOCIAÇÃO DOS DÉBITOS DE PRECATÓRIOS VENCIDOS E DOS QUE VENCERÃO DENTRO DO PERÍODO PREVISTO PELA EC 109/2021.....	1072	11.4. É CONSTITUCIONAL O ART. 40 DA LEI 6.830/80, QUE TRATA SOBRE A PRESCRIÇÃO NA EXECUÇÃO FISCAL; NÃO ERA NECESSÁRIO QUE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE FOSSE DISCIPLINADA EM LEI COMPLEMENTAR.....	1096
10.4. AS REGRAS ESTIPULADAS NA EC 62/2009, QUANTO AO REGIME ESPECIAL DE PRECATÓRIOS, SÃO APLICÁVEIS AOS JÁ EXPEDIDOS ANTES DE SUA PROMULGAÇÃO.....	1074	11.5. A NORMA CONTIDA NO ART. 19, § 1º, I, DA LEI 10.522/2002 NÃO PODE SER APLICADA PARA AS CAUSAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.....	1105
10.5. PODER JUDICIÁRIO NÃO PODE AUMENTAR HIPÓTESES DE SEQUESTRO DE VERBAS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO	1077	11.6. A AÇÃO CAUTELAR DE CAUÇÃO PRÉVIA À EXECUÇÃO FISCAL NÃO ENSEJA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM DESFAVOR DE QUALQUER DAS PARTES	1107
10.6. O ART. 100, § 1º, DA CF TRAZ UM ROL EXEMPLIFICATIVO, DE SORTE QUE A DEFINIÇÃO DA NATUREZA ALIMENTAR DAS VERBAS NELE ELENCADAS ENCONTRA-SE VINCULADA À DESTINAÇÃO PRECÍPUA DE SUBSISTÊNCIA DO CREDOR E DE SUA FAMÍLIA	1078	11.7. É POSSÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA FIANÇA BANCÁRIA PELO SEGURO GARANTIA NAS EXECUÇÕES FISCAIS.....	1107
10.7. PRESCREVE EM 5 ANOS A PRETENSÃO DE EXPEDIÇÃO DE NOVO PRECATÓRIO OU NOVA RPV, APÓS O CANCELAMENTO DE QUE TRATA O ART. 2º DA LEI Nº 13.463/2017 (VÁLIDO PARA CASOS ANTERIORES À ADI 5755).....	1079	11.8. A SUBSTITUIÇÃO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA POR SEGURO GARANTIA EM EXECUÇÃO FISCAL NÃO NECESSITA DE ACRÉSCIMO DE 30% SOBRE O VALOR DO DÉBITO .	1108
10.8. É CONSTITUCIONAL A PREVISÃO CONTIDA NO § 2º DO ART. 101 DO ADCT DE QUE OS DEPÓSITOS JUDICIAIS PODEM SER UTILIZADOS PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS ATRASADOS	1080	11.9. A GARANTIA DA EXECUÇÃO FISCAL POR FIANÇA BANCÁRIA OU SEGURO GARANTIA NÃO PODE SER FEITA EXCLUSIVAMENTE POR CONVENIÊNCIA DO DEVEDOR, SENDO LEGÍTIMA A RECUSA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	1110
10.9. O CRÉDITO INSCRITO EM PRECATÓRIO DECORRENTE DE PARCELAS VENCIDAS DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PODE SER OBJETO DE CESSÃO A TERCEIROS?	1083	11.10. AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 14.195/2021 NO ART. 8º DA LEI 12.514/2011 TEM APLICAÇÃO IMEDIATA NAS AÇÕES EM TRÂMITE	1111
10.10. O CRÉDITO INSCRITO EM PRECATÓRIO ORIUNDO DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA PODE SER OBJETO DE CESSÃO A TERCEIROS	1084	11.11. CONSIDERA-SE FRAUDULENTO A ALIENAÇÃO, MESMO QUANDO HÁ TRANSFERÊNCIAS SUCESSIVAS DO BEM, FEITA APÓS A INSCRIÇÃO DO DÉBITO EM DÍVIDA ATIVA, SENDO DESNECESSÁRIO COMPROVAR A MÁ-FÉ DO TERCEIRO ADQUIRENTE	1113
10.11. A REDAÇÃO ATUAL DO ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/2007 É INAPLICÁVEL NO TOCANTE À CORREÇÃO MONETÁRIA	1086	11.12. AS EXECUÇÕES FISCAIS ENVOLVENDO A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS PÚBLICAS AJUIZADAS NA JUSTIÇA ESTADUAL ANTES DA LEI 13.043/2014 DEVEM PERMANECER MESMO APÓS A EC 103/2019, QUE NÃO REVOGOU O ART. 75 DA LEI 13.043/2014.	1114
10.12. SE A SENTENÇA ESTIPULOU JUROS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM CONTRARIEDADE AO ART. 1º-F DA LEI 9.494/97, ISSO PODE SER MODIFICADO NA FASE DE EXECUÇÃO SEM QUE ISSO SIGNIFIQUE OFENSA À COISA JULGADA.....	1088		
11. EXECUÇÃO FISCAL.....	1091	12. PROCESSO COLETIVO.....	1117
11.1. O SIMPLES FECHAMENTO DE FILIAL DE PESSOA JURÍDICA NÃO BASTA PARA FUNDAMENTAR A INCLUSÃO DE SÓCIO NO POLO PASSIVO DE EXECUÇÃO FISCAL	1091	12.1. A CITAÇÃO VÁLIDA EM AÇÃO COLETIVA POR DANOS AMBIENTAIS INTERROMPE O PRAZO PRESCRICIONAL DA AÇÃO INDENIZATÓRIA INDIVIDUAL SE COINCIDENTE A CAUSA DE PEDIR DAS DEMANDAS.....	1117
11.2. NA CONTA CORRENTE CONJUNTA SOLIDÁRIA PRESUME-SE A DIVISÃO DO SALDO EM PARTES IGUAIS, FICANDO EVENTUAL PENHORA		12.2. EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, É POSSÍVEL A SUBSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO AUTORA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ASSOCIAÇÃO CASO A PRIMEIRA VENHA A SER DISSOLVIDA.....	1118

12.3.	A TESE FIRMADA NO TEMA 1.119 DA REPERCUSSÃO GERAL NÃO SE APLICA PARA AS ASSOCIAÇÕES GENÉRICAS.....	1119	1.3.	A RESTITUIÇÃO IMEDIATA E INTEGRAL DO BEM FURTADO NÃO CONSTITUI, POR SI SÓ, MOTIVO SUFICIENTE PARA A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.....	1131
12.4.	O SINDICATO POSSUI LEGITIMIDADE ATIVA PARA SUBSTITUIR OS SUCESSORES DE SERVIDORES FALECIDOS, INDEPENDENTEMENTE DE O ÓBITO TER OCORRIDO ANTES DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO.....	1120	1.4.	SE UM INDIVÍDUO PARTICIPA DE ESQUEMA PARA FRAUDAR O EXAME DA OAB, A SUA PENA-BASE PODE SER AUMENTADA PELO FATO DE ELE SER BACHAREL EM DIREITO E TER CONHECIMENTOS ACERCA DO EXAME.....	1132
12.5.	NÃO É CABÍVEL PROMOVER A LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA COLETIVO NO FORO DO DOMICÍLIO DO SUBSTITUTO PROCESSUAL SE ESTE NÃO FOR O DOMICÍLIO DOS BENEFICIÁRIOS OU O FORO EM QUE O TÍTULO FOI PROFERIDO.....	1121	1.5.	SE OS JURADOS RECONHECEM QUE O RÉU USOU DE DISSIMULAÇÃO E DE RECURSO QUE DIFICULTOU A DEFESA, ISSO DEVE ENSEJAR UMA ÚNICA ELEVAÇÃO EM DECORRÊNCIA DA QUALIFICADORA DO ART. 121, § 2º, IV, DO CP, AINDA QUE TENHAM SIDO QUESITOS SEPARADOS.....	1133
12.6.	A EXTINÇÃO DO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA POR TRANSAÇÃO EM AÇÃO COLETIVA ENTRE O DEVEDOR E O LEGITIMADO EXTRAORDINÁRIO, EM PREJUÍZO DO EXEQUENTE, NÃO O LEVA PAGAR HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA.....	1122	1.6.	É IDÔNEA A VALORAÇÃO NEGATIVA DOS MOTIVOS DO CRIME NA HIPÓTESE EM QUE O AGRESSOR SE UTILIZA DE AMEAÇAS PARA CONSTRAINER A VÍTIMA A DESISTIR DE REQUERER O DIVÓRCIO E PENSAO ALIMENTÍCIA EM BENEFÍCIO DOS FILHOS.....	1134
12.7.	AÇÃO COLETIVA DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS, NA JF DE SP, FOI JULGADA PROCEDENTE, TRANSITANDO EM JULGADO NO TRF3; SÃO BENEFICIÁRIOS DESSA DECISÃO OS ASSOCIADOS DOMICILIADOS NA ÁREA DE COMPETÊNCIA DO TRF3 (SP E MS).....	1124	1.7.	O INTENSO ENVOLVIMENTO COM O TRÁFICO DE DROGAS CONSTITUI FUNDAMENTO IDÔNEO PARA VALORAR NEGATIVAMENTE A CONDUTA SOCIAL DO AGENTE NA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA NO CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO.....	1135
12.8.	NÃO CABE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS COLETIVOS EM RAZÃO DA EXIGÊNCIA, PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, DE TARIFA BANCÁRIA CONSIDERADA INDEVIDA.....	1125	1.8.	A APLICAÇÃO DA AGRAVANTE PREVISTA NO ART. 61, II, “F”, DO CÓDIGO PENAL, EM CONDENAÇÃO PELO DELITO DO ART. 129, § 9º, DO CP, POR SI SÓ, NÃO CONFIGURA BIS IN IDEM.....	1135
12.9.	O EXEQUENTE PODE OPTAR POR AJUIZAR NO DISTRITO FEDERAL O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COLETIVA CONTRA A UNIÃO.....	1127	1.9.	É IDÔNEA A MENSURAÇÃO DA REPERCUSSÃO INTERNACIONAL DO DELITO NA MAJORAÇÃO DA PENA-BASE PELAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME.....	1136
13. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS..... 1127			1.10.	NÃO É POSSÍVEL A MAJORAÇÃO DA PENA-BASE PELO FATO DE O RÉU TER MENTIDO NO INTERROGATÓRIO, IMPUTANDO A PRÁTICA DO CRIME A TERCEIRO.....	1137
13.1.	CABE AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA A DECISÃO QUE ACOLHE OS EMBARGOS À MONITÓRIA PARA EXCLUIR UM DOS LITISCONSORTES PASSIVOS.....	1127	1.11.	NÃO É POSSÍVEL A ELEVAÇÃO DA PENA POR CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE, EM FRAÇÃO MAIOR QUE 1/6, UTILIZANDO COMO ÚNICO FUNDAMENTO O FATO DE O RÉU SER REINCIDENTE ESPECÍFICO.....	1140
DIREITO PENAL..... 1129			1.12.	A DEPENDER DA GRAVIDADE DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL, A INCIDÊNCIA DE UMA ÚNICA DELAS (ART. 59, CÓDIGO PENAL) É SUFICIENTE PARA A FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÁXIMO LEGAL.....	1142
1. DOSIMETRIA DA PENA, PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO, DETRAÇÃO, PENA DE MULTA, EFEITOS DA CONDENAÇÃO (OU TEMAS DA PARTE GERAL)..... 1129			1.13.	A MAJORAÇÃO DA PENA É ADMISSÍVEL QUANDO A CULPABILIDADE REVELA ASPECTOS MAIS CENSURÁVEIS, ALÉM DOS INERENTES AO TIPO PENAL, DESDE QUE HAJA FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E IDÔNEA PARA TAL.....	1142
1.1.	NÃO SE APLICA A INSIGNIFICÂNCIA NO FURTO DE COISA SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO-MÍNIMO, SENDO O RÉU MULTIRREINCIDENTE.....	1129	1.14.	VERIFICADO QUE A LESÃO É O RESULTADO DAS AGRESSÕES SOFRIDAS, A EXISTÊNCIA DE CONCAUSA ANTERIOR RELATIVAMENTE INDEPENDENTE NÃO IMPEDE A CONDENAÇÃO PELO CRIME DE LESÃO CORPORAL GRAVE.....	1143
1.2.	O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PODE SER APLICADO PARA O CONTRABANDO DE ATÉ MIL MAÇOS DE CIGARRO, SALVO SE HOUVER REITERAÇÃO.....	1130			

115. É CABÍVEL A REDUÇÃO DO ART. 115 DO CP SE, ENTRE A SENTENÇA CONDENATÓRIA E O JULGAMENTO DOS EMBARGOS, O RÉU ATINGE IDADE SUPERIOR A 70 ANOS1145
116. A PRESCRIÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENA COMEÇA A CONTAR DA DECISÃO DEFINITIVA PARA TODAS AS PARTES1147
- 117 SE O TJ PRONUNCIA OU MANTÉM A PRONÚNCIA DO RÉU, O ACÓRDÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO (ART. 117, III, DO CP); O ACÓRDÃO DO STJ QUE MANTÉM ESSA DECISÃO DO TJ NÃO INTERROMPE NOVAMENTE A PRESCRIÇÃO (NÃO SE ENQUADRA NO ART. 117, III) 1149
118. O DECRETO DE INDULTO PODE SER JULGADO INCONSTITUCIONAL CASO FIQUE DEMONSTRADO QUE TINHA POR FINALIDADE ATINGIR OBJETIVOS DE INTERESSE PESSOAL AO INVÉS DO INTERESSE PÚBLICO1152
119. SÚMULA 659 DO STJ.....1157
120. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE DESTINA AO FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL OS VALORES RECOLHIDOS DE MULTAS PECUNIÁRIAS FIXADAS NAS SENTENÇAS JUDICIAIS.....1159
121. MESMO QUE A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE SEJA SUBSTITUÍDA POR RESTRITIVA DE DIREITOS, ISSO NÃO É MOTIVO PARA SE RECUSAR A APLICAÇÃO DO EFEITO DE PERDA DO CARGO PREVISTO NO ART. 92, I, DO CP1161
- 2. FURTO, ROUBO, ESTELIONATO E OUTROS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO 1163**
- 2.1. ANTES DA LEI 13.531/2017, O CRIME DE DANO PRATICADO CONTRA AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PÚBLICAS OU CONTRA O PATRIMÔNIO DO DISTRITO FEDERAL, ERA DANO SIMPLES (E NÃO QUALIFICADO).....1163
- 2.2. A RECEPÇÃO, EM SUA FORMA QUALIFICADA, DEMANDA ESPECIAL QUALIDADE DO SUJEITO ATIVO, QUE DEVE SER COMERCIANTE OU INDUSTRIAL.....1165
- 2.3. COMPETE AO JUÍZO ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CRIME DE ESTELIONATO CONTRA FUNDO ESTRANGEIRO NO QUAL OS ATOS DESENVOLVIDOS FORAM PRATICADOS EM TERRITÓRIO NACIONAL, AINDA QUE DIVERSO O DOMÍLIO DE SÓCIO LESADO1166
- 2.4. NO CRIME DE FURTO CONTRA EMPRESA DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES, O PREJUÍZO ESTÁ INSERIDO NO RISCO DO NEGÓCIO E NÃO AUTORIZA A EXASPERAÇÃO DA PENA BASILAR, PORQUANTO ÍNSITO AO TIPO PENAL1167
- 2.5. A EXISTÊNCIA DE DOENÇA CARDÍACA DE QUE PADECIA A VÍTIMA CONFIGURA-SE COMO CONCAUSA PREEEXISTENTE RELATIVAMENTE INDEPENDENTE, NÃO SENDO POSSÍVEL AFASTAR O RESULTADO MAIS GRAVE (MORTE) E, POR CONSEQUÊNCIA, A IMPUTAÇÃO DE LATROCÍNIO.....1167
- 2.6. SE USAR SIMULACRO DE ARMA DE FOGO PARA SUBTRAIR BENS, COMETE ROUBO PORQUE RESTA CONFIGURADA GRAVE AMEAÇA; NÃO É POSSÍVEL SUBSTITUIÇÃO POR RESTRITIVA DE DIREITOS JÁ QUE EXISTE VEDAÇÃO NO ART. 44, I, DO CP.....1169
- 2.7. SUBTRAÍDO UM SÓ PATRIMÔNIO, A PLURALIDADE DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA NÃO IMPEDE O RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO DE LATROCÍNIO.....1170
- 2.8. O SÓCIO-ADMINISTRADOR, NOMEADO DEPOSITÁRIO JUDICIAL, QUE DEIXA DE DEPOSITAR, EM JUÍZO, PARTE DO FATURAMENTO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA, COMETE O CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA?1172
- 3. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL... 1173**
- 3.1. MESMO ANTES DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 12.015/2009, O MINISTÉRIO PÚBLICO JÁ ERA PARTE LEGÍTIMA PARA PROPOR A AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA DESTINADA A VERIFICAR A PRÁTICA DE CRIMES SEXUAIS CONTRA CRIANÇAS...1173
- 3.2. DE QUEM É A COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME DE ESTUPRO PRATICADO CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR?1175
- 3.3. COMPETÊNCIA PARA JULGAR O CRIME DE ESTUPRO PRATICADO CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR (DECISÃO ANTERIOR A 30/11/2022).....1177
- 3.4. NOS TERMOS DA SÚMULA 593 DO STJ, O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS E O SEU NAMORO COM O ACUSADO NÃO AFASTAM A EXISTÊNCIA DO DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. O STJ ADMITE DISTINGUISHING EM RELAÇÃO A ESSE ENTENDIMENTO?1177
- 3.5. NOS TERMOS DA SÚMULA 593 DO STJ, O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS E O SEU NAMORO COM O ACUSADO NÃO AFASTAM A EXISTÊNCIA DO DELITO DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. O STJ ADMITE DISTINGUISHING EM RELAÇÃO A ESSE ENTENDIMENTO?1181
- 3.6. NO RESP 1.977.165/MS, O STJ RELATIVIZOU O ENTENDIMENTO DO TEMA 918 E DA SÚMULA 593; NESTE CASO, O STJ AFIRMOU QUE A SITUAÇÃO ERA DIFERENTE E DECIDIU QUE HOUVE CRIME.....1182
- 3.7. NOS CASOS DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL PRATICADO EM CONTINUIDADE DELITIVA, OCORRIDO POR LONGO PERÍODO DE TEMPO E SEM PRECISAR QUANTAS INFRAÇÕES FORAM

	COMETIDAS, DEVE-SE APLICAR A CAUSA DE AUMENTO DE PENA NO PATAMAR MÁXIMO DE 2/3.....	1184
3.8.	NÃO INCIDE A REGRA A CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA NOS CRIMES DE ESTUPRO PRATICADOS COM VIOLÊNCIA PRESUMIDA	1186
3.9.	ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA: AGRAVANTE E MAJORANTE EM SITUAÇÕES DISTINTAS NÃO CONFIGURA BIS IN IDEM; DEVE-SE CONSIDERAR O AUMENTO DE PENA EM 2/3, MESMO QUE NÃO SE SAIBA O NÚMERO EXATO DE ATOS PRATICADOS	1186
3.10.	O DELITO DE REGISTRO NÃO AUTORIZADO DA INTIMIDADE SEXUAL (ART. 216-B DO CP) POSSUI A NATUREZA DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA	1188
4. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 1189		
4.1.	A MAJORANTE PREVISTA NO ART. 334, § 3º, DO CP DEVE SER APLICADA MESMO QUE O TRANSPORTE SEJA FEITO EM UM VOO REGULAR....	1189
4.2.	A APREENSÃO DE MERCADORIAS ANTES DA ENTRADA NO RECINTO DA ADUANA NÃO CONFIGURA O CRIME DE DESCAMINHO	1190
4.3.	A CONDENAÇÃO PELO ART. 359-C DO CP DEVE ESPECIFICAR DESPESAS CONTRAÍDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DO MANDATO, QUE NÃO PUDEAM SER PAGAS NO MESMO EXERCÍCIO FINANCEIRO OU NO EXERCÍCIO SEGUINTE.....	1191
5. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL 1193		
5.1.	A DENÚNCIA POR CALÚNIA FOI REJEITADA POR FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO ESPECIAL DE OFENDER A HONRA E POR NÃO HAVER IMPUTAÇÃO FALSA DE FATO DETERMINADO, ESPECÍFICO E REALMENTE DESCRITO COMO CRIME	1193
5.2.	A GARANTIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA EXECUÇÃO FISCAL NÃO POSSUI NATUREZA DE PAGAMENTO VOLUNTÁRIO E, PORTANTO, NÃO CONFIGURA HIPÓTESE DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE OU DE SUSPENSÃO DO PROCESSO POR CRIME TRIBUTÁRIO.....	1194
5.3.	SÃO CONSTITUCIONAIS OS ARTS. 67 E 69 DA LEI 11.941/2009 E O ART. 9º DA LEI 10.684/2003.....	1195
5.4.	SÚMULA 658 DO STJ.....	1197
5.5.	O ART. 268 DO CP VEICULA NORMA PENAL EM BRANCO QUE PODE SER COMPLEMENTADA POR ATOS NORMATIVOS INFRALEGAIS EDITADOS NÃO APENAS PELA UNIÃO, MAS TAMBÉM PELOS ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS	1201
5.6.	A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPIRITUAIS PARA PROVOCAR A MORTE DE AUTORIDADES NÃO CONFIGURA CRIME DE AMEAÇA	1202
5.7.	O CRIME DO ART. 19 DA LEI 7.492/86 SE CONSUMA NO MOMENTO EM QUE ASSINADO O CONTRATO DE OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE, AINDA QUE O DINHEIRO NÃO SEJA LIBERADO.....	1204
5.8.	PARA A CONFIGURAÇÃO DO CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CP), NÃO É INDISPENSÁVEL A RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DAS VÍTIMAS.....	1206
5.9.	SOMENTE CONFIGURA O CRIME DE CONSTITUIÇÃO DE MILÍCIA PRIVADA SE A ATUAÇÃO DO GRUPO CRIMINOSO SE RESTRINGE AOS DELITOS PREVISTOS NO CÓDIGO PENAL.....	1208
5.10.	CONDENAÇÃO DO PRIMEIRO RÉU PELOS ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023: COMPETÊNCIA DO STF, DELITOS MULTITUDINÁRIOS E CONCURSO MATERIAL DE CRIMES CONTRA AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	1209
5.11.	A APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA É CRIME MATERIAL	1213
5.12.	FLAGRADO O AGENTE ANTES DO EFETIVO INGRESSO NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL, AINDA DURANTE A REVISTA, NÃO HÁ FALAR EM CONSUMAÇÃO DO CRIME DO ART. 349-A DO CP, MAS APENAS EM TENTATIVA	1214
6. LEI DE DROGAS (LEI 11.343/2006)..... 1215		
6.1.	GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS, MULTIPLICIDADE DE AGENTES, DIVISÃO DE TAREFAS, FORMA DE TRANSPORTE DO ENTORPECENTE E DISTÂNCIA ENTRE A ORIGEM E O DESTINO SÃO ELEMENTOS QUE PERMITEM AFASTAR O TRÁFICO PRIVILEGIADO	1215
6.2.	SÚMULA VINCULANTE 59.....	1217
6.3.	A OCULTAÇÃO DE DROGAS NA REGIÃO PÉLVICA, POR SI SÓ, NÃO CONSTITUI FUNDAMENTO IDÔNEO PARA NEGATIVAR A CULPABILIDADE.....	1220
6.4.	A MERA SOLICITAÇÃO DO PRESO, SEM A EFETIVA ENTREGA DO ENTORPECENTE AO DESTINATÁRIO NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL, CONFIGURA ATO PREPARATÓRIO, O QUE IMPEDE A SUA CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE DROGAS.....	1220
6.5.	OS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 41 DA LEI DE DROGAS SÃO ALTERNATIVOS (E NÃO CUMULATIVOS).....	1222
6.6.	O PLANTIO E A AQUISIÇÃO DAS SEMENTES DA CANNABIS SATIVA, PARA FINS MEDICINAIS, NÃO CONFIGURAM CONDUTA CRIMINOSA, INDEPENDENTE DA REGULAMENTAÇÃO DA ANVISA.....	1223
6.7.	A APREENSÃO DE PEQUENAS QUANTIDADES DE DROGA JUNTO COM O ÁCIDO BÓRICO NÃO	

	IMPLICA, NECESSARIAMENTE, A CONDUTA DE TRÁFICO DE DROGAS (ART. 33 DA LD).....	1224
6.8.	A ASSINATURA DO LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO POR PERITO CRIMINAL É IMPRESCINDÍVEL PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS?.....	1225
7.	OUTROS TEMAS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE	1227
7.1.	SÚMULA 664-STJ.....	1227
7.2.	AS AGRAVANTES DO ART. 298 DO CTB PODEM SER APLICADAS PARA OS CRIMES DE TRÂNSITO CULPOSOS, COMO É O CASO DO HOMICÍDIO CULPOSO DO ART. 302 DO CTB.....	1228
7.3.	O DELITO DE INOBSERVÂNCIA DE LEI, REGULAMENTO OU INSTRUÇÃO É LEI PENAL EM BRANCO, IMPONDO AO ÓRGÃO DE ACUSAÇÃO A DEMONSTRAÇÃO DA NORMA COMPLEMENTAR VULNERADA PELA CONDUTA DO AGENTE.....	1229
7.4.	O ART. 166 DO CPM TIPIFICA COMO CRIME A CONDUTA DE MILITARES QUE FAZEM CRÍTICAS PÚBLICAS; ESSE DISPOSITIVO É CONSTITUCIONAL	1230
7.5.	O TJM ESTADUAL OU, NA SUA AUSÊNCIA, O TJ LOCAL TEM COMPETÊNCIA PARA DELIBERAR SOBRE A PERDA DO POSTO E DA PATENTE DOS OFICIAIS, BEM COMO DA GRADUAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR ESTADUAL QUE FORAM CONDENADOS.....	1232
7.6.	O JUÍZO DO DOMICÍLIO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA PODE DEFERIR MEDIDAS PROTETIVAS, MESMO SE O CRIME OCORREU EM OUTRA COMARCA; O JULGAMENTO DO CRIME PERMANECE NO LOCAL DOS FATOS.....	1234
7.7.	A AUDIÊNCIA DO ART. 16 DA LEI MARIA DA PENHA NÃO É UM ATO PROCESSUAL OBRIGATÓRIO DETERMINADO PELA LEI; A REALIZAÇÃO DESSA AUDIÊNCIA CONFIGURA APENAS UM DIREITO DA VÍTIMA, CASO ELA MANIFESTE O DESEJO DE SE RETRATAR.....	1237
7.8.	APENAS A VÍTIMA PODE REQUERER A DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA PREVISTA NO ART. 16 DA LMP PARA A RENÚNCIA À REPRESENTAÇÃO; É VEDADO AO PODER JUDICIÁRIO DESIGNÁ-LA DE OFÍCIO OU A REQUERIMENTO DE OUTRA PARTE.....	1239
7.9.	INDEPENDENTEMENTE DA EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO AUTOR, A VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEVE SER OUVIDA PARA QUE SE VERIFIQUE A NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO/CONCESSÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS	1240
7.10.	NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER A APLICAÇÃO ISOLADA DA PENA DE MULTA NÃO É POSSÍVEL, MESMO NO CRIME DE AMEAÇA, QUE PREVÊ	
	PENA DE MULTA DE FORMA AUTÔNOMA EM SEU PRECEITO SECUNDÁRIO	1241
7.11.	A APROXIMAÇÃO DO RÉU COM O CONSENTIMENTO DA VÍTIMA TORNA ATÍPICA A CONDUTA DE DESCUMPRIR MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA.....	1244
7.12.	A DECISÃO QUE HOMOLOGA O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO QUE APURA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DEVE OBSERVAR A DEVIDA DILIGÊNCIA NA INVESTIGAÇÃO E O PROTOCOLO PARA JULGAMENTO COM PERSPECTIVA DE GÊNERO DO CNJ.....	1245
7.13.	A ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI 14.550/2023 NÃO PROVOCOU QUALQUER MODIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA CAUTELAR PENAL DAS MEDIDAS PROTETIVAS PREVISTAS NO ART. 22, INCISOS I, II E III, DA LEI 11.340/2006, APENAS PREVIU UMA FASE PRÉ-CAUTELAR.....	1247
7.14.	O MINISTÉRIO PÚBLICO POSSUI LEGITIMIDADE PARA REQUERER, EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA, MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA EM FAVOR DE MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	1250
7.15.	NÃO EXISTE PRAZO PARA QUE OCORRA A REAVALIAÇÃO DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (DEVEM VIGORAR ENQUANTO PERDURAR A SITUAÇÃO DE PERIGO); PARA A MANUTENÇÃO OU REVOGAÇÃO, EXIGE-SE CONTRADITÓRIO.....	1252
7.16.	DANO MORAL SOFRIDO PELA VÍTIMA É INERENTE AOS CRIMES PRATICADOS CONTRA A MULHER NO ÂMBITO DOMÉSTICO E FAMILIAR, NÃO REQUERENDO PROVA ESPECÍFICA, MAS APENAS OPORTUNIDADE DE DEFESA POR PARTE DO RÉU NO DECORRER DA AÇÃO	1254
7.17.	ATÉ QUE O STF DECIDA O TEMA, ESTÃO SUSPENSAS QUALQUER DECISÕES JUDICIAIS QUE, DE FORMA EXPRESSA OU TÁCITA, AFASTEM A APLICAÇÃO DO DECRETO 11.366/2023	1256
7.18.	A AQUISIÇÃO DE ARMAS DE FOGO DEVE SE PAUTAR PELO CARÁTER EXCEPCIONAL, RAZÃO PELA QUAL SE EXIGE A DEMONSTRAÇÃO CONCRETA DA EFETIVA NECESSIDADE, POR MOTIVOS TANTO PROFISSIONAIS QUANTO PESSOAIS.....	1258
7.19.	A DESCOBERTA DE PARTE DE NUMERAÇÃO QUE FOI SUPRIMIDA DE UMA ARMA NÃO TORNA POSSÍVEL A DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA DO TIPO PENAL DE PORTE DE ARMA DE USO RESTRITO (ART. 16, § 1º, IV) PARA PORTE DE ARMA DE USO PERMITIDO (ART. 14).....	1260
7.20.	SE O ESTRANGEIRO ENTROU NO BRASIL USANDO PASSAPORTE FALSO, MAS DEPOIS FOI A ELE CONCEDIDA A RESIDÊNCIA PERMANENTE, ISSO EQUIVALE A UMA ANISTIA LEGAL, NÃO DEVENDO ELE RESPONDER PELO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO	1261
7.21.	VENCEDOR DA LICITAÇÃO ENTREGOU MERCADORIA FALSIFICADA; A ADMINISTRAÇÃO	

DESCOBRIU ANTES DE EFETUAR O PAGAMENTO; HOUE TENTATIVA DO CRIME DO ART. 96, II, DA LEI 8.666/93 (ATUAL ART. 337-L, II, DO CP); NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CONDUTA ATÍPICA.....	1262	NÃO HAVERÁ JULGAMENTO CONJUNTO SE ISSO ENSEJAR UM ATRASO NA TRAMITAÇÃO DE AÇÃO PENAL QUE JÁ SE ENCONTRA EM ESTÁGIO AVANÇADO, COM A INSTRUÇÃO ENCERRADA.....	1276
7.22. É CRIME A EXTRAÇÃO IRREGULAR DE ARGILA, NÃO DIFERENCIANDO SE A ATIVIDADE PRATICADA CARECE DE LICENCIAMENTO OU AUTORIZAÇÃO, POIS O ART. 2º DA LEI 8.176/91 NÃO FAZ DISTINÇÃO ENTRE AS MODALIDADES DE OUTORGA ADMINISTRATIVA.....	1264	1.6. É INCABÍVEL A CONEXÃO DE PROCESSOS QUANDO AUSENTE A EXPOSIÇÃO DE UM LIAME CIRCUNSTANCIAL QUE DEMONSTRE A RELAÇÃO DE INTERFERÊNCIA OU PREJUDICIALIDADE ENTRE AS CONDUTAS CRIMINOSAS.....	1277
7.23. A EXPLORAÇÃO DE OURO SEM AUTORIZAÇÃO LEGAL CONFIGURA O CRIME PREVISTO NO ART. 2º DA LEI 8.176/91, INDEPENDENTE DE OCORRER EM PROPRIEDADE PARTICULAR OU EM ZONA RURAL MUNICIPAL., O MINÉRIO PERMANECE SOB DOMÍNIO DA UNIÃO.....	1265	1.7. A SUPERVENIENTE APOSENTADORIA DA AUTORIDADE DETENTORA DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO CESSA A COMPETÊNCIA DO STJ PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO FEITO.....	1278
7.24. OS §§ 1º, 6º E 7º DO ART. 2º DA LEI 12.850/13 SÃO CONSTITUCIONAIS; O § 14 DO ART. 4º DEVE SER INTERPRETADO NO SENTIDO DE QUE O COLABORADOR PODE OPTAR POR NÃO EXERCER O DIREITO AO SILÊNCIO, MAS ISSO NÃO SIGNIFICA RENÚNCIA.....	1266	1.8. SUPPOSTOS CRIMES FUNCIONAIS FORAM PRATICADOS DURANTE O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO VICE-GOVERNADOR, TENDO O INVESTIGADO, POSTERIORMENTE, ASSUMIDO O CARGO DE GOVERNADOR: COMPETÊNCIA DO STJ.....	1279
7.25. SE O PAI SUBMETE SUA FILHA ADOLESCENTE A INTENSO SOFRIMENTO FÍSICO, COM EMPREGO DE VIOLÊNCIA, COMO FORMA DE LHE APLICAR CASTIGO PESSOAL, ELE PRÁTICA A TORTURA DO ART. 1º, II, DA LEI 9.455/97, COM A AGRAVANTE DO ART. 61, II, E, DO CP.....	1268	1.9. NÃO HÁ VIOLAÇÃO AO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO SE O MEMBRO DO MP DE 1ª INSTÂNCIA INSTAURA INQUÉRITO CIVIL PARA APURAR EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, AINDA QUE DEPOIS OFEREÇA DENÚNCIA CRIMINAL PELOS MESMOS FATOS.....	1282
8. PRINCIPAIS LEIS PENAIS DE 2023.....	1268	1.10. COMPETE AO STJ PROCESSAR E JULGAR OS CRIMES PRATICADOS PELOS CONSELHEIROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS, MESMO QUE NÃO ESTEJAM RELACIONADOS COM O CARGO.....	1282
DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	1271	1.11. HAVENDO SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE ENTRE OS MANDATOS, NÃO EXERCIDOS DE MANEIRA ININTERRUPTA, CESSA O FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO REFERENTE A ATOS PRATICADOS DURANTE O PRIMEIRO MANDATO.....	1284
1. COMPETÊNCIA.....	1271	1.12. É NECESSÁRIA PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DO DESEMBARGADOR RELATOR PARA A INSTAURAÇÃO DE INVESTIGAÇÕES PENAIS CONTRA AUTORIDADES COM FORO PRIVATIVO NO TJ, A INVESTIGAÇÃO SENDO CONDUZIDA PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA OUPELO MP.....	1285
1.1. A COMPETÊNCIA SERÁ DA JF (ART. 109, XI, DA CF) EM CASO DE CRIME PRATICADO CONTRA OS DIREITOS INDÍGENAS COLETIVAMENTE CONSIDERADOS (ART. 236 DA CF) MESMO QUE O DELITO TENHA OCORRIDO EM TERRITÓRIO INDÍGENA NÃO DEMARCADO.....	1271	1.13. NÃO É CRIME MILITAR O DELITO PRATICADO POR POLICIAL MILITAR DE FOLGA, SEM A FARDA DA CORPORAÇÃO, SEM SE IDENTIFICAR COMO POLICIAL E SEM UTILIZAR O VEÍCULO OU A ARMA DA CORPORAÇÃO, SENDO A VÍTIMA UM CIVIL.....	1288
1.2. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL PROCESSAR E JULGAR O CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, CONSISTENTE NA FALSIFICAÇÃO DE IDENTIDADES FUNCIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO.....	1273	1.14. COMPETE À JUSTIÇA ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR CAUSA QUANDO NÃO SE VERIFICA, DA ATUAÇÃO DE INDICIADO QUE SE AUTODECLARA QUILOMBOLA, DISPUTA ALGUMA POR TERRA QUILOMBOLA OU INTERESSE DA COMUNIDADE NA AÇÃO DELITUOSA.....	1289
1.3. COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL O JULGAMENTO DE CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, CONSISTENTE NO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO INVERDÍDICA A SERVIDOR DA FUNAI, PARA FINS DE EMISSÃO DE RANI.....	1274	1.15. HAVENDO SENTENÇA PROLATADA QUANTO AO DELITO CONEXO, A COMPETÊNCIA PARA	
1.4. DISCUSSÃO SOBRE A COMPETÊNCIA PARA JULGAR OS CRIMES DE PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS SEM REGISTRO NA ANVISA.....	1275		
1.5. REUNIÃO DOS FEITOS POR CONEXÃO NÃO OSTENTA NATUREZA ABSOLUTA; ASSIM,			

JULGAMENTO DO DELITO REMANESCENTE DEVE SER AFERIDA ISOLADAMENTE.....	1290	2.8.	POSSIBILIDADE EXCEPCIONAL DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA POR VIDEOCONFERÊNCIA.....	1311
1.16. HAVENDO JUÍZO ESPECIALIZADO PARA APURAR E JULGAR CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE, É ESTE O COMPETENTE INDEPENDENTEMENTE DO TIPO DE CRIME.....	1291	2.9.	É JURIDICAMENTE PLAUSÍVEL A COMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR DE AFASTAMENTO DE DESEMBARGADOR COM A SUSPENSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA ATÉ O JULGAMENTO FINAL DA AÇÃO PENAL.....	1313
1.17. COMPETE AO TRIBUNAL DO JÚRI FEDERAL JULGAR CAUSA NA QUAL HÁ DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE FEDERAL ESPECÍFICO EM RELAÇÃO AO CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA, OU QUANDO HÁ CONEXÃO DESTA COM CRIME FEDERAL.....	1293	3. PROVAS.....	1315	
1.18. A INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE DADOS FEDERAIS NÃO FIXA, POR SI SÓ, A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, A QUAL SOMENTE É ATRÁIDA QUANDO HOVER OFENSA DIRETA A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO OU ÓRGÃO FEDERAL.....	1294	3.1.	A MERA DENÚNCIA ANÔNIMA, DESACOMPANHADA DE OUTROS ELEMENTOS PRELIMINARES INDICATIVOS DE CRIME, NÃO LEGÍTIMA O INGRESSO DE POLICIAIS NO DOMICÍLIO.....	1315
1.19. TRANSFERIDA PARA A JUSTIÇA FEDERAL A APURAÇÃO DA MORTE DE LÍDERES DE TRABALHADORES RURAIS EM RONDÔNIA.....	1295	3.2.	O SIMPLES FATO DE OS POLICIAIS TEREM CONSIDERADO A ATITUDE DO MORADOR SUSPEITA NÃO JUSTIFICA O INGRESSO FORÇADO NO DOMICÍLIO.....	1316
1.20. É CONSTITUCIONAL O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA (IDC) PARA A JUSTIÇA FEDERAL, PREVISTO NO INCISO V-A E NO § 5º AO ART. 109 DA CF.....	1297	3.3.	A OCORRÊNCIA DE CRIME PERMANENTE E A SITUAÇÃO DE FLAGRÂNCIA AUTORIZAM O ACESSO DOS POLICIAIS A UM ENDEREÇO DIVERSO DO INDICADO NA ORDEM JUDICIAL, A FIM DE MITIGAR A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA INVIOABILIDADE DE DOMICÍLIO.....	1317
2. PRISÃO E OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES.....	1301	3.4.	O SIMPLES FATO DE O CÃO FAREJADOR TER SINALIZADO QUE HAVERIA DROGAS NA RESIDÊNCIA NÃO É SUFICIENTE PARA SE AUTORIZAR O INGRESSO NA CASA DO SUSPEITO ..	1318
2.1. PRISÃO PREVENTIVA É NULA SEM FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA EM FATOS REAIS QUE DEMONSTREM RISCO À ORDEM PÚBLICA, À INSTRUÇÃO OU À APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	1301	3.5.	A EXPEDIÇÃO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DE MENOR NÃO AUTORIZA O INGRESSO NO DOMICÍLIO E A REALIZAÇÃO DE VARREDURA NO LOCAL.....	1319
2.2. A PERICULOSIDADE DO AGENTE E A INTIMIDAÇÃO DE TESTEMUNHA JUSTIFICAM A DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL.....	1302	3.6.	A ALEGAÇÃO DE QUE HOVE PRÉVIA CONFISSÃO INFORMAL DO RÉU - DESACOMPANHADA DE QUALQUER REGISTRO EM VÍDEO, ÁUDIO OU POR ESCRITO - NÃO JUSTIFICA A BUSCA DOMICILIAR DESPROVIDA DE MANDADO JUDICIAL.....	1321
2.3. A PRISÃO PREVENTIVA É COMPATÍVEL COM O REGIME PRISIONAL SEMIABERTO, DESDE QUE SEJA REALIZADA A EFETIVA ADEQUAÇÃO AO REGIME INTERMEDIÁRIO.....	1303	3.7.	MESMO APÓS A DECISÃO DO STF NA ADPF 995/DF, O STJ CONTINUA DECIDINDO QUE A GUARDA MUNICIPAL NÃO PODE EXERCER ATRIBUIÇÕES DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES; SUA ATUAÇÃO DEVE SE LIMITAR À PROTEÇÃO DE BENS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO.....	1322
2.4. A PRISÃO PREVENTIVA É COMPATÍVEL COM OS REGIMES PRISIONAIS ABERTO E SEMIABERTO?.....	1305	3.8.	O GALPÃO DESTINADO PARA ATIVIDADES COMERCIAIS NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE DOMICÍLIO, AINDA QUE POR EXTENSÃO; LOGO, ESSE GALPÃO NÃO RECEBE A PROTEÇÃO DO ART. 5º, XI, DA CONSTITUIÇÃO.....	1326
2.5. É INCOMPATÍVEL COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL A PREVISÃO DA PRISÃO ESPECIAL PARA PESSOAS COM DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR (ART. 295, VII, DO CPP).....	1305	3.9.	ABRANGÊNCIA DA INVIOABILIDADE DO SIGILO DAS CORRESPONDÊNCIAS.....	1327
2.6. A UTILIZAÇÃO DO PRÓPRIO FILHO PARA A PRÁTICA DE CRIMES, POR SE TRATAR DE SITUAÇÃO DE RISCO AO MENOR, OBSTA A CONCESSÃO DE PRISÃO DOMICILIAR.....	1308	3.10.	MP ACUSOU O RÉU DE PECULATO POR MEIO DE FRAUDE NA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DO MUNICÍPIO; LOGO, ERA INDISPENSÁVEL A REALIZAÇÃO DE PERÍCIA.....	1329
2.7. O AFASTAMENTO DA PRISÃO DOMICILIAR PARA MULHER GESTANTE OU MÃE DE FILHO MENOR DE 12 ANOS EXIGE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E CASUÍSTICA.....	1310			

- 3.11. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO SEM OBSERVAR AS FORMALIDADES LEGAIS, FOI JUNTADO AOS AUTOS DEPOIS DA PRONÚNCIA; ESSE LAUDO É PROVA ILÍCITA E DEVE SER DESESTRANHANDO, MAS A DECISÃO DE PRONÚNCIA É VÁLIDA PORQUE NÃO SE BASEOU NELE.....1330
- 3.12. A ASSINATURA DO LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO POR PERITO CRIMINAL É IMPRESCINDÍVEL PARA A COMPROVAÇÃO DA MATERIALIDADE DO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS?..... 1331
- 3.13. MESMO EM AUDIÊNCIA POR VIDEOCONFERÊNCIA, O RÉU PODE SER IMPEDIDO DE ASSISTIR ÀS OITIVAS DA VÍTIMA E TESTEMUNHA SE A SUA PRESENÇA ESTIVER CAUSANDO TEMOR OU CONSTRANGIMENTO ÀS PESSOAS QUE SERÃO OUIDAS..... 1331
- 3.14. É POSSÍVEL A ANTECIPAÇÃO DE PROVAS PARA A OITIVA DE TESTEMUNHAS POLICIAIS 1332
- 3.15. ANTECIPAÇÃO DE PROVA ADMISSÍVEL EM CASO DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE ADOLESCENTE VÍTIMA DE CRIME SEXUAL, DADA A RELEVÂNCIA E URGÊNCIA EM FACE DA FALIBILIDADE DA MEMÓRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES..... 1334
- 3.16. O DEPOIMENTO TESTEMUNHAL INDIRETO NÃO POSSUI A CAPACIDADE NECESSÁRIA PARA SUSTENTAR UMA ACUSAÇÃO E JUSTIFICAR A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO PENAL, SENDO IMPRESCINDÍVEL A PRESENÇA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUBSTANCIAIS.....1336
- 3.17. SE O RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO REALIZADO NA FASE JUDICIAL NÃO OBSERVOU OS PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 226 DO CPP, CONSTITUI ELE PROVA ILÍCITA, QUE NÃO SE PRESTA PARA DAR SUPORTE À CONDENAÇÃO.....1338
- 3.18. O RECONHECIMENTO DE PESSOAS, DENTRO DOS REQUISITOS LEGAIS, É PROVA ADMISSÍVEL PARA CONDENAÇÃO, MAS NÃO CONSTITUI EVIDÊNCIA ABSOLUTA EM TODAS AS SITUAÇÕES1339
- 3.19. SE A VÍTIMA APONTA O FILLER COMO AUTOR DO CRIME, MAS NÃO HÁ OUTROS ELEMENTOS CONCRETOS CONTRA ELE, O RECONHECIMENTO ISOLADO NÃO BASTA PARA UMA CONDENAÇÃO1340
- 3.20. O EXAME DE CORPO DE DELITO PODERÁ, EM DETERMINADAS SITUAÇÕES, SER DISPENSADO PARA A CONFIGURAÇÃO DE LESÃO CORPORAL OCORRIDA EM ÂMBITO DOMÉSTICO, SE SUBSISTIREM OUTRAS PROVAS IDÔNEAS DA MATERIALIDADE DO CRIME.....1343
- 3.21. A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE PERSECUÇÃO ESTATAL NA GRAVAÇÃO AMBIENTAL REALIZADA POR UM DOS INTERLOCUTORES, SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL, ACARRETA A ILICITUDE DA PROVA.....1343
- 3.22. MESMO COM A EXPEDIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, QUE NÃO SUSPENDE A INSTRUÇÃO CRIMINAL, O INTERROGATÓRIO DEVE SER O ÚLTIMO ATO, NÃO PODENDO SER REALIZADO ANTES DA OITIVA DAS TESTEMUNHAS.....1345
- 3.23. A “AUTÓPSIA PSICOLÓGICA” CONSTITUI PROVA ATÍPICA ADMISSÍVEL NO PROCESSO PENAL, CABENDO AO MAGISTRADO CONTROLAR A SUA UTILIZAÇÃO NO CASO CONCRETO..... 1347
- 3.24. SÃO INADMISSÍVEIS AS PROVAS DIGITAIS SEM REGISTRO DOCUMENTAL ACERCA DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA POLÍCIA PARA A PRESERVAÇÃO DA INTEGRIDADE, AUTENTICIDADE E CONFIABILIDADE DOS ELEMENTOS INFORMATÍCOS.....1349
- 3.25. AUTORIDADES NACIONAIS PODEM REQUISITAR DADOS DIRETAMENTE A PROVEDORES NO EXTERIOR, NA FORMA DO ART. 11 DO MARCO CIVIL DA INTERNET E DO ART. 18 DA CONVENÇÃO DE BUDAPESTE.....1351
- 3.26. STF PROIBIU A DESTRUIÇÃO DE PROVAS OBTIDAS NA OPERAÇÃO SPOOFING E DETERMINOU A PRESERVAÇÃO DOS ELEMENTOS INFORMATIVOS, MESMO TENDO SIDO OBTIDOS PELA AÇÃO DE HACKERS1356
- 3.27. A AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA QUE A POLÍCIA ACOMPANHE AS CONVERSAS DOS SUSPEITOS MEDIANTE O ESPELHAMENTO VIA WHATSAPP WEB CARACTERIZA-SE COMO UM MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA EQUIVALENTE À INFILTRAÇÃO DE AGENTES..... 1357
- 3.28. O FATO DE O INVESTIGADO TAMBÉM UTILIZAR O CELULAR DE TERCEIRO NÃO DISPENSA A AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA QUEBRA DE SIGILO DESTA.....1359
- 3.29. MÉDICO QUE ATENDEU MULHER QUE HAVIA ACABADO DE FAZER ABORTO NÃO PODE COMUNICAR ESSE FATO À AUTORIDADE POLICIAL ... 1360
- 3.30. É CABÍVEL O ACESSO AOS ELEMENTOS DE PROVA JÁ DOCUMENTADOS NOS AUTOS DE INQUÉRITO POLICIAL AOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS, POR MEIO DE SEUS ADVOGADOS OU DEFENSORES PÚBLICOS, EM OBSERVÂNCIA AOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA SV 14.....1362
- 3.31. O DIREITO AO SILÊNCIO NÃO PODE PREJUDICAR O ACUSADO OU AUTOMATICAMENTE VALIDAR A NARRATIVA DOS POLICIAIS; É NECESSÁRIA UMA AVALIAÇÃO ESPECÍFICA DO CONJUNTO DE PROVAS PARA JUSTIFICAR SUAS ALEGAÇÕES.....1364
- 3.32. É NULA A DECISÃO QUE APENAS REALIZA REMISSÃO AOS FUNDAMENTOS DE TERCEIROS, DESPROVIDA DE ACRÉSCIMO PESSOAL QUE INDIQUE O EXAME DO PLEITO PELO JULGADOR E CLARIFIQUE SUAS RAZÕES DE CONVENCIMENTO1366
- 3.33. O § 5º DO ART. 157 DO CPP É INCONSTITUCIONAL.....1367
- 3.34. A INSPEÇÃO DE SEGURANÇA NAS BAGAGENS DOS PASSAGEIROS DE ÔNIBUS,

EM FISCALIZAÇÃO DE ROTINA REALIZADA PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, TEM NATUREZA ADMINISTRATIVA E NÃO PRECISA DE FUNDADA SUSPEITA.....1368

4. TRIBUNAL DO JÚRI 1371

- 4.1. A SENTENÇA DE PRONÚNCIA DEVE LIMITAR-SE A UM JUÍZO DE DÚVIDA A RESPEITO DA ACUSAÇÃO, EVITANDO CONSIDERAÇÕES INCISIVAS OU VALORAÇÕES SOBRE AS TESES EM CONFRONTO NOS AUTOS, SOB PENA DE NULIDADE.....1371
- 4.2. O PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO SOCIETATE É APLICADO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA?.....1373
- 4.3. NÃO É POSSÍVEL A PRONÚNCIA DO ACUSADO BASEADA EXCLUSIVAMENTE EM TESTEMUNHOS INDIRECTOS E ELEMENTOS PROBATÓRIOS COLHIDOS NO INQUÉRITO SEM CONFIRMAÇÃO NA FASE JUDICIAL1377
- 4.4. A CONDUTA DO ADVOGADO OU DEFENSOR PÚBLICO DE ABANDONAR O PLENÁRIO DO JÚRI (COMO ESTRATÉGIA DE DEFESA) PODE CONFIGURAR ABANDONO DO PROCESSO, ENSEJANDO A MULTA DO ART. 265 DO CPP1378
- 4.5. SE O ADVOGADO DATIVO COMUNICOU COM ANTECEDÊNCIA AO JUÍZO QUE ESTAVA RENUNCIANDO O PATROCÍNIO E APRESENTOU JUSTO MOTIVO, ELE NÃO DEVERÁ SER MULTADO POR ABANDONO, MESMO QUE O CONVÊNIO EXIJA SUA PRESENÇA ATÉ O FINAL1380
- 4.6. NÃO HÁ NULIDADE DA CONDENAÇÃO PELO SIMPLES FATO DE O JUIZ PRESIDENTE TER TIDO UMA POSTURA FIRME E DURA DURANTE A INQUIRIRÇÃO DA TESTEMUNHA NO PLENÁRIO DO JÚRI.....1381
- 4.7. A MÁ FORMULAÇÃO DE QUESITO, COM IMPUTAÇÕES NÃO ADMITIDAS NA PRONÚNCIA, CAUSA NULIDADE ABSOLUTA E JUSTIFICA EXCEÇÃO À REGRA DA IMPUGNAÇÃO IMEDIATA, AFASTANDO-SE A PRECLUSÃO1382
- 4.8. É NULO O JULGAMENTO DO TRIBUNAL DE JÚRI QUE NÃO OPORTUNIZA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DILIGENCIAR PELA LOCALIZAÇÃO DA TESTEMUNHA ARROLADA COM CLÁUSULA DE IMPRESCINDIBILIDADE1384
- 4.9. DIANTE DE RECURSO DE APELAÇÃO COM BASE NO ART. 593, III, D, DO CPP, É IMPRESCINDÍVEL QUE O TRIBUNAL AVALIE A PROVA DOS AUTOS A FIM PERQUIRIR SE HÁ ALGUM ELEMENTO QUE AMPARE O DECIDIDO PELOS JURADOS1385
- 4.10. A PLENITUDE DE DEFESA EXERCIDA NO TRIBUNAL DO JÚRI NÃO IMPEDE QUE O MAGISTRADO AVALIE A PERTINÊNCIA DA PRODUÇÃO DA PROVA.....1387
- 4.11. A PLENITUDE DE DEFESA EXERCIDA NO TRIBUNAL DO JÚRI NÃO PODE SER MANEJADA PELO ADVOGADO COMO SALVO CONDUTO PARA A PRÁTICA DE ILÍCITOS.....1388

4.12. É INCONSTITUCIONAL O USO DA TESE DA LEGÍTIMA DEFESA DA HONRA EM CRIMES DE FEMINICÍDIO OU DE AGRESSÃO CONTRA MULHERES.....1389

4.13. NO JULGAMENTO DA REVISÃO CRIMINAL, A CORTE LOCAL NÃO PODE ABSOLVER O CONDENADO PELO JÚRI APENAS COM BASE NA REVALORAÇÃO SUBJETIVA DAS PROVAS, ALEGANDO QUE ERAM FRÁGEIS E INSUFICIENTES PARA SUSTENTAR A CONDENAÇÃO1393

5. TEMAS DIVERSOS1394

- 5.1. O PRAZO PARA O TÉRMINO DO IP COM O INDICIADO SOLTO É IMPRÓPRIO; APESAR DISSO, SERÁ POSSÍVEL O TRANCAMENTO POR EXCESSO DE PRAZO, CASO O TEMPO DE DURAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO ULTRAPASSE OS LIMITES DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE1394
- 5.2. É LEGAL O COMPARTILHAMENTO COM A CGU DE INFORMAÇÕES COLETADAS EM INQUÉRITO EM QUE SE APURA SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, LAVAGEM DE DINHEIRO E CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA.....1395
- 5.3. O MP DEVE APRESENTAR O ARQUIVAMENTO À AUTORIDADE JUDICIAL, QUE PODE SUBMETTER A DECISÃO À REVISÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL COMPETENTE EM CASO DE ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA EVIDENTES NO ARQUIVAMENTO.....1397
- 5.4. O MINISTÉRIO PÚBLICO NÃO É OBRIGADO A NOTIFICAR O INVESTIGADO ACERCA DA PROPOSTA DO ANPP.....1399
- 5.5. POR CONSTITUIR UM PODER-DEVER DO MINISTÉRIO PÚBLICO, O NÃO OFERECIMENTO TEMPESTIVO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL DESACOMPANHADO DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA CONSTITUI NULIDADE ABSOLUTA.....1401
- 5.6. É CABÍVEL O ANPP NA HIPÓTESE DE PROCEDÊNCIA PARCIAL DA PRETENSÃO PUNITIVA (O MP DENUNCIOU POR CONCURSO MATERIAL COM PENA ACIMA DE 4 ANOS; HOVE CONDENAÇÃO POR CONTINUIDADE DELITIVA, PERMITINDO O ACORDO)1404
- 5.7. O ANPP É CONSTITUCIONAL1406
- 5.8. O § 14 DO ART. 28-A DO CPP POSSIBILITA AO INVESTIGADO REQUERER A REMESSA DOS AUTOS A ÓRGÃO SUPERIOR DO MP NAS HIPÓTESES EM QUE A ACUSAÇÃO TENHA SE RECUSADO A OFERECER O ANPP; ESSA REMESSA NÃO SUSPENDE A TRAMITAÇÃO DA AÇÃO PENAL1408
- 5.9. O SIMPLES FATO DE O RÉU NÃO TER CONFESSADO FORMALMENTE NÃO IMPEDE REMESSA DOS AUTOS AO MP PARA AVALIAR POSSIBILIDADE DE ANPP; ISSO PORQUE ELE PODE CONFESSAR PERANTE O PARQUET.....1409

510. A REVOGAÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NÃO EXIGE QUE O INVESTIGADO SEJA INTIMADO PARA JUSTIFICAR O DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES IMPOSTAS NA AVENÇA1411
511. MP DENUNCIOU O ACUSADO POR CRIME CUJA PENA MÍNIMA É IGUAL OU SUPERIOR A 4 ANOS; HÁ ALTERAÇÃO DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO OU DESCLASSIFICAÇÃO; O NOVO CRIME TEM PENA MÍNIMA INFERIOR A 4 ANOS; SERÁ POSSÍVEL OFERECER O ANPP.....1412
512. O ANPP NÃO GERA REINCIDÊNCIA OU MAUS ANTECEDENTES, MAS PODE SERVIR PARA DESCARACTERIZAR O BOM COMPORTAMENTO PÚBLICO E PRIVADO E, COM ISSO, IMPEDIR A CONCESSÃO DE REABILITAÇÃO CRIMINAL (ART. 94, II, DO CP) 1414
513. É POSSÍVEL QUE O JULGADOR CONDENE CRIMINALMENTE O RÉU MESMO QUANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE EXPRESSAMENTE A SUA ABSOLVIÇÃO EM ALEGAÇÕES FINAIS..... 1415
514. A ABSOLVIÇÃO NA AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM VIRTUDE DA AUSÊNCIA DE DOLO E DA AUSÊNCIA DE OBTENÇÃO DE VANTAGEM INDEVIDA ESVAZIA A JUSTA CAUSA PARA MANUTENÇÃO DA AÇÃO PENAL..... 1418
515. RECONHECIDO, EM RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA, QUE A SENTENÇA CONDENOU O RÉU POR FATOS QUE NÃO ESTAVAM DESCRITOS NA DENÚNCIA, CABE AO TRIBUNAL SOMENTE ANULAR A SENTENÇA E ABSOLVER O RÉU 1419
516. É INVIÁVEL FIXAR, NA ESFERA PENAL, INDENIZAÇÃO MÍNIMA A TÍTULO DE DANOS MORAIS, SEM QUE TENHA HAVIDO A EFETIVA COMPROVAÇÃO DO ABALO À HONRA OBJETIVA DA PESSOA JURÍDICA1422
517. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL PODE LAVRAR TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO) 1425
518. É POSSÍVEL ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS QUE CORREM O RISCO DE PERECIMENTO OU DESVALORIZAÇÃO, OU QUANDO HOVER DIFICULDADE PARA SUA MANUTENÇÃO1426
519. APESAR DA PACTUAÇÃO DE CLÁUSULAS GRAVOSAS, O ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DEVE SER VISTO NA SUA INTEGRALIDADE, COMO UM CORPO ÚNICO, E PASSA A CONFIGURAR, A PARTIR DE SUA HOMOLOGAÇÃO, UM TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL..... 1429
520. É POSSÍVEL QUE, EM UM ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA, SEJA DETERMINADO QUE O COLABORADOR INICIE IMEDIATAMENTE A PRIVAÇÃO DE LIBERDADE, MESMO ISSO NÃO ESTANDO PREVISTO NA LEI1430
521. MESMO QUE O MINISTRO DO STF TENHA VOTADO PELA ABSOLVIÇÃO, SE O RÉU FOR CONDENADO, ESTE MINISTRO PODERÁ VOTAR PARA A DEFINIÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA.....1435
522. A SUPERVENIÊNCIA DE FATOS NOVOS CONFIGURA CIRCUNSTÂNCIA EXCEPCIONAL QUE PERMITE QUE MINISTRO QUE ATUALMENTE OCUPE A CADEIRA PROFIRA VOTO, AINDA QUE SEU ANTECESSOR, OPORTUNAMENTE, JÁ TENHA VOTADO1435
523. A FIXAÇÃO DE VALOR MÍNIMO (ART. 387, IV, DO CPP) PARA REPARAÇÃO DOS DANOS MORAIS CAUSADOS PELA INFRAÇÃO EXIGE APENAS PEDIDO EXPRESSO NA INICIAL, SENDO DESNECESSÁRIAS A INDICAÇÃO DE VALOR E A INSTRUÇÃO PROBATÓRIA ESPECÍFICA.....1436
524. OS VALORES DEPOSITADOS EM CONTA DE INVESTIMENTO, MESMO QUE ORIUNDOS DO FGTS, PODEM SER PENHORADOS ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS (ART. 833, X, DO CPC), NÃO SE APLICANDO O ART. 2º, § 2º, DA LEI DO FGTS1438
525. É CONSTITUCIONAL A INSTITUIÇÃO DO JUIZ DAS GARANTIAS NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO1439
526. A TAXA SELIC NÃO É APLICÁVEL AOS DEPÓSITOS JUDICIAIS DECORRENTES DE FIANÇA EM CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL, UMA VEZ QUE POSSUI CARÁTER REMUNERATÓRIO E NÃO SE DESTINA À CORREÇÃO MONETÁRIA.....1453
527. MERO COMPARECIMENTO DA VÍTIMA DEVIDO AO MANDADO DE INTIMAÇÃO EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL, SEM QUE SEJA COLHIDA A MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO INTERESSE DE REPRESENTAR, NÃO CONFIGURA REPRESENTAÇÃO PARA FINS PENAIIS.....1454
528. NO PROCESSO PENAL MILITAR, O ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO POSSUI LEGITIMIDADE PARA RECORRER DA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA, AINDA QUE A ABSOLVIÇÃO TENHA SIDO REQUERIDA PELO ÓRGÃO MINISTERIAL1455
- 6. NULIDADES..... 1457**
- 6.1. SE O MAGISTRADO PROLATOR DA SENTENÇA ESTAVA DESIGNADO PARA ATUAR COMO COOPERADOR NA VARA EM RAZÃO DE PROGRAMA DE REDUÇÃO DO ACERVO, NÃO HÁ OFENSA AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ, NÃO HAVENDO QUE SE FALAR EM NULIDADE 1457
- 6.2. A MEDIDA DE BUSCA E APREENSÃO DOMICILIAR REALIZADA EM ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL DEPENDE, COMO REGRA, DE ORDEM JUDICIAL DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA, APTA A LIMITAR A ATUAÇÃO DO PODER DE POLÍCIA DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO.....1458
- 6.3. HAVENDO NORMA ESTADUAL QUE EXCLUI DA COMPETÊNCIA DA CENTRAL DE INQUÉRITOS, A APURAÇÃO DE DETERMINADOS CRIMES, NÃO HÁ APLICAÇÃO DA TEORIA DO JUÍZO

APARENTE JÁ QUE, NESTE CASO, NÃO HAVIA DÚVIDA RAZOÁVEL.....	1460	POIS SÃO PARTES QUE COMPÕEM A MESMA RELAÇÃO JURÍDICO-PROCESSUAL.....	1475
6.4. O VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM TAMBÉM SE APLICA PARA O RÉU NO PROCESSO PENAL.....	1461	8.2. OS FUNDAMENTOS UTILIZADOS NA DOSIMETRIA DA PENA SOMENTE DEVEM SER REEXAMINADOS SE EVIDENCIADO, PREVIAMENTE, O CABIMENTO DO PEDIDO REVISIONAL.....	1476
6.5. DECLINADA A COMPETÊNCIA DO FEITO PARA A JUSTIÇA ESTADUAL, NÃO CABE À POLÍCIA FEDERAL PROSSEGUIR NAS INVESTIGAÇÕES.....	1462	8.3. NA REVISÃO CRIMINAL, POR SE TRATAR DE AÇÃO EXCLUSIVAMENTE DEFENSIVA, AFASTADO O DESVALOR ATRIBUÍDO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS OU ÀS AGRAVANTES, A PENA DEVERÁ SER REDUZIDA.....	1477
6.6. SE UM DOS DESEMBARGADORES QUE JÁ HAVIA VOTADO NA SESSÃO ANTERIOR NÃO PUDER VOTAR NA SESSÃO SEGUINTE, O PRESIDENTE PODE EXERCER O VOTO PARA O FIM DE DESEMPATE, ESTANDO ISSO PREVISTO NO CPP E NO REGIMENTO INTERNO DO TJ.....	1463	8.4. A MUDANÇA DE ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL AUTORIZA O AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL?.....	1479
6.7. SÓ HÁ NULIDADE PELA FALTA DE CIENTIFICAÇÃO DO ACUSADO SOBRE O SEU DIREITO DE PERMANECER EM SILÊNCIO, EM FASE DE INQUÉRITO POLICIAL, CASO DEMONSTRADO O EFETIVO PREJUÍZO.....	1464	8.5. O JUIZ NÃO PODE DESCONSIDERAR A CRONOLOGIA DAS ETAPAS DA VALORAÇÃO DAS PROVAS, SOB PENA DE FACILITAR VERDADEIRA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA NO CASO CONCRETO, EXIGINDO DA DEFESA O QUE PRIMEIRO CABERIA À ACUSAÇÃO.....	1481
6.8. MP NÃO COMPARECEU À AUDIÊNCIA; JUIZ FEZ TODAS AS PERGUNTAS PARA AS TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO; DEFESA PROTESTOU DURANTE O ATO; SENTENÇA UTILIZOU OS DEPOIMENTOS PARA CONDENAR; DEVERÁ SER RECONHECIDA A NULIDADE DA CONDENAÇÃO.....	1466	9. EXECUÇÃO PENAL.....1483	
7. RECURSOS..... 1468		9.1. É POSSÍVEL A EXECUÇÃO DE CADA GUIA DE FORMA SEPARADA, PERMITINDO O CÁLCULO DE PERCENTUAIS DE PROGRESSÃO DA REINCIDÊNCIA GENÉRICA E ESPECÍFICA PARA DIFERENTES CRIMES.....	1483
7.1. CABE APELAÇÃO CONTRA A SENTENÇA DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO NO JÚRI; SE O MP INTERPÕS EQUIVOCADAMENTE RESE, É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE.....	1468	9.2. MESMO QUE NA SENTENÇA CONDENATÓRIA NÃO TENHA CONSTADO EXPRESSAMENTE QUE O RÉU É REINCIDENTE, O JUIZO DA EXECUÇÃO PENAL PODERÁ RECONHECER ESSA CIRCUNSTÂNCIA PARA FINS DE CONCEDER OU NÃO OS BENEFÍCIOS.....	1484
7.2. O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE NO PROCESSO PENAL PODE SER APLICADO QUANDO AUSENTE A MÁ-FÉ E PRESENTE O PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DO RECURSO CABÍVEL.....	1469	9.3. SE NÃO HOUVER COMPROVAÇÃO EFETIVA DE CUMPRIMENTO DE CARGA LABORAL DIÁRIA NÃO É POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DO DIREITO À REMIÇÃO.....	1485
7.3. É IRRECORRÍVEL O PRONUNCIAMENTO JURISDICIONAL QUE, NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DELIBERA ACERCA DO PEDIDO DE RETIRADA DO FEITO DA SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL.....	1471	9.4. É CABÍVEL A REMIÇÃO PENAL POR APROVAÇÃO NO ENEM AO REEDUCANDO QUE JÁ HAVIA CONCLUÍDO O ENSINO MÉDIO ANTES DE INGRESSAR NO SISTEMA PRISIONAL?.....	1486
7.4. CABE À DEFESA TÉCNICA A ANÁLISE DE CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE A RESPEITO DE EVENTUAL RECURSO, NO CASO DE CONFLITO DE VONTADES ENTRE O ACUSADO E O DEFENSOR.....	1472	9.5. NÃO CABE A REMIÇÃO FICTA NO TRABALHO DE NATUREZA EVENTUAL, MESMO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19, CONSIDERANDO QUE NÃO SE PODE PRESUMIR QUE DEIXOU DE SER OFERECIDO E EXERCIDO EM RAZÃO DO ESTADO PANDÊMICO.....	1487
7.5. É NULO O JULGAMENTO, POR ÓRGÃO COLEGIADO, DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO DESEMBARGADOR.....	1473	9.6. O TEMPO EM QUE O APENADO ESTEVE AFASTADO DAS SUAS OBRIGAÇÕES NO REGIME ABERTO, SOB ATESTADO MÉDICO, PODE SER COMPUTADO COMO PENA EFETIVAMENTE CUMPRIDA.....	1489
8. HABEAS CORPUS, REVISÃO CRIMINAL E RECLAMAÇÃO..... 1475		9.7. O ART. 127 DA LEP É CONSTITUCIONAL; A SÚMULA VINCULANTE 9 CONTINUA VÁLIDA.....	1491
8.1. SOMENTE TÊM LEGITIMIDADE PARA REQUERER PEDIDO DE EXTENSÃO OS CORRÉUS (NA HIPÓTESE DE CONCURSO DE AGENTES),		9.8. NÃO SE APLICA LIMITE TEMPORAL À ANÁLISE DO REQUISITO SUBJETIVO PARA CONCESSÃO DE SAÍDA TEMPORÁRIA.....	1493

9.9.	SE O CONDENADO ESTÁ CUMPRINDO PENA DE RECLUSÃO E FOI NOVAMENTE CONDENADO, AGORA À PENA DE DETENÇÃO, DEVERÁ HAVER A UNIFICAÇÃO DAS PENAS, NOS TERMOS DO ART. 111 DA LEP.....	1494
9.10.	É POSSÍVEL A UNIFICAÇÃO DAS PENAS DE RECLUSÃO E DE DETENÇÃO, NA FASE DE EXECUÇÃO PENAL, PARA FIM DE FIXAÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL.....	1495
9.11.	A ANÁLISE DO BOM COMPORTAMENTO CARCERÁRIO, NECESSÁRIO PARA O LIVRAMENTO CONDICIONAL (ART. 83, III, A, DO CP), DEVE LEVAR EM CONSIDERAÇÃO TODO O PERÍODO DA EXECUÇÃO PENAL, E NÃO APENAS OS ÚLTIMOS 12 MESES.....	1495
9.12.	NÃO CABE A DETERMINAÇÃO DO PAGAMENTO DA PENA DE MULTA, DE OFÍCIO, AO JUÍZO DA EXECUÇÃO.....	1499
9.13.	O FATO DE O REEDUCANDO SER ASSISTIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA NÃO GERA A PRESUNÇÃO DE SUA HIPOSSUFICIÊNCIA EM ARCAR COM A PENA DE MULTA.....	1501
9.14.	NÃO HÁ COMO SE CONCLUIR QUE O LIMITE MÁXIMO DE PENA EM ABSTRATO ESTIPULADO NO ART. 5º DO DECRETO 11.302/22 SOMENTE AUTORIZA A CONCESSÃO DE INDULTO SE O PRAZO DE 5 ANOS NÃO FOR EXCEDIDO APÓS A SOMA OU UNIFICAÇÃO DE PENAS.....	1502
9.15.	PARA SE CUMPRIR O REQUISITO OBJETIVO DA PENA MÁXIMA EM ABSTRATO (NÃO SUPERIOR A 5 ANOS), DEVE-SE CONSIDERAR TÃO SOMENTE A PENA DO DELITO QUE SE PLEITEIA O INDULTO.....	1503
9.16.	SÚMULA 660 DO STJ.....	1504
9.17.	SÚMULA 661 DO STJ.....	1505
9.18.	A RECUSA DO DETENTO EM ACEITAR ALIMENTO QUE JULGA IMPRÓPRIO PARA CONSUMO, QUANDO REALIZADA DE FORMA PACÍFICA E SEM AMEAÇA À SEGURANÇA DO AMBIENTE CARCERÁRIO, NÃO CONFIGURA FALTA GRAVE.....	1506
9.19.	O PERÍODO EM QUE O SENTENCIADO DEIXOU DE COMPARECER EM JUÍZO POR CAUSA DA PANDEMIA DA COVID-19 NÃO PODE SER CONSIDERADO COMO TEMPO DE PENA EFETIVAMENTE CUMPRIDO.....	1507
9.20.	A PROIBIÇÃO DE CONSUMO DE ÁLCOOL IMPOSTA COMO CONDIÇÃO ESPECIAL AO APENADO SOMENTE É VÁLIDA SE FOR FUNDAMENTADA EM CIRCUNSTÂNCIAS ESPECÍFICAS DO CRIME PELO QUAL O CONDENADO FOI SENTENCIADO.....	1508
9.21.	SÚMULA 662 DO STJ.....	1509
9.22.	É CONSTITUCIONAL A RESOLUÇÃO DO CNJ QUE DETERMINOU A TRAMITAÇÃO DA EXECUÇÃO PENAL EM TODO PAÍS POR MEIO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO (SEEU).....	1513
9.23.	É POSSÍVEL QUE, PARA UM CONDENADO QUE ESTEJA CUMPRINDO PENA UNIFICADA	

POR DOIS CRIMES, SEJA APLICADO PARA UM DELITO A REDAÇÃO ORIGINÁRIA DO ART. 112 DA LEP E PARA O OUTRO CRIME SEJA APLICADA A REDAÇÃO MODIFICADA DO ART. 112 DA LEP.....	1514
---	------

DIREITO TRIBUTÁRIO 1517

1. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA..... 1517

1.1.	A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DO ART. 149, § 2º, I, DA CF/88 ABRANGE O PIS/COFINS QUE INCIDIRIA SOBRE O FRETE CONTRATADO POR TRADING COMPANIES.....	1517
1.2.	OS ATOS DE CANCELAMENTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA PELA AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS SÃO DOTADOS DE CARGA DECLARATÓRIA, RETROAGINDO À DATA EM QUE ESTES DEIXARAM DE SER OBSERVADOS.....	1519

2. TEMAS DIVERSOS 1522

2.1.	FISCO NÃO PODE APROVEITAR LANÇAMENTO QUE TENHA UTILIZADO CRITÉRIO DE BASE DE CÁLCULO INCONSTITUCIONAL, MESMO QUE CORRIJA O CRITÉRIO COM UMA BASE DE CÁLCULO VÁLIDA, SENDO NECESSÁRIO UM NOVO LANÇAMENTO.....	1522
2.2.	A ENTREGA DA DCTF REPRESENTA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	1523
2.3.	É INCONSTITUCIONAL A EXPRESSÃO “PARA A ZONA FRANCA DE MANAUS”, CONSTANTE DO § 2º DA CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA DO CONVÊNIO ICMS 110/2007-CONFAZ.....	1524
2.4.	O REGIME JURÍDICO ESPECIAL QUE CONCEDE UNILATERALMENTE INCENTIVOS PARA A ZFM É EXCLUSIVO PARA AS INDÚSTRIAS INSTALADAS EM SEU PERÍMETRO, NÃO SE ESTENDENDO PARA EMPRESAS DA ZFM QUE ATUEM NO COMÉRCIO OU PARA OUTRAS FORA DO PERÍMETRO.....	1527
2.5.	O AMAZONAS PODE CONCEDER UNILATERALMENTE INCENTIVOS DE ICMS PARA AS INDÚSTRIAS DA ZFM; É INCONSTITUCIONAL OUTROS ESTADOS SUPRIMIREM OS CRÉDITOS DE ICMS RELATIVOS A MERCADORIAS PROVENIENTES DA ZFM QUE POSSUAM ESSE BENEFÍCIO.....	1530
2.6.	É INCONSTITUCIONAL O § 17 DO ART. 74 DA LEI 9.430/96, QUE PREVIA A APLICAÇÃO DE MULTA PELA NÃO HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.....	1533
2.7.	É INCONSTITUCIONAL NORMA MUNICIPAL QUE INSTITUI TAXA PELA FISCALIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO E DA PERMANÊNCIA DE POSTES INSTALADOS EM SUAS VIAS PÚBLICAS.....	1535

2.8.	NÃO É POSSÍVEL UTILIZAR A BASE DE CÁLCULO NEGATIVA DA CSLL E OS PREJUÍZOS FISCAIS PARA ABATER VALORES DE ANTECIPAÇÕES DE PARCELAMENTOS FISCAIS, A MENOS QUE HAJA UMA LEI ESPECÍFICA QUE PERMITA.....	1537
2.9.	SE O CONTRIBUINTE PAGAR ANTECIPADAMENTE A DÍVIDA FISCAL NA FORMA DO ART. 1º DA LEI 11.941/2009, A EXCLUSÃO DA MULTA DE MORA E DE OFÍCIO NÃO GERARÁ A REDUÇÃO PROPORCIONAL DOS JUROS DE MORA.....	1539
2.10.	NÃO É POSSÍVEL ASSEGURAR, NA VIA ADMINISTRATIVA, O DIREITO À RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO RECONHECIDO POR DECISÃO JUDICIAL.....	1541
2.11.	O AUMENTO NA ALÍQUOTA DO ICMS POR MEIO DE MEDIDA PROVISÓRIA SOMENTE PODERÁ SER EXIGIDO NO ANO FISCAL SEGUINTE AO DA SUA CONVERSÃO EM LEI.....	1542
2.12.	É CONSTITUCIONAL O ART. 11 DA LEI 13.254/2016 QUE EXCLUIU DO RERCT OS DETENTORES DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES PÚBLICAS DE DIREÇÃO OU ELETIVAS, BEM COMO SEUS CÔNJUGES E PARENTES ATÉ O SEGUNDO GRAU.....	1544
2.13.	AS GORJETAS NÃO SE INCLUEM NA BASE DE CÁLCULO DO SIMPLES NACIONAL.....	1546
2.14.	O FISCO PODE CANCELAR O REGISTRO ESPECIAL DE FABRICANTES DE CIGARROS EM CASO DE NÃO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS; ESSE CANCELAMENTO, CONTUDO, É MEDIDA EXCEPCIONAL SUJEITA A PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELO STF.....	1547
2.15.	NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	1549
3.	IMPOSTO DE RENDA.....	1549
3.1.	A MULTA POR RESCISÃO DE UM CONTRATO DE AFRETEAMENTO DEVE SE SUBMETER À ALÍQUOTA DE 15% PARA FINS DE IMPOSTO DE RENDA, NOS TERMOS DO ART. 70 DA LEI 9.430/96.....	1549
3.2.	A ALÍQUOTA DO IRRF DO GANHO DE CAPITAL DECORRENTE DA ALIENAÇÃO DAS QUOTAS DE SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA É ATRELADA À DATA DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR, MESMO QUE A REMESSA SEJA POSTERIOR.....	1550
3.3.	O IR E A CSLL INCIDEM SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	1552
3.4.	NÃO É POSSÍVEL EXCLUIR OS BENEFÍCIOS FISCAIS RELACIONADOS AO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL, SALVO QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS; O ENTENDIMENTO DO ERESP 1.517.492/PR NÃO SE APLICA A BENEFÍCIOS FISCAIS EM GERAL.....	1555
3.5.	A PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS PAGOS A DIRETOR DA EMPRESA NÃO PODE SER ABATIDA DO IRPJ E DA CSLL.....	1557
3.6.	O BENEFÍCIO FISCAL DO PAT DEVE SER APLICADO SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DA EMPRESA, RESULTANDO NO LUCRO REAL, NO QUAL INCIDE O ADICIONAL DO IMPOSTO DE RENDA, SEM INTERFERÊNCIA DAS DEDUÇÕES FEITAS NA APURAÇÃO DO LUCRO REAL.....	1559
3.7.	É ILEGAL O DECRETO QUE ESTABELEÇA QUE A DEDUÇÃO DO PAT SE LIMITA APENAS AOS VALORES GASTOS COM TRABALHADORES DE BAIXA RENDA (ATÉ 5 SALÁRIOS-MÍNIMOS) E QUE RESTRINJA O VALOR DA DEDUÇÃO A 1 SALÁRIO-MÍNIMO.....	1560
3.8.	NÃO INCIDE IMPOSTO DE RENDA SOBRE A INDENIZAÇÃO RECEBIDA PELA INSTITUIÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA.....	1561
3.9.	ASSIM COMO OCORRE COM AS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS, AS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PAGAS PELO PARTICIPANTE PARA A PREVIDÊNCIA PRIVADA TAMBÉM PODEM SER DEDUZIDAS DA BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO DE RENDA.....	1562
3.10.	É EXIGÍVEL IRRF E CIDE SOBRE AS REMESSAS AO EXTERIOR DE VALORES RELATIVOS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA INTERNACIONAL (TRÁFEGO SAÏNTE).....	1564
3.11.	O TEMA 505/STJ FOI ALTERADO (OS JUROS SELIC INCIDENTES NA REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO SE ENCONTRAM FORA DA BASE DE CÁLCULO DO IR E DA CSLL); OS TEMAS 504 E 878/STJ PERMANECEM VÁLIDOS.....	1565
3.12.	A TENDINITE CAUSADA PELO TRABALHO DESEMPENHADO É CONSIDERADA MOLÉSTIA PROFISSIONAL PARA OS FINS DA ISENÇÃO DE IR PREVISTA NO ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88.....	1568
3.13.	O FISCO NÃO PODE GLOSAR DESPESAS DE ÁGIO AMORTIZADO COM BASE NOS ARTIGOS 7º E 8º DA LEI 9.532/97, ALEGANDO NÃO SER POSSÍVEL A DEDUÇÃO DO ÁGIO DE OPERAÇÕES INTERNAS E MEDIANTE O EMPREGO DE EMPRESA-VEÍCULO.....	1569
3.14.	A METODOLOGIA DE FIXAÇÃO DE PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA INSTITUÍDA PELA IN SRF 243/02 ERA VÁLIDA?.....	1571
3.15.	É LEGÍTIMA A INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE RATEIO DE SUPERÁVIT PELO PARTICIPANTE DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	1573
4.	IPI, IOF E ITR.....	1574
4.1.	A INCIDÊNCIA DE IOF NÃO SE RESTRINGE ÀS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS; INCIDE IOF SOBRE O MÚTUO DE RECURSOS FINANCEIROS	

ENTRE PESSOAS JURÍDICAS OU ENTRE PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA	1574	A DEPÓSITOS EM FAVOR DE FUNDOS DE EQUILÍBRIO FISCAL.....	1600
4.2. NÃO INCIDE ITR QUANDO SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO RECONHECE A INEXISTÊNCIA DAS RESPECTIVAS MATRÍCULAS IMOBILIÁRIAS	1575	5.13. É INCONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE REDUZ ALÍQUOTA DE ICMS PARA OPERAÇÕES COM CERVEJA E SUÇO DE LARANJA, SEM COMPROVAR IMPACTO FINANCEIRO OU ORÇAMENTÁRIO E SEM AUTORIZAÇÃO PRÉVIA POR CONVÊNIO INTERESTADUAL.....	1604
5. ICMS E OUTROS IMPOSTOS ESTADUAIS .. 1576		5.14. A IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE PRODUTOS PARA EXPORTAÇÃO (ART. 155, § 2º, X, 'A', CF/88) DIZ RESPEITO APENAS AOS BENS QUE SE INTEGREM FISICAMENTE À MERCADORIA FINAL, NÃO SE ESTENDENDO A TODA A CADEIA PRODUTIVA.....	1605
5.1. A OBRIGAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA QUOTA PERTENCENTE AOS MUNICÍPIOS SOBRE O PRODUTO DA ARRECADUÇÃO DO ICMS SÓ OCORRE QUANDO HÁ O EFETIVO RECOLHIMENTO DO TRIBUTO	1576	6. IMPOSTOS MUNICIPAIS1607	
5.2. AS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS NÃO POSSUEM DIREITO A CRÉDITO DO ICMS RELATIVO AO ÁLCOOL ETÍLICO ANIDRO COMBUSTÍVEL ADQUIRIDO DE USINAS OU DESTILARIAS QUANDO OCORRER O DIFERIMENTO DO PAGAMENTO DO ICMS.....	1578	6.1. INCIDE ITBI SOBRE AS OPERAÇÕES DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA O PATRIMÔNIO DE FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO COM EMISSÃO DE NOVAS QUOTAS.....	1607
5.3. STF HOMOLOGOU ACORDO DE COMPENSAÇÃO DAS PERDAS DO ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS.....	1580	6.2. É CONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE A CESSÃO DE DIREITO DE USO DE ESPAÇOS EM CEMITÉRIOS PARA SEPULTAMENTO, POIS É UMA OPERAÇÃO MISTA QUE INCLUI A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GUARDA E CONSERVAÇÃO DE RESTOS MORTAIS INUMADOS.....	1610
5.4. O ICMS COMPÕE A BASE DE CÁLCULO DO IRPJ E DA CSLL, QUANDO APURADOS NA SISTEMÁTICA DO LUCRO PRESUMIDO	1581	6.3. INCIDE ISS SOBRE OS SERVIÇOS DE EXAME, PESQUISA, COLETA, COMPILAÇÃO E FORNECIMENTO DE DADOS SOBRE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, MEDICAMENTOSOS E ASSUNTOS DE SAÚDE REALIZADOS NO BRASIL POR EMPRESA ESTRANGEIRA.....	1612
5.5. O ENTENDIMENTO FIRMADO NO TEMA 69/STF TAMBÉM SE APLICA PARA O ICMS-ST.....	1583	6.4. É CONSTITUCIONAL A INCIDÊNCIA DO ISS SOBRE O PREÇO TOTAL DAS DIÁRIAS PAGAS EM HOSPEDAGEM.....	1613
5.6. O § 7º DO ART. 11 DA LC 87/96, INCLUÍDO PELA LC 190/2022, É CONSTITUCIONAL	1586	6.5. A BASE DE CÁLCULO DO ISS É O PREÇO DO SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL CONTRATADO, SEM DEDUÇÃO DOS MATERIAIS, SALVO SE PRODUZIDOS PELO PRESTADOR FORA DO LOCAL DA OBRA E COMERCIALIZADOS SEPARADAMENTE, SOB INCIDÊNCIA DE ICMS.....	1615
5.7. É CONSTITUCIONAL O ART. 3º DA LC 190/22, EM QUE O DIFAL DEVE OBSERVAR A ANTERIORIDADE NONAGESIMAL; SEM CRIAÇÃO NEM AUMENTO DE TRIBUTO, NÃO HAVIA EXIGÊNCIA CONSTITUCIONAL DE FIXAR PRAZO, FICANDO A CRITÉRIO DO LEGISLADOR.....	1593	6.6. SÃO INCONSTITUCIONAIS DISPOSITIVOS DE LEIS COMPLEMENTARES FEDERAIS QUE, AO ALTERAREM A LC 116/2003, FIXARAM O RECOLHIMENTO DO TRIBUTO NO DOMICÍLIO DO TOMADOR DE SERVIÇOS, EM HIPÓTESES ESPECÍFICAS.....	1616
5.8. A COBRANÇA DE DIFERENÇA ENTRE AS ALÍQUOTAS INTERNA E A INTERESTADUAL DE ICMS (DIFAL) DE EMPRESA OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL É CONSTITUCIONAL, MAS DEPENDE DE LEI ESTADUAL EM SENTIDO ESTRITO.....	1595	6.7. É CONSTITUCIONAL A COBRANÇA DE ISS SOBRE O CONTRATO DE FRANQUIA POSTAL	1619
5.9. O STF SUSPENDEU OS EFEITOS DO INCISO X DO ART. 3º DA LC 87/96, COM REDAÇÃO DADA PELA LC 194/2022, ATÉ O JULGAMENTO DE MÉRITO DA ADI PROPOSTA CONTRA ESSE DISPOSITIVO	1597	6.8. A RESPONSABILIDADE PELO ADIMPLEMENTO DOS DÉBITOS TRIBUTÁRIOS QUE RECAIAM SOBRE O BEM IMÓVEL É DO ARREMATANTE HAVENDO EXPRESSA MENÇÃO NO EDITAL DE HASTA PÚBLICA NESSE SENTIDO.....	1620
5.10. O ADICIONAL DE BANDEIRAS TARIIFÁRIAS DEVE INTEGRAR A BASE DE CÁLCULO DO ICMS, POR SE CORRELACIONAR NA DEFINIÇÃO DO "VALOR DA OPERAÇÃO", QUANDO DA APURAÇÃO DO CONSUMO DA ENERGIA ELÉTRICA PELOS USUÁRIOS DO SISTEMA	1598	6.9. LEI MUNICIPAL PODE DELEGAR AO PODER EXECUTIVO A AVALIAÇÃO INDIVIDUALIZADA, PARA FINS DE COBRANÇA DO IPTU, DE IMÓVEL	
5.11. É INCONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE CONCEDE BENEFÍCIO FISCAL BASEADO NA PROCEDÊNCIA DO PRODUTO	1599		
5.12. É CONSTITUCIONAL NORMA ESTADUAL QUE CONDICIONA O APROVEITAMENTO DE INCENTIVOS FISCAIS RELATIVOS AO ICMS			

NOVO NÃO PREVISTO NA PLANTA GENÉRICA
DE VALORES (PGV).....1620

7. CONTRIBUIÇÕES.....1622

- 7.1. O PRODUTOR RURAL PESSOA FÍSICA PAGA SALÁRIO-EDUCAÇÃO?1622
- 7.2. QUANDO A EMPRESA CONTRIBUINTE RECEBE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO, DEVERÁ PAGAR PIS E COFINS SOBRE OS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA (TAXA SELIC)1623
- 7.3. É NECESSÁRIO OBSERVAR A REGRA DA ANTERIORIDADE NONAGESIMAL QUANDO O PODER EXECUTIVO MODIFICAR A ALÍQUOTA DO PIS E DA COFINS, AINDA QUE DENTRO DOS PARÂMETROS PREVISTOS NA LEI AUTORIZATIVA1626
- 7.4. O ICMS-ST CONSTITUI PARTE INTEGRANTE DO CUSTO DE AQUISIÇÃO DA MERCADORIA E DEVE SER ADMITIDO NA COMPOSIÇÃO DO MONTANTE DE CRÉDITOS A SER DEDUZIDO PARA APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO AO PIS E DA COFINS, NO REGIME NÃO CUMULATIVO1627
- 7.5. NÃO CABE PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DE VALORES OU DE COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA REFERENTE À EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E COFINS DEPOIS DE 15/3/2017 SE O FATO GERADOR DO TRIBUTO OCORREU ANTES DESSA DATA.....1629
- 7.6. É CONSTITUCIONAL O DECRETO Nº 11.374/2023, QUE RESTABELECEU AS ALÍQUOTAS ORIGINÁRIAS DO PIS/COFINS SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS, PREVISTAS NO DECRETO 8.426/20151631
- 7.7. AGROINDUSTRIAS NÃO TÊM DIREITO À OBTENÇÃO DE “CRÉDITO BÁSICO” (LEIS 10.637/2002 E 10.833/2003) DE PIS/COFINS, SE PRESENTES OS PRESSUPOSTOS OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA LEI 10.925/2004 PARA A SUSPENSÃO DO TRIBUTO NA ETAPA ANTERIOR.....1632
- 7.8. AS RECEITAS FINANCEIRAS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTEGRAM BASE DE CÁLCULO DO PIS/COFINS1634
- 7.9. AS DESPESAS DAS CORRETORAS DE INVESTIMENTO COM O PAGAMENTO DOS AGENTES AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTO (ASSESSORES FINANCEIROS) DEVEM SER INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS.....1635
- 7.10. ISENÇÃO DE COFINS DA MP 2.158-25/2001 VALE PARA RECEITAS DE PATROCÍNIO, TAXA DE INSCRIÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS, LOCAÇÃO DE ESTANDES EM EVENTOS CIENTÍFICOS, CERTIFICAÇÃO DE ALIMENTOS E CESSÃO DE MARCA1637
- 7.11. É CONSTITUCIONAL O ADICIONAL DE ALÍQUOTA DA COFINS-IMPORTAÇÃO PREVISTO NO ART. 8º, § 21, DA LEI 10.865/20041638
- 7.12. É CONSTITUCIONAL A CONTRIBUIÇÃO DESTINADA AO SENAR SOBRE A RECEITA

BRUTA PROVENIENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO RURAL (ART. 2º DA LEI 8.540/92)...1639

- 7.13. É CONSTITUCIONAL A CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO DESTINADA AO INCRA DEVIDA PELAS EMPRESAS URBANAS E RURAIS, INCLUSIVE APÓS O ADVENTO DA EC 33/20011641
- 7.14. O § 13 DO ART. 9º DA LEI 12.546/2011 SE APLICA APENAS AOS CONTRIBUINTE; A REVOGAÇÃO DA ESCOLHA DE TRIBUTAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA PELO SISTEMA DA CPRB, TRAZIDA PELA LEI Nº 13.670/2018, NÃO FERIU DIREITOS DO CONTRIBUINTE.....1643
- 7.15. A EMPRESA, QUANTO À PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DEVIDA POR SEUS EMPREGADOS, ATUA COMO AGENTE ARRECADADOR, NÃO TENDO LEGITIMIDADE ATIVA PARA DISCUTIR O DIREITO À COMPENSAÇÃO OU À RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO.1645

8. DIREITO FINANCEIRO1646

- 8.1. O CHAMADO ORÇAMENTO SECRETO É INCONSTITUCIONAL.....1646
- 8.2. É INDISPENSÁVEL A EFETIVA PARTICIPAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E DO MP NO CICLO ORÇAMENTÁRIO, NÃO PODENDO SER IMPOSTA LIMITAÇÃO DE DESPESAS NA FOLHA COMPLEMENTAR DESSES ÓRGÃOS SEM A SUA PARTICIPAÇÃO NESTA ESTIPULAÇÃO1649
- 8.3. É CONSTITUCIONAL O ART. 1º, § 8º DA LC 156/2016; O DISPOSITIVO EXIGE DOS ESTADOS/DF A DESISTÊNCIA DE AÇÕES JUDICIAIS PARA A CONCESSÃO DE PRAZO ADICIONAL DE ATÉ 240 MESES PARA O PAGAMENTO DE DÍVIDAS REFINANCIADAS COM A UNIÃO1651
- 8.4. LEI ESTADUAL NÃO PODE CONCEDER VANTAGENS E AUMENTO DE VENCIMENTOS A SERVIDORES PÚBLICOS SEM PRÉVIA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO1652
- 8.5. É INCONSTITUCIONAL LEI DISTRITAL (OU ESTADUAL) QUE ESTABELEÇA QUE DETERMINADAS SITUAÇÕES NÃO SE ENQUADRAM NA PREVISÃO DO § 1º DO ART. 18 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....1654
- 8.6. DESPESAS COM INATIVOS E IRRF DEVEM SER INCLuíDAS NO LIMITE DE GASTOS DOS ESTADOS COM PESSOAL1655
- 8.7. STF AUTORIZOU CONCURSO PARA REPOSIÇÃO DE CARGOS VAGOS NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS ADERENTES AO RRF, EXCLUINDO DO TETO OS INVESTIMENTOS COM RECURSOS DE FUNDOS PÚBLICOS ESPECIAIS LIGADOS AO JUDICIÁRIO, TCE E FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....1657

8.8. É INCONSTITUCIONAL NORMA DE LEI COMPLEMENTAR QUE DISTRIBUI OS RECURSOS DO FPE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO SEM A DEVIDA PROMOÇÃO DO RESPECTIVO EQUILÍBRIO SOCIOECONÔMICO.....	1659	DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO INDEVIDAMENTE, QUANDO COMPROVADA A MÁ-FÉ DO BENEFICIÁRIO.....	1679
8.9. É CONSTITUCIONAL O REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E DO DF (LC 159/2017) BEM COMO A NORMA INSCRITA NA LRF (LC 101/2000), QUE PREVÊ QUE AS DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS INTEGRAM O CÔMPUTO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL.....	1662	2.3. É CONSTITUCIONAL O ART. 22-A DA LEI Nº 8.212/91, QUE PREVÊ CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS AGROINDÚSTRIAS INCIDENTE SOBRE A RECEITA BRUTA PROVENIENTE DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO.....	1680
8.10. É INCONSTITUCIONAL A LEI ESTADUAL QUE CONSIDERA AS CONSULTAS POPULARES COMO ETAPA OBRIGATÓRIA E PRELIMINAR DO PROCESSO LEGISLATIVO DA PEÇA ORÇAMENTÁRIA.....	1665	2.4. O VALOR CORRESPONDENTE À PARTICIPAÇÃO DO TRABALHADOR NO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO OU AUXÍLIO TRANSPORTE, DESCONTADO DO SALÁRIO DO TRABALHADOR, INTEGRA A BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....	1682
8.11. É CONSTITUCIONAL A LC 151/2015, QUE AUTORIZA O USO DE UM PERCENTUAL DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS PARA PAGAMENTOS DO PODER PÚBLICO.....	1667	2.5. INCIDE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA A CARGO DO EMPREGADOR SOBRE O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO EM PECÚNIA.....	1684
9. DIREITO ADUANEIRO.....	1671	2.6. É CONSTITUCIONAL A EXCLUSÃO DO 13º SALÁRIO DA BASE DE CÁLCULO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.....	1686
9.1. NÃO CABE APLICAÇÃO CUMULATIVA DE MULTA DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO COM A DE CONSUMO DE MERCADORIA IMPORTADA DE FORMA FRAUDULENTA.....	1671	2.7. CONTRIBUIÇÃO À SEGURIDADE SOCIAL PELO EMPREGADOR RURAL PJ SOBRE RECEITA BRUTA DE SUA PRODUÇÃO (ART. 25 DA LEI 8.870/94, ALTERADA PELA LEI 10.256/2001) É CONSTITUCIONAL.....	1688
9.2. O DEVER DE REGISTRAR INFORMAÇÕES A RESPEITO DAS MERCADORIAS EMBARCADAS NO SISCOMEX, ATRIBUÍDO ÀS EMPRESAS DE TRANSPORTE INTERNACIONAL NÃO POSSUI PERFIL TRIBUTÁRIO.....	1672	2.8. É RAZOÁVEL E PROPORCIONAL A ALÍQUOTA DE 14% COBRADA DOS SEGURADOS DE REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E CALCULADA COM BASE NA REMUNERAÇÃO PERCEBIDA.....	1691
DIREITO PREVIDENCIÁRIO.....	1675	2.9. NÃO OFENDE A RAZOABILIDADE OU O PRINCÍPIO TRIBUTÁRIO DA VEDAÇÃO AO EFEITO CONFISCATÓRIO NORMA ESTADUAL QUE DETERMINE O INCREMENTO ESCALONADO DAS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, DE 11% A 14%.....	1692
1. APOSENTADORIA.....	1675	2.10. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS A ADMINISTRADORES SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO INTEGRA SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO. NÃO INCIDE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE VALORES A PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DE ADMINISTRADORES NÃO EMPREGADOS.....	1693
1.1. É INCONSTITUCIONAL NORMA QUE PREVEJA QUE O PAGAMENTO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DECORRENTE DE DOENÇA MENTAL SOMENTE SERÁ FEITO AO CURADOR DO SEGURADO, CONDICIONADO À APRESENTAÇÃO DO TERMO DE CURATELA.....	1675	2.11. É CONSTITUCIONAL LEI ESTADUAL QUE IMPONHA AO JUDICIÁRIO PARTICIPAR, JUNTO A OUTROS PODERES, DA COBERTURA DE DÉFICIT E DO CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA E PAGAMENTO DO ABONO DE PERMANÊNCIA.....	1694
1.2. É POSSÍVEL O RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL MEDIANTE A APRESENTAÇÃO DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL, DESDE QUE CORROBORADO POR TESTEMUNHOS IDÔNEOS.....	1677	2.12. É CONSTITUCIONAL A VINCULAÇÃO DO MP AO RPPS DO ESTADO E A SUA PARTICIPAÇÃO NO FINANCIAMENTO DA PREVIDÊNCIA ESTADUAL; É INCONSTITUCIONAL A RETENÇÃO NA FONTE PELA SECRETARIA DE FAZENDA DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS PELO MP.....	1698
2. TEMAS DIVERSOS.....	1677	2.13. PARA A CONCESSÃO DO BPC À PESSOA COM DEFICIÊNCIA, DISCIPLINADO NA LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - LOAS, NÃO CABE AO INTÉRPRETE EXIGIR REQUISITOS MAIS RÍGIDOS	
2.1. A SENTENÇA TRABALHISTA MERAMENTE HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO SERVE COMO INÍCIO DE PROVA MATERIAL, NA FORMA DO ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/91?.....	1677		
2.2. APLICA-SE O PRAZO PRESCRICIONAL DE 5 ANOS, NOS TERMOS DO ART. 1º DO DECRETO Nº 20.910/32, À AÇÃO DE RESSARCIMENTO			

	DO QUE AQUELES PREVISTOS PARA A SUA CONCESSÃO.....	1701
214.	NÃO HÁ PRESCRIÇÃO DE FUNDO DE DIREITO NAS AÇÕES EM QUE SE BUSCA A CONCESSÃO DO BPC-LOAS.....	1702
215.	ATO NORMATIVO INFRALEGAL PODE FIXAR PRAZO MÁXIMO PARA TRABALHADOR REQUERER SEGURO-DESEMPREGO.....	1703
216.	A PREVISÃO LEGAL DE MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO, CONTIDA NO ART. 15, I, DA LEI 8.213/91, INCLUI OS BENEFÍCIOS DEFERIDOS POR DECISÃO DE CARÁTER PROVISÓRIO, AINDA QUE SEJA FUTURAMENTE REVOGADA.....	1705
217.	SÚMULA 657 DO STJ.....	1706
218.	SÃO CONSTITUCIONAIS OS NOVOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO DA PENSÃO POR MORTE TRAZIDOS PELO ART. 23 DA EC 103/2019.....	1709
219.	É POSSÍVEL A REAFIRMAÇÃO DA DER QUANDO IMPLEMENTADOS OS REQUISITOS PARA O BENEFÍCIO, MESMO QUE ISSO SE OCORRA ENTRE O AJUIZAMENTO DA AÇÃO E A ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.....	1711
220.	LEI 14.717/2023: INSTITUI PENSÃO ESPECIAL AOS FILHOS E DEPENDENTES CRIANÇAS OU ADOLESCENTES, ÓRFÃOS EM RAZÃO DO CRIME DE FEMINICÍDIO.....	1715

3. PREVIDÊNCIA PRIVADA..... 1716

3.1.	COMPETÊNCIA PARA JULGAR AÇÃO PROPOSTA CONTRA O PATROCINADOR PARA RECOMPOSIÇÃO DE RESERVA MATEMÁTICA, EM CUMULAÇÃO SUCESSIVA AO PEDIDO DE REVISÃO DO BENEFÍCIO PELA ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR.....	1716
3.2.	AO JULGAR O TEMA 955, O STJ MODULOU OS EFEITOS DA DECISÃO RECONHECENDO A POSSIBILIDADE DE, NAS AÇÕES AJUIZADAS ATÉ 8/8/2018, SER POSSÍVEL A INCLUSÃO DOS REFLEXOS DAS VERBAS RECONHECIDAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	1718

DIREITO INTERNACIONAL.....1723

1. EXTRADIÇÃO..... 1723

1.1.	EM CASO DE EMPATE NO JULGAMENTO DE EXTRADIÇÃO, ADIA-SE PARA DECISÃO APÓS VOTO DE DESEMPATE, NÃO SE APLICANDO O ENTENDIMENTO MAIS FAVORÁVEL AO EXTRADITANDO.....	1723
------	---	------

2. TRATADOS INTERNACIONAIS..... 1723

2.1.	A DENÚNCIA, PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DE TRATADOS INTERNACIONAIS APROVADOS PELO CONGRESSO NACIONAL, PARA QUE PRODUZA EFEITOS NO ORDENAMENTO JURÍDICO INTERNO, É INDISPENSÁVEL A SUA APROVAÇÃO PELO CONGRESSO.....	1723
------	---	------

DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO..... 1727

1. COMPETÊNCIA..... 1727

1.1.	É COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PROCESSAR E JULGAR O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA POR ELA PROFERIDA, AINDA QUE TENHA OCORRIDO A CESSÃO A TERCEIRO DA TITULARIDADE DO CRÉDITO NELA RECONHECIDO...1727
------	--

2. TEMAS DIVERSOS..... 1729

2.1.	O TABELAMENTO DAS INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS PREVISTO NA CLT DEVERÁ SER OBSERVADO PELO JULGADOR COMO CRITÉRIO ORIENTADOR; ISSO NÃO IMPEDE, CONTUDO, A FIXAÇÃO DE CONDENAÇÃO EM QUANTIA SUPERIOR, DESDE QUE DEVIDAMENTE MOTIVADA. 1729	
2.2.	JUSTIÇA DO TRABALHO NÃO PODE EXIGIR A PRÉVIA CONCLUSÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA PARA QUE AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POSSAM DEMITIR OS SEUS EMPREGADOS E REALIZAR A SUA EXTINÇÃO.....	1732
2.3.	STF RECONHECEU A MORA DO CONGRESSO NACIONAL E FIXOU PRAZO PARA QUE SEJA APROVADA LEI QUE CRIA FUNDO DE EXECUÇÕES TRABALHISTAS.....	1733
2.4.	É CONSTITUCIONAL O ART. 59 DA CLT QUE PERMITE, POR MEIO DE ACORDO INDIVIDUAL ESCRITO ENTRE O EMPREGADOR E O TRABALHADOR, A ADOÇÃO DA JORNADA DE 12 HORAS DE TRABALHO SEGUIDAS POR 36 HORAS ININTERRUPTAS DE DESCANSO.....	1734
2.5.	(IN) CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DOS CAMINHONEIROS.....	1735
2.6.	É INCONSTITUCIONAL O ART. 702, I, F, §§ 3º E 4º DA CLT, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI 13.467/2017, QUE RESTRINGIU A EDIÇÃO, ALTERAÇÃO OU CANCELAMENTO DE SÚMULAS POR PARTE DOS TRTS E DO TST.....	1737
2.7.	PRINCIPAIS NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	1738

BIBLIOGRAFIA..... 1741